UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARCOS OLIVEIRA DE CARVALHO

PLANEJAMENTO URBANO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDDU 2008 EM SALVADOR

Salvador
2011

MARCOS OLIVEIRA DE CARVALHO

PLANEJAMENTO URBANO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDDU 2008 EM SALVADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Fernandes

Salvador
2011

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

C331 Carvalho, Marcos Oliveira de.
Planejamento urbano, participação e comunicação : na elaboração do PDDU 2008 em Salvador / Marcos Oliveira de Carvalho, 2011.
147 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fernandes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

1. Planejamento urbano - Salvador (BA). 2. Plano de desenvolvimento urbano - Meios de comunicação - Salvador (BA). 3. Plano diretor - Salvador (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. II. Fernandes, Ana. III. Título.

CDU: 711(813.8)

A
Joana, João e Pedro

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e meus filhos, aos meus pais, aos irmãos e aos amigos, a minha orientadora, a banca examinadora, aos professores, aos colegas e aos funcionários da UFBA.

A Itamar Batista, Cristina Seixas Graça, Fernando Teixeira, Fagner Dantas, Ney Castro, Nadya Guimarães, Vanessa Barbosa, Adriano Souza, Pedro Castro e Mary Weinstein.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia, Leiaute Comunicação, Agência Idéia 3 e Docdoma Filmes.

RESUMO

É objetivo desse trabalho compreender como ocorreu a participação no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004 em Salvador, ocorrido entre os anos de 2005 e 2008, sobretudo a utilização das ferramentas de comunicação social para essa participação. Procura-se mapear os eventos acontecidos na elaboração do plano, assim como os meios de comunicação utilizados para mobilizar a população para a participação. Por último, é feita a comparação dessa utilização dos meios de comunicação no planejamento urbano pelo poder público municipal, com outra utilização desses meios de comunicação, pelo mesmo poder público, com outro objetivo que não o do planejamento urbano. Do ponto de vista social, é interesse desse texto apreender a distinção entre o discurso oficial e a prática nas ações da gestão municipal relativos a participação popular no planejamento urbano de Salvador. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa e as análises dissertadas neste trabalho pretendem contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a participação no planejamento urbano. Ademais, há o interesse em articular a discussão sobre a participação no planejamento urbano, com a utilização dos meios de comunicação na mobilização para essa participação. O que não apenas dá atualidade a essa proposta, como a localiza num terreno muito pouco explorado pelos estudos que abordaram o tema até aqui.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand how much public participation was involved in the process of revising the Urban Development Director Plan of 2004 (PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), which was elaborated between the years 2005 and 2008, and in particular, the use of media tools aimed at stimulating such participation. This study seeks to map out which events took place during the elaboration of the PDDU, as well as the means of communication used to stimulate public participation. Following that, a comparison is made between the use of the media when aimed at stimulating public participation in urban planning, versus other uses of the media sponsored by the public administration; for example, when the media is aimed at goals other than urban planning. Springing from a social standpoint, this study attempts to grasp the distinction between the official discourse and the actual practices carried out by the municipal administration when it comes to stimulating public participation in the urban planning of the city of Salvador. From an academic standpoint, the research and analysis discussed in this study intend to improve and expand our understanding regarding the role of public participation in urban planning. Moreover, it aspires to foster the discussion regarding popular participation in urban planning and to articulate it with the use of media tools that are used to promote such participation. By doing so, this study validates the currentness of its scope and places it in a realm that has been little explored by other studies conducted to this date on the same theme.

SUMÁRIO

Introdução 9
Procedimentos Metodológicos 11

Capítulo 1
Democracia, Planejamento Urbano Participativo e Comunicação

1.1. Da Democracia Representativa a Democracia Participativa 16
1.2. O planejamento urbano participativo 19
1.3. Brasil: do MRU ao Estatuto da Cidade 26
1.4 A comunicação e o planejamento urbano 32

Capítulo 2
As experiências de Planejamento Urbano em Salvador e a Participação

2.1. A Semana de Urbanismo de 1935 41
2.2. O Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) 46
2.3. O Centro Industrial de Aratu (CIA) 50
2.4. O Estudo de Uso do Solo e Transportes (EUST), o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) 53

Capítulo 3
O processo de participação no PDDU 2008 e a comunicação

3.1. Antecedentes. O PDDU 2004 60
3.2. O processo de revisão do PDDU 2004
3.2.1. O 1º período (2005-2006) e a Prefeitura de Participação Popular
Ações do poder público municipal 65
Ações dos meios de comunicação 70
Ações do Ministério Público Estadual 73
Exposição de conflito e mudança no comando do processo 73
3.2.2. O 2º período (2006-2008) e a antecipação da Prefeitura de um Novo Tempo
Ações do poder público municipal 76
Ações do Ministério Público Estadual 82
Ações dos meios de comunicação 87
3.3. Dois modos de ação do poder público municipal
O primeiro modo de ação do poder público municipal 96
O segundo modo de ação do poder público municipal 102
3.4. Outro modo de ação do poder público municipal 108

Conclusão 113

Bibliografia 121

Anexos 128

Nenhum ser humano jamais viveu sem sonhos diurnos, mas o que importa é saber sempre mais sobre eles e, desse modo, mantê-los direcionados de forma clara e solícita para o que é direito. Que os sonhos diurnos tornem-se ainda mais plenos, o que significa que eles se enriquecem justamente com o olhar sóbrio - não no sentido da obstinação, mas sim no de se tornar lúcido. Não no sentido do entendimento meramente contemplativo, que aceita as coisas como são e estão no momento, mas sim no da participação, que as aceita em seu movimento, portanto também como podem ir melhor.

(BLOCH, 2005, p.14)

Introdução

Esta dissertação pretende articular a discussão da participação no planejamento urbano, com o uso das estratégias e ferramentas de comunicação nesse planejamento. A opção por esse tema decorre da soma entre a formação acadêmica do autor em Arquitetura e Urbanismo, e sua experiência profissional em produção de conteúdo para campanhas de comunicação. Essa opção também é uma tentativa de que a análise da questão do uso das estratégias e ferramentas de comunicação possa contribuir para uma melhor instrumentalização da sociedade no planejamento urbano. Além de que, acredita-se no caráter pedagógico do planejamento municipal na construção da cidadania e da democracia.

Busca-se aqui compreender como ocorreu a participação externa à equipe técnica e aos gestores públicos envolvidos no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004 em Salvador, entre os anos de 2005 e 2008. Sobretudo a utilização dos meios de comunicação na mobilização da sociedade para essa participação, durante os diversos momentos registrados nesse período. Para se aproximar dessa compreensão torna-se necessário o entendimento preliminar do histórico, dos conceitos e do estado da arte do tema da participação e do uso da comunicação no planejamento urbano. Em seguida, é feito o recorte desse entendimento no objeto de estudo.

Com a finalidade da compreensão da participação externa à equipe técnica e aos gestores públicos envolvidos no processo de planejamento, é tratada no primeiro capítulo desse trabalho toda a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento do tema. O planejamento urbano assim é abordado sob a interpretação de que a ampla participação é uma ferramenta imprescindível, mas não a única, para o sucesso desse planejamento. Ainda no primeiro capítulo, a democracia e suas variações são abordadas como referências para a discussão da participação no planejamento urbano. Também é abordado nesse primeiro capítulo o papel transversal que a comunicação exerce na contemporaneidade do campo social, e como esse papel pode ser articulado também ao planejamento urbano participativo.

No segundo capítulo, é descrito o histórico das práticas de planejamento urbano em Salvador, com análise do contexto e da ocorrência (ou não ocorrência) de participação em cada momento dessas práticas. Essa parte do estudo, pretende explorar a presença da participação no planejamento urbano, nos últimos 80 anos de evolução da cidade de Salvador, com uma síntese do que foi produzido sobre o tema e o entendimento dos antecedentes ao recorte do objeto de estudo.

No terceiro capítulo, procura-se mapear no período escolhido como recorte do estudo (de 2005 a 2008), a sequência de eventos na elaboração do PDDU 2008, assim como a utilização dos meios de comunicação por parte do poder público municipal, e também por parte de outros agentes no processo. Por fim e ainda no terceiro capítulo, é feita a comparação dessa utilização dos meios de comunicação no planejamento urbano pelo poder público municipal, com outra utilização desses meios de comunicação, pelo mesmo poder público, mas com outro objetivo que não o do planejamento urbano. Nesse trecho do trabalho, reside a intenção de observar se existe tratamento diferenciado entre a ação do poder público municipal no uso das ferramentas de comunicação no planejamento urbano, e a ação do poder público municipal no uso das mesmas ferramentas em outra situação.

Finalmente na conclusão, última parte desse trabalho, procura-se tecer comentários sobre aspectos da participação externa à equipe técnica envolvida no processo de revisão do plano ocorrido no período selecionado para o estudo, entre 2005 e 2008. Um desses aspectos é a amplitude e qualidade dessa participação, em relação

aos planos anteriores. Um segundo aspecto é a relação entre o discurso oficial do uso do planejamento participativo e a presença da população no processo.

Outro aspecto comentado ainda na conclusão, é relativo a utilização das ferramentas de comunicação para a mobilização e participação da sociedade na elaboração do plano diretor, há aqui a tentativa de entender a relação dos momentos de uso dos meios de comunicação, com os diferentes momentos de participação. Um último comentário a ser feito é o da percepção, pelos profissionais envolvidos no processo de revisão do PDDU 2004, quanto ao potencial das ferramentas e estratégias de comunicação disponíveis em auxiliar no processo de ampliação da cultura democrática e da cidadania no planejamento urbano.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo traçado pelo trabalho de compreender como ocorreu a participação no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004 em Salvador ocorrido entre os anos de 2005 e 2008, e sobretudo a utilização das ferramentas de comunicação social na mobilização para essa participação, foi aplicada na pesquisa apresentada aqui uma metodologia de estudo de caso que atende a uma abordagem qualitativa de material com fontes, suportes e formatos diversos, complementares entre si na reconstituição do caso.

Tendo em vista o interesse desse trabalho pelos meios, ferramentas e estratégias de comunicação utilizadas na mobilização para a participação no planejamento urbano, procura-se associar:

. o levantamento histórico das experiências de participação no planejamento urbano ocorridas em Salvador;

. a questão política, qual seja, das alternativas de lugar político que é dado à participação - onde ela entra e como ela entra - no processo de planejamento;

. à questão técnica, qual seja, que mídias e estratégias são utilizadas pela equipe responsável pela revisão e elaboração do plano na mobilização para lograr tal envolvimento da sociedade. Isso porque, a depender do tipo de participação que se almeje, também as mídas e estratégias vão variar.

Para uma melhor compreensão dos resultados da pesquisa empírica, o processo apresentado aqui será dividido cronologicamente em dois períodos:

> . o primeiro período vai do início da gestão do prefeito João Henrique em janeiro de 2005, até a apresentação para a sociedade da primeira minuta do plano, elaborada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Salvador, que culmina com a demissão do secretário de planejamento, cargo de coordenação de todo o processo, em setembro de 2006;
>
> . e o segundo período tem início com a substituição do titular do planejamento municipal e as primeiras audiências públicas para a elaboração da segunda minuta do plano em outubro de 2006, e se encerra com a sanção da lei do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em fevereiro de 2008.

Em cada um desses períodos serão analisadas basicamente as ações realizadas em relação ao processo de planejamento e de mobilização para a participação por parte do poder público municipal, do Ministério Público Estadual, e dos veículos de comunicação. As audiências públicas ocorridas também serão analisadas, e consideradas como ações, tanto do poder público municipal quanto do Ministério Público Estadual durante o processo.

Na análise de material primário, coletado nos arquivos das instituições que participaram diretamente na elaboração do plano, (a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e o Ministério Público Estadual), foram observados principalmente:

> . o encadeamento e cronologia dos eventos relativos ao processo de revisão do PDDU, com os registros oficiais das reuniões, sessões

legislativas, debates e audiências públicas ocorridas durante o processo. Nesses documentos foram observadas informações como:
I - tipo do evento;
II - data e local;
III - conteúdo do evento;
IV - identificação dos presentes no local;
V - conclusões e deliberações em cada evento.

. o encadeamento e cronologia dos diálogos entre os poderes públicos do executivo, legislativo e o judiciário, e destes com outras organizações da sociedade civil durante o processo, no período estudado, analisados através dos documentos produzidos por esses agentes do processo, como ofícios, relatórios e correspondências.

Um segundo tipo de fonte de dados, são os meios de comunicação atuantes durante o processo. Essa atuação pode acontecer por decisão dos próprios editores, jornalistas ou outros profissionais envolvidos na produção dos conteúdos desses meios (e em última instância dos proprietários desses veículos de comunicação); como pode também ser provocada por ação de algum agente do processo de planejamento, como os poderes públicos municipais.

Nesse tipo de fonte, os dados coletados dizem respeito a comunicados, reportagens e peças de divulgação e informação. Foram observados os aspectos relativos ao conteúdo, à tiragem e à audiência estimada das peças em cada veículo de comunicação utilizado.

No caso das reportagens, foram categorizadas as reportagens pela natureza do seu conteúdo em relação a participação no planejamento urbano. As categorias foram:

1. reportagens de casos específicos e acontecidos de problemas pontuais urbanos, geralmente enriquecidas com a opinião de especialistas e gestores públicos relacionados ao tema em questão.

2. reportagens sobre assuntos relacionados ao planejamento da cidade, porém sem nenhuma referência à possibilidade de participação do cidadão nas decisões referentes a esses assunto,

3. reportagens e entrevistas que se referem diretamente e revelam a possibilidade da participação dos cidadãos na revisão do PDDU e no planejamento da cidade,

Para essa análise, foi escolhida a produção de um jornal impresso definido tanto pela relevância e constância observada na reconstrução cronológica do processo ocorrido, como também pela existência de catalogação e sistematização do material para estudo. Foram encontrados dados relativos a essa produção tanto no arquivo do Ministério Público Estadual quanto no banco de dados do jornal.

Também foi encontrada uma rara produção de duas emissoras locais de televisão. O veículo rádio apesar de atender ao requisito da relevância, não apresentou existência de catalogação e sistematização para consulta aos dados e ao conteúdo, e também não foi encontrada nenhuma produção. Então, os veículos de comunicação assim definidos foram:

I - Jornal A Tarde. Jornal impresso de maior circulação da cidade no período estudado, e que é espaço de debates de idéias e promoção de eventos ligados ao tema do planejamento;

II - Rede Bahia e TV Band Bahia. Duas das emissoras locais de TV aberta de maior audiência. Com produção própria de conteúdo jornalístico, de entretenimento e publicitário;

É preciso deixar claro que, apesar de o autor dessa dissertação reconhecer o enorme potencial mobilizador dos agentes sociais e movimentos politicos da sociedade organizada, onde as visões críticas, propositivas e de entendimento político da sociedade local são gestadas, esse trabalho se limitará à análise da mobilização realizada através das ferramentas de comunicação utilizadas no processo de revisão do PDDU em Salvador nos anos de 2005 e 2008.

Ainda é importante alertar que, este trabalho não tem como proposta a avaliação do nível de compreensão da população dos conteúdos destacados pelos meios de comunicação, pois essa discussão levaria o estudo a outros campos de conhecimento, como a educação e psicologia, o que não está no escopo desse trabalho aqui apresentado. Mas desde já, deixa-se claro que a apreensão teórica do nível de compreensão pela população dos conteúdos veiculados, poderá contribuir em outros trabalhos para análise da eficácia das ferramentas e meios de comunicação utilizados na mobilização social para a participação no planejamento urbano.

Com o recorte assim definido, a análise exaustiva e sistemática do material nos encaminha para o passo seguinte: a análise de alguma experiência de comunicação social realizada pelo poder público municipal com outro objetivo (que não a comunicação para a mobilização social no planejamento participativo), e que será tomada como referência para a análise de aspectos da comunicação social realizada pelo mesmo poder público municipal. Os limites e possibilidades que se abrem com essa última análise comparativa, podem tornar-se como guias para reflexão sobre a formulação de novas propostas nos futuros processos de planejamentos da cidade.

Crê-se que assim, pode-se compreender melhor a participação no planejamento urbano feito pela Prefeitura de Salvador, a partir da exploração de uma nova faceta do planejamento participativo, que é a utilização dos meios de comunicação para a mobilização da população em torno de questões cruciais para o desenvolvimento da cidade. De qualquer modo, abre-se a possibilidade de uma verificação, ou negação, de que as ferramentas de mobilização baseadas em estratégias de comunicação e informação, casadas com arenas sociais consistentes de debate e participação, podem ser usadas para melhor problematizar e construir conceitos centrados na questão da cidade democrática, inclusiva e justa, nos futuros processos de planejamento, de sorte a instrumentalizar cada vez melhor a população nos processos de tomada de decisão.

Capítulo 1
Democracia, Planejamento Urbano Participativo e Comunicação

1.1. Da Democracia Representativa a Democracia Participativa

> A função central da participação na teoria de Rosseau é educativa [...] Durante esse processo o indivíduo aprende que a palavra "cada" aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados.
> (PATEMAN, 1992, pg. 38)

Para Débora Nunes, a participação social num processo de planejamento urbano "consiste em um aprendizado dos mecanismos democráticos e das regras que lhe são implícitas" e esse aprendizado tem "consequência direta no exercício da cidadania" (NUNES, 2002, p.13). Para o presente trabalho então, a função pedagógica da participação está numa das origens do pensamento democrático.

Ao longo do século XX, consolidou-se quase uma unanimidade de que a democracia seria a forma de governo ideal, com capacidade de articular numa mesma comunidade as disputas políticas geradas por diferentes interesses e percepções de mundo. Joseph Schumpeter, que em seu prestigiado livro Capitalismo, Socialismo e Democracia (1943) colocou em evidência uma definição realista de democracia que se revelou importante para as teorias posteriores, afirma que "democracia é um método político, ou seja, trata-se um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas - legislativas e administrativas". (Schumpeter, 1943 *apud* PATEMAN, 1992, pg. 12)

Embora a chamada teoria clássica da democracia possa ser representada pelas idéias de Rosseau, Mill e Bentham (PATEMAN, 1992 pg. 29), a teoria da democracia "liberal representativa é a corrente teórica que se tornou hegemônica". Nessa teoria democrática, se encontra particularmente "a restrição da participação política dos cidadãos ao voto eleitoral periódico para a escolha de seus representantes" e, "a idéia de que a base para o processo de tomada de decisões ocorre através de preferências individuais" (PEREIRA, 2007, pgs. 422 e 423). Schumpeter então apresenta a definição

moderna e realista do método democrático como "aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo." (Schumpeter, 1943, pg. 269 *apud* PATEMAN, 1992, pg. 13)

Fatores como a dimensão territorial, a população numerosa e a complexidade dos problemas públicos impossibilitam a democracia direta, e o governo por representação apresenta-se como uma alternativa para a produção de decisões. Destaca-se o modelo liberal que é adotado em várias partes do mundo, inclusive em repúblicas latino-americanas, como o Brasil, que outorgam constituições liberais, inspiradas nos Estados Unidos. No século XIX, “nenhuma outra doutrina exerceu tão vasta influência, o que trouxe a difusão dos ideais democráticos dentro dos parâmetros liberais de análise e dos princípios de representação” (Laisner, 2009, p. 21).

Ao longo do século XX, apesar de serem levantadas algumas dúvidas sobre qual a melhor forma de governo, se desenvolve a percepção de que a democracia se tornou a forma ideal. Dentro desse contexto, a teoria democrática liberal representativa torna-se hegemônica e se sustenta como modelo único capaz de lidar com a alta complexidade das nossas sociedades.

> O projeto liberal defende uma participação na qual a sociedade, através de suas associações, age de acordo com as diretrizes do próprio Estado, que se desresponsabiliza pela realização das políticas sociais em função de um projeto de ajuste estrutural de redução de suas atividades. [...] A restrição da participação garantiria a racionalidade e a eficiência das decisões, permitindo assim o funcionamento do sistema a partir do governo das elites, que seriam mais bem preparadas e teriam os valores democráticos mais arraigados do que a massa de indivíduos, dado que esta seria facilmente manipulável e sujeita a rompantes irracionais. (PEREIRA, 2007, pg. 423)

Ainda em defesa da democracia representativa,

> os elitistas mobilizam o argumento de que os cidadãos sabem pouco sobre como funciona o sistema político e possuem escasso conhecimento acerca dos temas de natureza pública, que se tornam cada vez mais especializados. Schumpeter, assim, chega a considerar a noção de

> soberania popular perigosa, pois, para ele, à esfera civil não deve ser oferecido um lugar de destaque quando da produção de decisão política cotidiana, dada sua incompetência, apatia e pouca informação (MARQUES, 2008, pg. 56).

Esse modelo hegemônico adotado nas democracias atuais constantemente tem sido alvo de críticas, e os principais elementos dessa crise são: tanto a sensação que os cidadãos têm de não serem devidamente representados; quanto o número de abstenções nas eleições. As consequências são a perda de legitimidade do próprio sistema político. (PEREIRA, 2007, p. 425 e 426)

Em contraponto ao modelo liberal representativo, a corrente teórica contemporânea da democracia participativa se desenvolve nas décadas de 1970 e 1980. Pateman, em "Participation and democratic theory" (1970) procura desconstruir a idéia de que a prática democrática deveria se restringir à mera participação eleitoral por parte dos representados. Ela recupera de Rosseau a importância de um certo nível de igualdade econômica entre os cidadãos para que esta não interferisse na prática política, a importância da participação política como mecanismo de aprendizado do indivíduo.

> Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação. [...] Toda a teoria política de Rousseau apóia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca uma efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.
> (PATEMAN, 1992, p. 35)

Segundo Borges (2010), a teoria da democracia participativa pode ser sintetizada nas assertivas de que;

> a noção de política alarga-se para além da esfera habitual do governo para novos espaços, como o do trabalho; a estabilidade do sistema participativo é propiciada pela educação: quanto mais o indivíduo participa, melhor capacitado ele se torna para fazê-lo; uma vez que o cidadão perceba que suas opiniões são de fato levadas em consideração na produção das decisões coletivas, ele estará disposto a participar ativamente da vida

> política; a participação gera um efeito integrativo e auxilia na aceitação das decisões coletivas, o que torna a democracia participativa mais estável. (BORGES, 2010, p.13)

Por outro lado, surgem algumas críticas a esse modelo.

> As principais críticas ao modelo participacionista referem-se a questões de aplicação prática: necessidade de boa circulação de informações, capacidade cognitiva, educação e alto engajamento cívico.
> (JAMBEIRO; BORGES, 2010, p.137)

No entanto, segundo Silva (2009, p. 51), "já existem atualmente dispositivos de ênfase participativa ou deliberativa funcionando nas engrenagens institucionais das democracias liberais". Sobre a experiência brasileira na questão podemos citar como exemplo de tais dispositivos a criação, a partir da Constituição de 1988, de inúmeras conferências e conselhos nos mais variados setores da gestão pública, e também os exemplos das experiências de orçamentos participativos como os de Porto Alegre e Belo Horizonte.

1.2. O planejamento urbano participativo

A partir do final do século XIX e todo o decorrer do século XX muitas das cidades dos países periféricos cresceram vertiginosamente sem planejamento. Nesse ambiente, onde o processo de acumulação de capital se realiza de maneira intensa e livre dos pudores e controle de uma sociedade mais crítica e organizada, há o aumento das desigualdades provocado pela pressão de grandes grupos econômicos, acentuando a governabilidade de maneira pouco democrática, normalmente não alinhada aos interesses coletivos locais. No final do século XX e início do século XXI, é colocada em debate nesses países a necessidade de um melhor planejamento, que conte com a participação dos interesses coletivos locais na definição das políticas públicas.

> A emergência de experiências participativas de planejamento e controle social é uma das principais marcas da renovação democrática por que passa a maior parte dos países latino-americanos, e expressa a busca por novos modelos de gestão pública. A mobilização da sociedade para a

> participação em processos de tomada de decisão sobre as intervenções na cidade e sobre o uso de recursos públicos é cada vez mais entendida como um caminho promissor para que projetos e políticas tenham melhores resultados.
> (BEDUSCHI. 2007, p.3)

Convém deixar claro um aspecto de natureza conceitual, que contribui para esse trabalho. Entende-se que, à parte da questão política democrática que envolve o tema aqui tratado, podemos definir em um sentido amplo que:

> planejamento é um método de aplicação contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências. (FERRARI, 1988, p. 99)

Por sua vez um processo democrático de planejamento urbano participativo, é aquele planejamento executado para o desenvolvimento de um município ou região metropolitana, que se apóia no diálogo e no entendimento entre os sujeitos, como base da racionalidade humana. Então assume-se que:

> para alcançar o entendimento num processo de comunicação, as pessoas devem assegurar-se de que podem entender, confiar, acreditar e concordar com o que é dito. Habermas[1] argumenta que a existência de ações comunicativas não é condição suficiente para a comunicação, pois a comunicação pressupõe entendimento e, para que haja entendimento, é necessário haver um diálogo livre e autônomo entre os interlocutores. É somente através do diálogo, isto é, de interações comunicativas livres, que um mundo racional pode emergir.
> (TORRES, 2007, p.4)

E mesmo que existam diferentes graus de liberdade nesse diálogo, a ação comunicativa é sempre contingente das relações sociais e da práxis de interações entre as pessoas. Esse fato nos leva a procurar dentro das contingências, um diálogo autêntico, no qual o único objetivo é alcançar o entendimento, e com isso, a tentativa de permitir alguma capilarização da democracia.

---

[1] In: The Theory of Communicative Actions, Vol.1: Reason and the Rationalization of Society. London: Polity Press, 1984.

> O diálogo, através desta formulação, é uma arena social e historicamente situada de ações comunicativas, na qual qualquer afirmação feita por um ator pode sempre ser testada, criticada e descartada pelos demais. É exatamente esta possibilidade que faz de uma ação comunicativa, uma ação contingentemente racional.
> (BERNSTEIN, 1978 *apud* TORRES, 2007, p.4)

No processo de racionalização, valores ou normas não são externos ao problema, então a racionalidade como um processo comunicativo tenta responder questões como: “quem age no interesse de quem, em que contexto, fazendo quais escolhas, sob que condições e restrições e, sujeitas a que regras e normas”. (FORESTER, 1989 *apud* TORRES, 2007, p.4)

Segundo Gomes, a comunicação e a racionalidade são requisitos para a esfera pública, que deve ser compreendida como:

> aquele âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes à comunidade política se apresentam na forma de argumentação e discussão. Essas discussões devem ser abertas à participação de todos os cidadãos e conduzidas por meio de uma troca pública de razões.
> (GOMES, 2008, p. 35 e 36)

Assim, tomando como ponto de partida a idéia de uma prática de planejamento que considere as ações comunicativas, geradoras dos diálogos, podemos vislumbrar a possibilidade de um aprofundamento na questão da participação no planejamento urbano.

O jurista Ives Gandra Martins afirma que a noção de participação é uma das cinco noções básicas que devem ser aprofundadas, como instrumental indispensável para delimitar o que seja Bem Comum[2]. A etimologia da palavra participação tem duas origens: do latim "partem capere", que significa tomar uma parte; e do grego, que significa ter conjuntamente ou ter com outro. Daí, segundo o jurista, os dois sentidos básicos da palavra participação:

[2] segundo o jurista, as cinco noções são: as noções de Finalidade, de Bondade, de Participação, de Comunidade e de Ordem.

> Sentido Material (latino) - dividir um todo material entre aqueles que dele participarão: o todo desaparecerá e cada sujeito participante terá uma parte do objeto participado, guardando uma relação apenas histórica com o antigo todo;
>
> Sentido Espiritual (grego) - ter parcialmente o que outro possui integralmente: uma alegria que é plena no sujeito que obteve uma vitória, é participada em menor intensidade naquele que recebe a comunicação da vitória e com ela se alegra, sem que a participação diminua a alegria do sujeito que obteve a vitória, antes a tem aumentada.
> (MARTINS, 2000, p. 1)

Seguindo outra caracterização, mas igualmente identificando duas vertentes de interpretação para o mesmo termo, no dicionário Houaiss[3] o verbo participar possui duas transitividades em relação ao seu complemento. Desse modo, ele pode ser:

> 1. transitivo direto e bitransitivo
> significa: fazer saber; comunicar; informar
> Ex.: “participaram a gravidez aos futuros avós”
>
> 2. transitivo indireto
> significa: tomar parte em; compartilhar; ter parte em; partilhar; associar-se pelo sentimento ou pensamento (da dor, da alegria, do luto etc.); apresentar natureza, qualidades ou traço(s) comuns; ser parte de;
> Ex.: “participar das manifestações pela paz”; “participar dos incentivos fiscais”; “participou do júbilo pela conquista do campeonato”; “a obra de Leonardo da Vinci participa da modernidade”

Podemos notar então, basicamente duas variações nos significados do verbo participar no dicionário, uma ligada ao ato de comunicar, e a outra ligada ao ato de compartilhar. De certa forma, essas mesmas variações estão presentes na afirmação de Marilena Chaui, para quem a participação no planejamento das cidades ora pode ser entendida como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes, ora como intervenção direta nas ações políticas pela população (CHAUI, 2005, p.24). Pode-se apreender dessa afirmação que a participação no planejamento urbano, é a interlocução, o diálogo entre os diversos agentes no processo; e também a

[3] disponível em http://houaiss.uol.com.br

presença dos interesses coletivos nos momentos decisórios da definição das diretrizes e normas.

Seguindo uma das vertentes teóricas do planejamento urbano moderno, o *advocacy planning*[4], em 1976 o arquiteto Cristopher Alexander escreveu o livro *Urbanismo y Participación*, onde ele afirma que o processo de planejar e construir em uma comunidade criará um meio ambiente ajustado às necessidades humanas apenas quando seguir, na prática, 6 princípios[5]. Um desses princípios é o da Participação, onde "todas as decisões sobre o que se vai construir e de como se deve construir, devem estar nas mãos dos usuários" (ALEXANDER, 1976, p. 42, tradução nossa).

Outro princípio preconizado no mesmo livro por Cristopher Alexander é o da Coordenação, onde o processo de planejamento deve ser contínuo. Para isso, segundo Alexander, deve haver um financiamento contínuo do processo de planejamento, além de uma norma de apresentação do plano que facilite a apreensão e o fluxo de trabalho por parte dos participantes do processo. Para Débora Nunes, assim como o planejamento, participar também deve ser uma atividade contínua.

> Participar significa tomar parte em discussões e decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação, pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessária, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da P a r t i c i p a ç ã o .
> (NUNES, 2002, pg.11)

Segundo Souza (2002 *apud* Fadul e Mac-Allister, 2006), pode-se avaliar a quantidade e intensidade da participação nos processos decisórios de planejamento e gestão com base numa escala de avaliação da participação, que vai da participação autêntica a não-participação:

---

[4] as outras vertentes mais conhecidas são Teoria Globalista, Teoria Incrementalista e a Teoria Estruturalista. A Teoria Advocacional, que dá ênfase na participação, se distingue pela defesa do pluralismo no planejamento urbano, onde grupos de interesse façam suas propostas de planejamento sem depender da iniciativa do Poder Público. Ver (DAVIDOFF, 1965) e (SABOYA, 2008).

[5] Os 6 princípios do urbanismo participativo são: a ordem orgânica, a participação, o crescimento a pequenas doses, os padrões, os diagnósticos, a coordenação.

Quadro 1: Escala de participação

Tipo de situação	Descrição	Grau de participação
Autogestão	as políticas e intervenções são conduzidas de modo autogestionário pela população, como sociedade civil, na total ausência do Estado	participação autêntica
Delegação de poder	o Estado abdica de atribuições, relativas a políticas e intervenções, em favor da população, como sociedade civil; trata-se de co-gestão entre Estado e sociedade civil	participação autêntica
Parceria	a população, como sociedade civil, e o Estado colaboram em políticas e intervenções; trata-se de co-gestão entre Estado e sociedade civil	participação autêntica
Cooptação	a população é cooptada (consultada, ouvida sistematicamente) em relação a políticas e intervenções, através de canais e instâncias permanentes de participação	pseudoparticipação
Consulta	a população é consultada sobre políticas e intervenções, através de pesquisas de opinião, audiências públicas ou similares	pseudoparticipação
Informação	as informações sobre as políticas e intervenções são disponibilizadas para a população	pseudoparticipação
Manipulação	a população envolvida é induzida a aceitar políticas e intervenções	não-participação

Fonte: adaptado por Fadul e Mac-Allister (2006) de Souza (2002)

De modo a bem observar o que ocorre no caso da formulação de um plano, historicamente contextualizado, nota-se que a participação, mesmo com sua intensidade variando dentro da escala apresentada anteriormente, pode ser incorporada ao processo social de planejamento da cidade em três ocasiões principais:

> i. como um instrumento importante para construir um diagnóstico adequado e completo da realidade, e, nesse caso, ela antecede a formulação das políticas. O Ministério das Cidades no guia para elaboração de planos diretores participativos, se refere a essa ocasião como a de “ler a cidade e o território”, onde a leitura comunitária (e participativa) deve ser realizada em conjunto e de maneira complementar com a leitura técnica realizada por especialistas (BRASIL, 2005, p.20);

ii. na adoção de princípios e diretrizes de planejamento, onde há o entendimento dos agentes no processo sobre as vantagens e interesses das alternativas em discussão, são feitas as decisões e é finalizado o plano. Para o Ministério das Cidades, essa ocasião está tanto no momento de formulação das propostas, quanto no momento de definição dos instrumentos (BRASIL, 2005, p. 27 e 30);

iii. como um mecanismo imprescindível para a viabilidade do plano, na implementação de políticas e regulações necessárias, sejam elas concebidas ou não com a participação popular. Nessa ocasião “a revisão e os ajustes deverão ser discutidos e acordados de forma integrada com os demais fóruns de discussão atuantes no município” (BRASIL, 2005, p. 32).

Então, entende-se aqui por participação um conceito amplo, um direito e também um dever do indivíduo no exercício da cidadania. É o próprio processo pedagógico conflituoso e contínuo de construção de um conjunto desses direitos e deveres específicos que,

> deverão nortear a vida em comunidade numa cidade pela maioria de sua população através da compreensão da realidade que os cerca, e de evidenciamento das suas necessidades enquanto indivíduos e enquanto coletividade.
> (NUNES, 1993, p. 6)

Por isso, a co-responsabilidade da maioria da população nas decisões e no aproveitamento das oportunidades, é item fundamental para o fortalecimento da cidadania e sua perenidade. Para o economista Fernando Pedrão, quando confrontado com os dilemas para um maior desenvolvimento das cidades dos países em desenvolvimento, "o encaminhamento correto da questão parece ser de tratar o planejamento como uma pedagogia e não como um procedimento administrativo". (PEDRÃO, 2002, p.113)

A realidade nos mostra contudo, que a participação de determinados grupos sociais (essencialmente os dominantes) sempre houve, mesmo que quase nunca revelada. "Quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na 'participação' só pode ser referir à maioria dominada" (VILLAÇA, 2005, p. 50). E um dos aspectos dessa dominação é

justamente a falta de instrumentos para a compreensão e interpretação dos conceitos e interesses relativos às decisões coletivas, por parte dessa maioria dominada.

Para esse trabalho, o foco é especialmente importante na cidade de características acentuadamente desiguais, situada numa região em que o desenvolvimento sempre é muito menor do que as demandas sociais exigem. Nesse tipo de cidade, a apresentação de possibilidades para encaminhamento de políticas públicas que favoreçam os interesses coletivos se faz urgente. E nessas condições de pouco desenvolvimento e imensa desigualdade social, a participação pode até estar nos discursos e programas oficiais, mas normalmente as propostas e decisões que seriam geradas por essa participação (se essa ocorresse de fato) não coincidem aos interesse dos poderes econômicos dominantes.

Nessa realidade de pouca (ou quase nula) efetividade na participação de variados setores da sociedade na gestão e planejamento da cidade, uma das características dessa gestão e planejamento ocorridos, é o fato de que os conflitos de interesses existentes não são revelados em sua plenitude para toda comunidade. Porém, não é objetivo desse trabalho investigar por quais motivos isso acontece. O fato é que essa situação acontece de maneira proporcional à concentração de poder e às desigualdades econômicas numa cidade. E nisso consiste a enorme importância do maior conhecimento sobre esse processo, na realidade e região destacada por esse trabalho.

1.3. Brasil: do MRU ao Estatuto da Cidade

Apesar de considerar que a participação tem tradições culturais diferentes, pode-se pontuar que na década de 1960, particularmente nos países desenvolvidos, protestos contra o caráter antidemocrático das intervenções urbanísticas do pós-guerra acabam por conduzir a uma maior participação dos usuários e das comunidades atingidas na própria definição dos projetos urbanos (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2).

> Em 1965, torna-se obrigatória na Grã-Bretanha a participação popular na elaboração de planos diretores; nos Estados Unidos, em 1969, exige-se a participação de comunidades nos locais em que se aplicariam recursos

> federais e, na década de 1970, vários são os exemplos de participação pública em projetos urbanos nos EUA, na Holanda e na Inglaterra.
> (DEL RIO, 1990 *apud* PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2)

Cada vez mais, a participação da sociedade civil e a articulação dos agentes sociais para o planejamento e gestão das políticas públicas são vistos como elementos fundamentais para o estabelecimento de processos consistentes e duradouros de desenvolvimento urbano, e vêm assumindo relevância crescente.

Na sociedade brasileira, no período compreendido entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, com o programa de reformas de base[6], os problemas urbanos entram no debate da justiça distributiva[7], e o marco é a realização, em 1963, do Seminário Habitação e Reforma Urbana. Para os realizadores desse seminário "as reformas agrária e urbana teriam impactos na melhoria das condições de vida da população brasileira" (RIBEIRO 2003, p. 11 e 12), ainda que;

> predominava nos documentos produzidos nessa época o enfoque do planejamento calcado na boa técnica urbanística, sem menção a processos participativos que incorporassem as demandas e opiniões dos diferentes segmentos da população urbana.
> (BASSUL, 2005, p. 37).

Já no ano de 1964, apenas um ano depois, acontece no Brasil o golpe militar, onde é deposto o governo de João Goulart, e todo esse esforço por melhorias significativas nas condições de vida urbana é sufocado e substituído pelo planejamento de viés tecnocrático da ditadura política, subordinado às exigências da racionalidade econômica. O regime autoritário que se instala, além de trabalhar para desfazer qualquer progresso conseguido no terreno do tema das reformas até então, fortaleceu em ritmo acelerado o modelo concentrador de renda, riqueza e poder (MARICATO, 2000, p. 23).

---

[6] O presidente Joao Goulart elaborou um Programa de Reformas de Base, com o qual tencionava promover o desenvolvimento do país em bases nacionalistas. O programa previa a realização de importantes mudanças: reforma urbana, agrária, administrativa, bancária e educacional. O programa acentuou a radicalização política, crescente desde 1961 e que culminou com o golpe militar de 1964.

[7] "A justiça distributiva consiste em dar a cada um o que é devido e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais" (CHAUI, 2000, p. 494).

O governo brasileiro instituiu em 1964 o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Com o descontentamento decorrente do fechamento dos canais de participação política e econômica no país, essa seria uma forma de minimizar as insatisfações sociais. De qualquer modo, o estado se distanciou dos problemas das camadas mais populares, assim como das demandas específicas dessas camadas em cada localidade. Segundo Souza (1990), por parte das ações do governo,

> na década de 70, os planos e projetos eram elaborados sem a mediação representativa dos interesses populares e se dirigiam, sobretudo, as questões genéricas, distanciando-se da problemática própria de cada contexto.
> (SOUZA, 1990, p.111)

Com o início da abertura política e as carências sociais cada vez mais agudas, no final dos anos 70 e no decorrer dos anos 80, diversos movimentos articularam-se com a perspectiva de influenciar o processo de redemocratização do país. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU, articulação dos movimentos de moradia, organizações não governamentais, representantes de setores acadêmicos e de entidades profissionais, desencadeou um intenso processo de discussão e formulação de instrumentos de regulação, planejamento e gestão que desembocariam na formatação de uma emenda popular ao projeto constitucional que seria aprovado em 1988 (BONDUKI, 2008, p. 2). Essa formatação retoma os ideais reformistas dos anos 60, tendo como base;

> o diagnóstico dos problemas urbanos como resultado da relação de força estabelecida na cidade brasileira em torno da apropriação privada dos benefícios em termos das rendas geradas pela intervenção pública [...] ao contrário do diagnóstico do período autoritário, onde esses problemas seriam o resultado do excessivo crescimento da população da cidade. (RIBEIRO, 2003, p.13)

Assim, a partir de meados dos anos 80, diversas feições da participação vão sendo postas em cena pelo desenvolvimento do debate e do pensamento sobre uma Reforma do Estado no Brasil (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2). Nesse âmbito nacional, essa foi a década perdida no que concerne ao crescimento econômico, mas ganha do ponto de vista dos movimentos e da participação popular. A luta pela redemocratização e, nela, o

papel que desempenharam os movimentos sociais urbanos, colocou na ordem do dia não apenas o tema da participação popular, mas a necessidade de conferir legitimidade aos novos governos democráticos (municipais, estaduais e mesmo nacionais) pela inclusão dos interesses da sociedade civil na formação da agenda de medidas a implementar.

Os movimentos sociais deflagrados na segunda metade dos anos 1970, e que acumularam força no curso dos anos 1980, haviam politizado a agenda das demandas com respeito ao acesso à moradia e aos serviços públicos nas cidades em expansão. Com esse fato, alguns gestores públicos adquirem o sentido da necessidade política de inclusão da sociedade civil, questionando a operação dos interesses imobiliários e econômicos atuantes no âmbito urbano.

Essa realidade repercute também, do ponto de vista das formulações técnicas que aparecem na década de 1990, assim;

> O Banco Mundial primeiramente introduz a noção de "governança" como meio de assegurar a eficiência do setor público e o estabelecimento de uma estrutura legal, capaz de impor regras claras ao jogo do mercado. Mecanismos que assegurem a responsabilização dos administradores públicos, assim como a ampla difusão das informações e a participação de representantes do público na tomada de decisão, compõem ainda, essa noção de governança renovada pela proposta de participação mais intensa da sociedade civil, como meio de controle social sobre os governos. (SILVA, 2000 *apud* PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2)

Em 2001, depois de quase dez anos de estudos por parte do poder legislativo, é sancionada e entra em vigor no Brasil a lei federal de nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, marco referencial para a regulamentação do capítulo da política urbana constante da Constituição Brasileira de 1988[8]. Tal capítulo é ele próprio, uma evidência de como a questão da gestão pública das cidades sai radicalmente reformada, na consciência política e social, a partir das ações dos movimentos sociais urbanos na década anterior, que se refletem no curso da redemocratização da sociedade brasileira e da nova institucionalidade que surge a partir desse momento.

[8] Nos artigos 182 e 183, Capítulo II, contido no Título VII que trata da ordem econômica e financeira.

> A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.[9]
> (Art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

O Estatuto da Cidade dá diretrizes de política urbana nos níveis federal, estadual e municipal. O Estado assume a responsabilidade de estabelecer condições para o aumento da influência de agentes sociais tradicionalmente excluídos, exigindo a participação destes nos processos de elaboração, implementação e revisão de leis urbanísticas. De acordo com o Estatuto, a participação da sociedade é condição necessária ao processo de planejamento, que dela não pode prescindir. A participação social em decisões sobre o destino da cidade passa a estar, assim, na ordem do dia não apenas do ponto de vista dos anseios dos movimentos, mas também do ponto de vista da legislação e dos procedimentos práticos, tal como institucionalizados no país a partir de então. Uma das diretrizes gerais descritas é:

> a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
> (Capítulo 1 Art. 2º do Estatuto da Cidade, 2001)

Com isso, a corrida pela elaboração e aprovação de planos diretores no Brasil, em decorrência da aprovação do Estatuto em 2001, no qual estava atrelada a exigência de que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes tivessem um plano diretor participativo em até 5 anos, trouxe novos desafios para os profissionais e representantes

---

[9] São parágrafos e incisos desse artigo:
§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
I - parcelamento ou edificação compulsórios;
II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

do Poder Público. Com a ênfase na participação da população em todas as etapas do processo, urbanistas, economistas, além de:

> arquitetos, geógrafos, engenheiros e demais profissionais envolvidos nos planos diretores, perceberam que não possuíam em sua formação um conhecimento aprofundado sobre metodologias participativas e técnicas de interação com a população com vistas à tomada de decisões em grupo. (SABOYA e KARNAUKHOVA, 2007, p. 2)

Outro ponto importante para a compreensão desse trabalho de dissertação, está contido no capítulo III do Estatuto da Cidade que versa sobre o Plano Diretor, em seu artigo 40, no parágrafo 4º, determina que:

> No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:
> I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
> II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
> III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.
> (Parágrafo 4º, Art. 40 da Lei Nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade)

No ano de 2003 foi criado o Ministério das Cidades, que realizou naquele ano a 1ªConferência Nacional das Cidades onde foram mobilizados cerca de 320 mil representantes da sociedade civil organizada e do poder público em 3.457 dos 5.563 municípios brasileiros[10]. Dentre as principais definições dessa conferência foi a definição e constituição do Conselho Nacional das Cidades, que veio a ser regulamentado em 2 de abril de 2004, como um órgão colegiado permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, e que seria constituído na época[11] por 70 conselheiros, divididos entre 30 representantes do poder público (43%) e 40 representantes da sociedade civil (57%)[12].

---

[10] Ver: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades>

[11] Ver: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades/1a-conferencia-das-cidades/resolucoes-concidades/Resolucoes1Conferencia.pdf>

[12] Hoje a composição é de 86 titulares, sendo 37 representantes do poder público e 49 representantes da sociedade civil, mantendo a mesma proporção de 43% e 57%.

O Conselho das Cidades delibera então acerca das mais diversas matérias relativas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU por meio de suas resoluções. Numa dessas resoluções, a de nº 25 de 18 de março de 2005, é aprofundada a maneira de como é colocada, na legislação brasileira, a publicidade no processo de elaboração dos planos diretores urbanos no Brasil, e são feitas as seguintes recomendações e orientações no seu artigo 4º:

> No processo participativo de elaboração do plano diretor, a publicidade, determinada pelo inciso II, do § 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, deverá conter os seguintes requisitos: I – ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis; II - ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias; III - publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.
> (BRASIL, 2005)

Vimos aqui então, que a insatisfação com a forma como se relacionavam o Estado autoritário da ditadura militar e a sociedade no Brasil dos anos 1970 e 1980, e também a busca pela alteração nos padrões de desigualdade social, civil e política, levaram a significativas mudanças sociais e políticas. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais passaram a reinvindicar a democratização do Estado por meio da participação nas decisões acerca das políticas públicas. A inscrição constitucional da participação como princípio de organização e de gestão do Estado brasileiro, o Estatuto da Cidade, e as resoluções correlatas decorrentes dele, são a concretização em forma de lei do atendimento a demanda social pela participação no campo do planejamento urbano.

1.4. A comunicação e o planejamento urbano

Vivemos hoje uma situação conflitante no Brasil, pois enquanto na tramitação do Estatuto da Cidade ocorreu a assimilação do diagnóstico e da concepção presentes no projeto de reforma urbana.

> A globalização da economia exclui do desenvolvimento territórios e cidades e [...] impõe aos países periféricos do capitalismo reformas

> políticas e institucionais que crescentemente diminuem a capacidade nacional e local de controle da sua historicidade.
> (RIBEIRO e JUNIOR, 2003, p. 94)

Para criar um caminho de planejamento e gestão urbana que contrarie essa tendência mundial, é enorme a variedade de aspectos que necessitam de amadurecimento e evolução, tais como: a estrutura do Estado, os instrumentos que garantam o direito a cidade, a legitimidade do processo político, a distribuição dos investimentos públicos, entre outros.

Este trabalho aborda um desses aspectos: o processo participativo definido pelo Estatuto da Cidade em 2001, e que vem sendo praticado de diferentes formas nos diferentes municípios brasileiros. Mais específicamente, interessa-nos compreender de que maneira os agentes envolvidos - recortada a experiência para o caso de Salvador - se utilizam da comunicação para implementar esse processo participativo. Consideramos que a participação pode ser potencializada através da difusão de conceitos básicos relativos aos problemas urbanos, e da revelação dos conflitos e agentes atuantes na construção do espaço. Uma dúvida então surge aqui, a de que se a importância dessa difusão for incorporada na prática dos profissionais envolvidos nos processos de planejamento, será que essa articulação entre planejamento, educação, comunicação e participação pode colaborar na formação de uma consciência coletiva atuante e esclarecida da sua realidade ?

Essa é uma tarefa difícil, pois segundo Armand Matterlart (sociólogo estudioso das teorias da comunicação), na sociedade global da informação as dinâmicas dominantes de expansão dos monopólios e das lógicas de rentabilidade financeira limitam a capacidade coletiva no desenvolvimento de inovações de interesse geral (MATTELART, 2005, p. 21). Mas, de qualquer modo, em relação aos debates dos problemas sociais, e aqui incluímos a falta de participação no planejamento urbano como um desses problemas, atualmente:

> uma nova configuração de atores sociais e profissionais, tanto em nível nacional como internacional, começou a se distanciar das dinâmicas dominantes e a retomar a questão das tecnologias da informação e da comunicação.
> (MATTELART, 2005, p. 13)

Essa retomada da questão das tecnologias da informação e da comunicação são entendidas aqui como, aquelas que se referem a inovações aplicadas em um ambiente de divisão dos conhecimentos, contrário à noção singular de “sociedade global”, onde os modos específicos “de apropriação das tecnologias são resultado da diversidade das configurações de atores inscritos nos contextos institucionais, culturais, industriais e políticos” (MATTELART, 2005, p. 14).

Esses modos atuais de apropriação tecnológica nos lançam sobre a esperança de que, baseado no conceito desenvolvido pelo filósofo Félix Guattari (1987), as revoluções moleculares[13] derivadas dessas tecnologias de produção de conteúdo informacional e comunicacional, sejam continuamente aprimoradas em direção ao fortalecimento dos espaços de debates democráticos e atenda aos anseios e necessidades da coletividade em toda a sua heterogeneidade.

> Somente uma maneira de pensar direcionada para a mudança do mundo, [...] diz respeito a um futuro que não é feito de constragimento (futuro como o espaço de surgimento inconcluso diante de nós), e a um passado que não é feito de encantamento.
> (BLOCH, 2005, p. 18)

Sendo o planejamento urbano participativo, em parte, um processo de educação da população para o desenvolvimento de sua cidadania, é condição básica então o entendimento das ferramentas comunicacionais, por parte dos profissionais envolvidos no plano. No caso de um pequeno município, para melhorar o entendimento do processo de elaboração do plano pela comunidade, essas ferramentas de comunicação podem ser bastante simples, como alguns cartazes em lugares de muita movimentação, um carro de som anunciando as audiências públicas, faixas nas praças, conversas com líderes comunitários, etc. Num município com uma população de quase 3 milhões de habitantes[14], o desafio é muito maior.

---

[13] Segundo Guattari, as revoluções moleculares são aqueles conflitos que se dão no âmbito micropolítico do corpo social capitalista relativos ao ambiente do desejo, às liberdades, e aos novos questionamentos da vida cotidiana. Não se trata dos conflitos relativos a lutas de interesses, lutas econômicas, lutas sociais ou mesmo lutas sindicais no sentido clássico. Por outro lado, “as revoluções moleculares não se referem apenas às relações cotidianas entre homens, mulheres, etc. [...] Ela intervém também no interior da produção econômica enquanto tal. Encontra-se no seio dos processos mentais ativados pela nova divisão mundial do trabalho e pela revolução informática da era dita pós-industrial”. (GUATTARI, 1987, p. 219 e 220)

[14] População de Salvador no ano de 2010, 2.676.606 habitantes. (IBGE, 2010)

> Numa democracia de massa, não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e as posições em disputa eleitoral sem que se passe por um tal meio essencial de sociabilidade. (GOMES, 2008, p. 134)

Esse tal meio essencial de sociabilidade pode ser identificado como o sistema de comunicação de massa existente, mesmo que os conteúdos propagados por esse sistema não representem satisfatoriamente a coletividade,

> na sociedade contemporânea, não há espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema de comunicação de massa.
> (GOMES, 2008, p. 118)

Dessa forma, a sociedade contemporânea é entendida aqui como uma sociedade estruturada e ambientada, em grande parte, pela comunicação, como uma verdadeira "Idade Mídia", em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea, em seus diversos campos. De todo modo, indo adiante da mera dimensão financeira e lucrativa da comunicação, pode-se propor uma presença mais abrangente das mídias, conformadas como rede, como infra-estrutura de comunicação, que torna possível a nova circunstância societária, pois a articula e a molda como uma totalidade (RUBIM, 2000, p. 2 e 4).

Deve-se saber retirar todas as potencialidades da tecnologia da informação e adequar ferramentas aos modelos e graus de participação desejados. Isto significa saber reconhecer as necessidades de informação dos vários públicos envolvidos, mas também as formas pelas quais ele está capacitado a absorvê-las. Isto tem a ver tanto com os papéis desempenhados por esses públicos distintos na formulação de políticas e intervenções urbanas, como com as formas pelas quais as representações do espaço e os recursos para operá-las são disponibilizados. (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 1)

A seguir, vamos enumerar os meios de comunicação disponíveis para a mobilização social como:

. aqueles que poderíamos chamar de curto alcance, que são peças físicas pontuais como cartazes, faixas e panfletos, os quais, pela sua própria natureza, atingem um número quase insignificante de parcela da população, mesmo quando em casos excepcionais estão localizados em pontos estratégicos de alta exposição.

. a internet, que pode ser entendido como o mais promissor na capacidade de interação com a população, no seu aspecto de acesso quase instantâneo a informações antes muito difíceis de serem conseguidas por um cidadão comum. Nesse meio, o fato de que a grande maioria da população ainda não tem o conhecimento necessário, e muitas vezes nem recursos financeiros para acessar a tecnologia de uso dos computadores, acaba por afastá-lo de ser a melhor ferramenta para exposição dos problemas e agentes do processo decisório do planejamento urbano em larga escala no momento presente.

. os jornais impressos. Nesse caso específico, apesar de ser o veículo mais receptivo e significativo nas discussões relativas ao planejamento urbano, os fatores limitantes do meio podem residir no fato de que o número de alcance dos leitores ser apenas uma pequena parcela da população das metrópoles; e o perfil da população de leitores que é atingida pelo veículo não reflete o cidadão comum que mais necessita das decisões do planejamento, no mesmo caso da internet.

. por último, temos os meios de comunicação de massa[15] propriamente ditos, o rádio e a televisão. Esta última, como acontece em praticamente todos os países ocidentais, "tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população" (BORDIEU, 1997, p. 23). Não por acaso, esse normalmente é o principal veículo de comunicação numa campanha eleitoral, por exemplo.

Nem de longe se pretende aqui qualquer deslumbre com respeito ao papel da comunicação, na capacidade de organização política da sociedade brasileira. De qualquer forma, e apesar de não fazer parte desse trabalho, não deixa de ser relevante, social e analiticamente, conhecer a diversidade de formas utilizadas na mobilização social e os elos entre a pretensa atual inação dos cidadãos e o passado de mobilizações sociais urbanas, no caso de Salvador, vivido nos idos dos anos 1980, por exemplo.

---

[15] Meios de comunicação que trabalham com a divulgação de informações em grande escala, com rapidez e amplitude que atingem todo tipo de público.

Enumerados os meios de comunicação disponíveis para a mobilização social, adota-se a afirmação de que estes são os veículos para as ações e requisitos de publicidade presentes no artigo 4º da resolução de nº 25, do Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades do Governo Federal. Essa afirmação aproxima a legislação ao conceito de publicidade no qual ela "é a propriedade de coisas, fenômenos, pessoas e circunstâncias na medida em que elas estão visíveis e disponíveis para uma espécie de conhecimento comum" (GOMES, 2008, p. 129).

Porém, mesmo a publicidade de fins não comercias, a chamada publicidade social, não se apresenta necessariamente como esfera de visibilidade pública na sociedade contemporânea, muitas vezes porque se organiza apenas segundo a lógica comercial de captura de atenção (GOMES, 2008, p.137). Sob essas condições, a publicidade social não representa um instrumento importante para o planejamento urbano participativo, simplesmente porque na elaboração de um plano diretor,

> as razões oferecidas para a tomada de decisão devem ser: primeiro, partilhadas por todos que irão ser submetidos a elas; segundo, deverão ser compreensíveis de forma tal que todos aqueles que façam parte do processo deliberativo possam entender as propostas.
> (PEREIRA, 2007, p. 439)

A fim de extrapolar a lógica primária de captura de atenção, a publicidade no planejamento urbano, a qual é pretendida como partilhamento de razões e de entendimento coletivo de propostas, também deve ser planejada. Ou seja, tratada como parte do próprio processo de planejamento.

> O planejamento de comunicação consiste numa importante ferramenta, na medida em que deverá orientar, através de um documento formal, as ações de comunicação. Trata-se de uma forma organizada e científica de diagnosticar [...] estabelecendo estratégias e ações que venham a cumprir os objetivos delineados.
> (BROCHAND, LENDREVIE, RODRIGUES e DIONÍSIO, 1999 *apud* NOGUTI, 2005, p. 14)

O plano de comunicação, enquanto definição das estratégias e peças de publicidade social, deve então fazer parte do desenvolvimento de qualquer proposta que se diga participativa de planejamento urbano. Para o planejador é preciso a apreensão

dos conceitos chaves no planejamento de comunicação. Podemos exemplificar esses conceitos como: definição de públicos alvo, escolha dos meios, tempo de veiculação, audiência, cobertura, custos, entre outros (NOGUTI, 2005, p. 22).

Para essa pesquisa então, “o planejamento de mídia pode ser visto como o processo que indica um modo de ação que mostra como o tempo e o espaço publicitário serão usados para atingir os objetivos de publicidade e de marketing” (BARBAN, 2001, p. 14). É importante ressaltar que para o entendimento aqui descrito de plano de comunicação no planejamento urbano, as audiências públicas não fazem parte do plano das mídias utilizadas para a mobilização, pelo fato de que elas não correspondem nem se relacionam a espaços publicitários, e sim propriamente a uma conquista política de ampliação das esferas de tomada de decisões no Brasil como componente do próprio espaço participativo de discussão.

Em qualquer situação de planejamento deve haver um plano ou estratégia de comunicação, variando o tamanho e outras especificidades de cada situação, variará também o tamanho e os objetivos da comunicação. As próprias prefeituras e câmaras de vereadores se utilizam, em outras situações, do planejamento de comunicação para conseguir objetivos de promoção institucional, ou de mudanças de comportamento com campanhas publicitárias para os mais diversos fins, como por exemplo, campanhas preventivas para o trânsito, campanhas para aumento de arrecadação do Imposto Predial, Territorial e Urbano - IPTU, entre outras (como veremos no item 3.4 do capítulo 3).

Assim, o estudo da questão fortalece a democracia, na medida em que pretende aprimorar um planejamento urbano que leve em conta a comunicação e sua contemporaneidade.

Capítulo 2
As experiências de Planejamento Urbano em Salvador e a Participação

Para uma melhor compreensão do processo que será discutido nessa dissertação, será exposto nesse capítulo um pequeno histórico do processo de planejamento da cidade de Salvador, com atenção a como a questão da participação foi sendo abordada nos momentos em que houve algum tipo de planejamento urbano, anteriores a elaboração do PDDU 2008.

No início do século XX, a cidade de Salvador é marcada pela prática das intervenções urbanas pontuais e fragmentadas. Nas gestões de J.J. Seabra, governador da Bahia entre 1912 e 1916 e de 1920 a 1924, essa prática possuía acentuação na vertente do "urbanismo demolidor", o mesmo que poucas décadas antes havia sido praticado em Paris e no Rio de Janeiro. De todo modo, Fernandes, Gomes e Sampaio (1995) afirmam que o urbanismo na Bahia nesse período era marcado por ações que caracterizavam um método que só problematizava a cidade setorialmente, com privilégio pelos objetivos de melhorias nas condições sanitárias e estético-viárias na cidade (FERNANDES; GOMES; SAMPAIO, 1995, p.758).

Dessa época, ainda não há registros de pretensão de se pensar nem de intervir de uma forma global na cidade. São exemplos de intervenções pontuais do início do século (até os anos 30) a ampliação no centro de negócios da cidade baixa com o aterro para ampliação do porto, o alargamento de avenidas na cidade alta, novos assentamentos como Mont Serrat e a “Cidade Luz” (hoje denominado bairro da Pituba), a ampliação do Elevador Lacerda, entre outras (FERNANDES; GOMES; SAMPAIO, 1995, p. 758). Nessas intervenções pontuais, não há como estabelecer diálogos em diferentes níveis do planejamento.

Desperta atenção nesse período porém, uma intervenção urbana que acentua a idéia de um debate mais amplo nas decisões envolvendo o ambiente urbano, e não apenas aquela participação restrita aos políticos, funcionários públicos, técnicos e engenheiros envolvidos diretamente nas obras. A derrubada da Igreja da Sé para a passagem de uma linha de bonde em 1933, foi uma demolição de um monumento quinhentista que levou a rigor 21 anos para ser executada (SAMPAIO, 1999, p. 173). Essa intervenção que seguiu os preceitos do “urbanismo demolidor” em evidência na cidade desde a gestão de J.J. Seabra, é causadora de grande polêmica entre alguns setores da sociedade local, em linhas gerais divididos entre dois grupos. De um lado o grupo formado pela imprensa local e as autoridades políticas que defendiam o plano urbanístico e tudo que fosse necessário para “o avanço do progresso”, e do outro lado a elite cultural baiana entrincheirada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que defendia a integridade e a preservação de bens culturais arquitetônicos significativos (PERES, 1999, p. 97).

Três aspectos ainda devem ser destacados deste episódio de derrubada da Igreja da Sé. O primeiro aspecto é o papel da imprensa local como porta voz incansável dos interesses pela derrubada do monumento colonial, abandonando a imparcialidade e em alguns momentos até a compostura que teoricamente seriam intrínsecas à atividade jornalística (PERES, 1999, p. 97 e 98). O segundo é o registro encontrado de algumas propostas alternativas de intervenção urbana no local que alterassem o traçado dos bondes e preservassem o prédio da igreja, elaboradas pelos que se opunham a derrubada e revelando assim não apenas a postura de protesto de alguns engenheiros e técnicos, mas também uma participação propositiva rara e talvez até inédita para a época nas intervenções urbanas em Salvador (PERES, 1999, p.112). O terceiro e último aspecto a ser destacado é o de que a longa duração da negociação para a demolição da Igreja da

Sé não se deve apenas a insatisfação de parte da sociedade local, mas em grande parte pela habilidade da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé (proprietária do edifício religioso) em aumentar os valores propostos pela Companhia Circular de Carris da Bahia (entidade privada e proprietária das linhas de bonde da capital) para a aquisição do imóvel e despesas decorrentes, prorrogando por anos a assinatura do contrato em favor de um maior lucro da entidade religiosa (PERES, 1999). Esse último aspecto revela a tendência ainda atual, do prejuízo aos interesses dos valores históricos e sociais coletivos em favorecimento aos interesses comerciais privados (no caso, tanto da Companhia Circular como da Irmandade) nas decisões relativas a intervenções urbanas, ainda que pontuais como é o caso desse episódio.

A prática de um planejamento urbano que entende a cidade como um todo é vislumbrada apenas a partir da Semana de Urbanismo em 1935 e adotada no planejamento da cidade com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) em 1943. Essa prática abre a possibilidade de, pela aspiração ao entendimento do conjunto da cidade, proporcionar a abertura dos canais de diálogo entre diferentes grupos sociais, mesmo que esta abertura seja muito incipiente e transitória. Porém, como veremos a seguir, no caso de Salvador, planejar o conjunto da cidade também pode ser feito com tecnocracia e autoritarismo. De todo modo, o fato de se decidir sobre questões coletivas, não implica que essa coletividade seja participativa. Vamos ver o que nos diz o planejamento urbano realizado em Salvador.

2.1. A Semana de Urbanismo de 1935

Em 1935, é realizada em Salvador a I Semana de Urbanismo. O contexto histórico desse acontecimento é o de que, no início da década de 30, começa a tomar forma a modernização do Estado brasileiro com Getúlio Vargas. De certa forma, essa modernização do Estado está inserida num movimento maior pela afirmação da cultura nacional no período, já exposta e defendida por muitos intelectuais desde a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. No caso da Semana de Urbanismo de 1935 em Salvador, Sampaio afirma que não entende esse acontecimento como diretamente influenciado pelas manifestações modernistas, mas que a Semana de Urbanismo de 35 “pode ser vista como a postura dos intelectuais e da elite baiana ante os rumos da

transformação urbana" (SAMPAIO, 1999, p. 87). De todo modo, Sampaio reconhece que esse acontecimento insere-se no bojo dos acontecimentos nacionais, tentando assimilar a introdução do "urbanismo como disciplina necessária ao desenvolvimento da cidade-real" e "acaba sendo uma espécie de ponto de inflexão na forma de pensar a cidade" (SAMPAIO, 1999, p. 87).

Pela primeira vez vislumbrando em Salvador o planejamento da cidade como uma forma de se pensar e de intervir de forma global na cidade, foi criada uma comissão entre notáveis da sociedade, chamada de Comissão do Plano da Cidade do Salvador, que realiza uma série de conferências e palestras entre 20 de outubro e 3 de novembro de 1935, e publica dois anos depois um livro chamado "Conferências - Semana do Urbanismo", com as transcrições das conferências, as conclusões dos trabalhos, o regimento interno da comissão, e um ante-projeto de regulamento municipal. No início do livro, onde a comissão apresenta o programa das conferências e discorre sobre os temas a serem tratados, lê-se "a Bahia carece de um plano, um plano de conjunto, um plano racional, inteligente, prático." (SALVADOR, 1937, p. X)

São objetivos da realização da I Semana de Urbanismo, além de "mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir afim de torná-la uma Cidade modelo", uma lista com 10 itens a serem executados para essa campanha, dentre os quais, cinco se referem a demonstrar as vantagens de ter um plano de conjunto para a cidade, um se refere a promover grandes iniciativas em prol do bem público, outro é demonstrar o que é o urbanismo, outro item é zelar pelo patrimônio histórico, um é desenvolver o civismo, e um último item é o de promover a colaboração íntima entre o povo, o governo e a comissão. Este último item citado a ser executado, parece se aproximar muito do centro de interesse desta pesquisa. Podemos observar que essa colaboração pretendida aponta para algum tipo de despertar do diálogo entre o poder público e a população. (SALVADOR, 1937, p. X)

Logo no primeiro dia de conferências, 20 de outubro, o engenheiro civil Milton da Rocha Oliveira discorre sobre o tema "Urbanismo e sua aplicação na Bahia" onde fala das vantagens do planejamento urbano e da necessidade de sua aplicação em Salvador. Em dado momento de sua palestra, refere-se ao ato de "vender" o urbanismo ao público, para que este adquira "um artigo de que os povos modernos não podem prescindir: a urbanização de suas cidades" (SALVADOR, 1937, p. 3).

Na exposição da organização da Comissão e Sub-Comissões do Plano da Cidade na mesma conferência, é definida a XV Sub-Comissão como a Sub-comissão de Propaganda e Coordenação das Sugestões Públicas, que seria formada então por representantes da Imprensa, do Instituto de Advogados, das Sociedades de Rádio (veículo de comunicação de massa em evidência na época), do Rotary Club e da Escola de Belas Artes (SALVADOR, 1937, fig. 1). A formação dessa Sub-Comissão evidencia a intenção de propiciar a participação no planejamento, e de sistematizar de alguma forma, que não fica clara nos registros, o funcionamento dessa participação.

No dia 23 de outubro, dessa vez na conferência realizada pelo Dr. José Lourenço de A. Costa, presidente dessa Sub-Comissão de Propaganda e Coordenação das Sugestões Públicas, são aprofundadas as razões para a “Propaganda do Urbanismo”. São enumeradas razões de ordem estética, econômica e higiênica, que devem ser expostas ao público em geral para que, com o apoio da população, ganhe força a aplicação do urbanismo na cidade de Salvador. O palestrante revela também, após a exposição dessas razões, a preocupação com o tema central de nosso trabalho de dissertação, que é a participação externa aos gestores públicos e da equipe técnica responsável, no planejamento urbano. Para o palestrante:

> a elaboração do Plano conta com representantes de todas as maiores instituições baianas, e procura tornar a Bahia maior e melhor pelo esforço dos que aqui residem, respeitando-lhes a índole e as tendências. (SALVADOR, 1937, p. 104)

Em outro momento, o palestrante afirma que além das sugestões das instituições baianas integrantes, “a comissão procurou frizar que receberá de braços abertos contribuições e sugestões individuais, que estudará e adotará ou não conforme a sua viabilidade” (SALVADOR, 1937, p. 105). Finalmente, o palestrante afirma no final de sua apresentação que:

> não é preciso ser técnico para auxiliar na elaboração do plano de uma cidade. Basta possuir um pouco de bom senso, vontade e desinteresse. São os problemas urbanos tão complexos e variados, que oferecem campo para qualquer profissão. Já se vê, portanto que todo baiano pode contribuir. O trabalho dos especialistas constituirá o arcabouço do plano. Será preciso juntar-se-lhe vida, cor local, um conjunto de matizes que

> emprestarão a obra caracter definitivo e originalidade. Este resultado só é possível por meio da colaboração e cooperação dos habitantes da comuna, cujas personalidades influem na índole e tendências do conjunto. Este fato, associado ao que o civismo espera de cada um, mostra que todo baiano deve contribuir.
> (SALVADOR, 1937, p. 107)

Apesar de visão tão avançada da necessidade de participação por um dos membros da Comissão do Plano, não havia, no entanto, nada que dissesse respeito às formas de tomada de decisão. Há referência apenas a viabilidade da participação externa à equipe responsável, ao que parece confiando os momentos de decisões apenas à esfera técnica.

O resultado das conferências nas conclusões finais do documento produzido pela Semana de Urbanismo expõe as fragilidades geradas entre as diferentes visões dos interlocutores, que tinham discursos contraditórios. Enquanto se postulava um plano que orientasse a visão de conjunto, as conclusões citavam desde questões pertinentes, como a elaboração do Plano de Conjunto, a planta cadastral do município e a participação da sociedade na elaboração do plano, como também havia espaço para propostas típicas do provincianismo local como: colocação de marcos históricos (notadamente no local da Igreja da Sé), exigências ao funcionamento de estabelecimentos de arte, até aumento de subvenções a órgãos públicos. (SAMPAIO, 1999, p. 191)

Além dos desencontros entre os expositores, podemos observar que o fato de 9 entre os 10 componentes da comissão organizadora da Semana de Urbanismo serem engenheiros, aponta para a ausência da participação de visões, interesses e conflitos de diferentes grupos sociais na comissão organizadora do evento. Mesmo que outras variadas profissões estavam representadas no grupo de palestrantes, a presença dominante de engenheiros na comissão organizadora indica o papel preponderante desses profissionais na questão urbana naquele momento.

> Neste período, o gerenciamento das cidades traz duas perspectivas importantes no caso brasileiro: ele diz respeito tanto a possibilidade de desenvolvimento urbano, quanto a uma compreensão da esfera pública que, embora complexificada do ponto de vista de sua legitimação, é essencialmente técnica e restrita à elite social e profissional. A Semana de

> Urbanismo que acontece em Salvador em 1935 explicita bastante bem esses vínculos.
> (FERNANDES, 2008, tradução da autora)

Dentre a variada lista das vinte e uma conclusões das conferências, 3 itens registram a preocupação com a educação e a participação. A conclusão de número 17ª registra a necessidade de manutenção de "uma campanha permanente educativa de Urbanismo e Civismo [...] principalmente nas escolas e nas fábricas" (SALVADOR, 1937, p.145). Há aí uma menção à importância da educação e difusão dos temas urbanos para trabalhadores e estudantes. A 18ª conclusão descreve que a "Prefeitura deve encorajar a organização de sociedades distritais de melhoramentos para colaborarem com ela" (SALVADOR, 1937, p.145). A redação dessa conclusão se aproxima de uma idéia de participação da sociedade através de entidades civis em colaboração com a gestão urbana praticada pela prefeitura[16].

E por fim, a 21ª e última conclusão, onde se estabelece que "a Comissão Organizadora do Plano da Cidade resolve repetir ao povo da Bahia que recebe sugestões de todos que desejarem fazê-las" (SALVADOR, 1937, p.146). Essa última frase expõe uma intenção clara de abertura para a participação espontânea, porém ainda não há pesquisas disponíveis que mostrem se essa deliberação foi ou não implementada. No mesmo sentido, não há registros de que tenha ocorrido efetivamente qualquer abertura de canais (institucionais ou não) através dos quais essa participação pudesse ser realizada.

Apesar da disparidade de idéias, de qualquer modo as reflexões geradas pelas exposições na Semana de Urbanismo ajudaram no fato de que a Comissão do Plano da Cidade do Salvador "conseguiu produzir um novo discurso, cujo desdobramento no interior do aparelho governamental do município só vai acontecer, de fato, a partir de 1943", com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador - EPUCS (SAMPAIO, 1999, p. 194). Registra-se aqui que a assinatura do contrato de execução do plano foi efetivada em 1942, ano que pode ser tomado então como início dos trabalhos.

[16] É desse período a constituição, em diversas cidades brasileiras, de inúmeras Sociedades de Amigos de Bairro e de Amigos da Cidade.

De todo modo, a questão da participação da população no planejamento aparece apenas de modo indicativo e sem menção a criação de qualquer método ou estrutura que a torne efetiva, tanto na conferência do presidente da Sub-Comissão de Propaganda e Coordenação das Sugestões Públicas, quanto em 3 das 21 conclusões do documento final produzido pelo evento.

2.2. O Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS)

Em 1941, acontece o 1º Congresso de Urbanismo no Rio de Janeiro, e a Prefeitura de Salvador envia técnicos de seu quadro funcional como representantes. Esse fato demonstra o amadurecimento da consciência urbanística que a Semana de Urbanismo de 1935 proporcionou. No Rio de Janeiro, foram feitos contatos para a realização de estudos sobre o plano de Salvador com a firma Coimbra Bueno, a qual havia feito os planos de Curitiba e Goiânia com colaboração do francês Alfred Agache (que havia feito o plano do Rio de Janeiro, entre 1926 e 1930), o qual visita Salvador para apresentação da proposta de trabalho em 29 de maio de 1941. (SALVADOR, 1976, p. 23)

Cauteloso, o interventor Landulfo Alves recomenda então um debate mais amplo sobre o tema. Em 30 dezembro do mesmo ano, o prefeito Durval Neves da Rocha comunica ao interventor que teria sido contactado pelo conceituado engenheiro Mário Leal Ferreira, o qual teria demonstrado interesse em elaborar o plano para Salvador. Em 3 de julho de 1942, Mário Leal apresenta sua proposta, e os técnicos da Prefeitura recomendam sua aprovação. A proposta conquista a confiança do prefeito e o contrato é assinado em 3 de novembro de 1942, passando a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1943. (SALVADOR, 1976, p. 24 e 25)

Salvador era a capital financeira do cacau e de toda a produção agrícola do Estado, mas a partir de 1940 as antigas áreas de produção rural perdem o papel de atração de mão-de-obra, que crescentemente então se dirige para Salvador. Após um período de estagnação de sua população, onde entre 1920 e 1940 teve uma variação apenas entre 283 mil e 290 mil habitantes, já entre 1940 e 1950 a cidade vai passar de

290 mil para 417 mil habitantes[17], e ainda não conseguia reunir condições materiais mínimas para deflagrar o processo de industrialização que ocorria no sul e sudeste e assim poder absorver qualquer tipo de mão de obra excedente (SAMPAIO, 1999, p. 90 a 95). Surgem então cada vez mais áreas na cidade de ocupação desordenada e de baixa renda, com habitações que mais adiante serão classificadas pelo EPUCS entre "mocambo, avenida e cortiço", hoje genericamente chamadas de favelas, invasões ou ocupações, além de cortiços. O processo de organização do espaço urbano é dessa forma marcado pela exclusão e segregação social. Com a interpretação dos dados do censo de 1940 e um extenso trabalho de mapografia, essas áreas foram identificadas e já representavam 55,6% da população na época dos estudos do EPUCS. (SALVADOR, 1976, p. 139)

Através da percepção de que um planejamento científico seria a solução para a situação agravante que se anunciara fortemente, são realizados pelo EPUCS os estudos para a definição de um Plano para a Cidade que tinha como objetivo maior "corrigir os defeitos da Cidade, ordenar seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida de sua população" (SALVADOR, 1976, p. 39). A preocupação com a compreensão global da realidade e do uso de elementos cooperantes marca a mudança da percepção de cidade, com sua complexidade e seus diversos agentes até então não reconhecidos pelas intervenções e planos já realizados até então.

Como método, ficaram estabelecidas 6 etapas de trabalho na elaboração do Plano da Cidade pelo EPUCS. Na primeira etapa, um grande volume de informações foram levantadas com o amplo levantamento cadastral da cidade, com desenho de planta atualizada e cruzamento com os dados do censo geral de 1940 e do censo imobiliário de 1943. Também acontece nessa etapa a definição das linhas mestras do plano urbanístico, já com algumas propostas. Chama atenção específica para o tema da participação nessa etapa, a preocupação de divulgar as idéias do plano através de uma série de conferências e a realização de uma mostra com mapas, maquetes e legendas com os resultados desses trabalhos, "em stand armado na Feira de Amostras instalada na zona comercial da Cidade Baixa" em 1945. (SALVADOR, 1976, p. 30 e 48)

---

[17] In SAMPAIO, 1999, p.118. As fontes são: a) SANTOS, M. (1959) O Centro da Cidade do Salvador. Salvador, Livraria Progresso Editora. b) Anuários Estatísticos da Fundação IBGE. c) NEVES, L.P. (1985) O Crescimento de Salvador e das demais cidades baianas. CED-UFBa.

Na segunda etapa, ocorrem os chamados “inquéritos de todo gênero”, quando através de pesquisas diretas e indiretas foram levantadas as condições da população, e também os serviços sociais e de utilidade pública existentes. A partir da leitura dos mapas e plantas resultantes da etapa 1, foram escolhidas as manchas que seriam objeto de pesquisa direta entre a população de baixa renda, e através de amostras estatísticas nesses locais foram distribuidos fichas com questões acerca das condições habitacionais, econômicas e de saúde, além das atividades dessa população. E por consulta aos censos, listas telefônicas e fontes diversas, foram catalogados os serviços sociais e de utilidade pública. (SALVADOR, 1976, p. 131 a 176)

Na finalização da segunda etapa, e após seguidas dilatações no prazo de entrega dos trabalhos por fatores diversos, em 11 de março de 1947 ocorre o falecimento repentino de Mario Leal Ferreira, e é repassada a Diógenes Rebouças (até então responsável pelo setor paisagístico dos estudos) a autorização para reunir os trabalhos de revisão crítica dos inquéritos que estavam sendo realizados por técnicos do Rio de Janeiro, e principalmente de continuar os trabalhos realizados pelo EPUCS (SALVADOR, 1976, p. 28). A etapa 3 seria de ajustamento entre as soluções e esquemas resultantes da etapa 1, às conclusões e observações resultantes da etapa 2. A etapa 4 seria a revisão do trabalho integral, a etapa 5 seria de exposição do trabalho à livre crítica “da opinião pública mais esclarecida”. E finalmente a etapa 6 seria a de vulgarização do Plano “no seu sentido de pôr ao alcance dos diversos estratos da sociedade, isto é, de traduzir em linguagem popular e de difundir os conceitos técnicos”. (SALVADOR, 1976, p. 51)

É importante destacar esses dois aspectos que seriam tratados nas etapas 5 e 6, pois abordam a questão da participação através do debate público para a definição final do plano, e também o aspecto pedagógico contido na vulgarização do plano já elaborado. Ambos aspectos são de todo modo inovadores na década de 40 do século XX no Brasil. Porém, com a ausência do coordenador dos estudos, as etapas subsequentes foram comprometidas e se mantiveram apenas algumas indicações de continuidade dos trabalhos.

Fica hoje a dúvida, se seriam postas em prática essas idéias de interação e divulgação, as propostas de sujeitar o processo técnico e político do planejamento urbano à participação da população e seus interesses, vislumbrada em textos tão convincentes,

como esse escrito por Mário Leal Ferreira em carta enviada ao Prefeito, no dia 8 de abril de 1946.

> Testar no sentido de provocar o debate de vários dos mais palpitantes e fortes problemas da Cidade, que embora solucionados pelo Plano, carecem, para sua realização, de uma série de acomodações, adaptações, compensações e medidas semelhantes, dada a soma enorme de interesses financeiros, econômicos, sociais e políticos já em conflito entre si no estado atual.
> (SALVADOR, 1976, p. 52)

O fato foi que, em 29 de Janeiro de 1948, o EPUCS foi transformado em CPUCS - Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, e que só vai ser de fato estruturada a partir de abril de 1950. (SALVADOR, 1976, p. 29). Em 9 de março de 1948 o prefeito promulga o Decreto-Lei 701 dispondo sobre a utilização da terra na zona urbana, e que era mesmo o único apoio legal ao Plano do EPUCS.

A partir daí a comissão “não encontra respaldo político necessário no campo das ações concretas” (SAMPAIO, 1999, p. 214) e vai se distanciando “daquela que seria sua atribuição principal, isto é, continuar o processo de planejamento, em seu sentido mais amplo” (SALVADOR, 1976, p. 30). Em 1952 será realizada no Palácio da Aclamação, uma nova exposição dos trabalhos realizados pelo EPUCS para a população, em evento comemorativo da I Semana de Urbanismo de 1935 (SALVADOR, 1976, p. 30). E então, a partir daí a comissão cada vez mais se limita a emitir pareceres em processos que eram encaminhados pela prefeitura até sua extinção definitiva na reorganização administrativa de 1958, que em seu lugar cria a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SAMPAIO, 1999, p. 214).

Os desdobramentos dos estudos realizados pelo EPUCS foram a base de muitas das intervenções urbanas realizadas a partir de então em Salvador. Um aspecto negativo foi que a complexidade dos estudos, das propostas, e da visão múltipla de cidade desenvolvida por Mário Leal (e a participação da população com certeza faz parte dessa complexidade), nem de longe foi utilizada em muitas dessas intervenções. As etapas finais de trabalho desenhadas no método de elaboração do Plano que apontavam para alguma participação de variados grupos da população no plano não foram realizadas.

Porém a mesma ficou problematizada nos textos produzidos, e assim pode se dizer que o EPUCS introduziu “um tipo de planejamento compreensivo, antecipando práticas dos anos 70” (SAMPAIO, 1999, p. 212), ou seja, introduziu o planejamento global ou abrangente[18], também conhecido hoje como Plano Diretor.

2.3. O Centro Industrial de Aratu (CIA)

A década de 50 na Bahia se caracteriza no aspecto econômico pelo surgimento de uma articulação entre os níveis local, regional, nacional e internacional, fruto da industrialização no Brasil e no Nordeste (SAMPAIO, 1999, p. 104). Com a exploração do primeiro poço comercial de petróleo do Brasil, no município de Candeias próximo a Salvador, instala-se na Bahia a Petrobras, e com isso entre 1955 e 1959 surge uma transformação sem precedentes no setor industrial do estado (SAMPAIO, 1999, p. 106). Como a atividade de exploração do petróleo e suas decisões são externas à tradição econômica da Bahia, novas demandas espaciais vão surgindo alheias ao poder público municipal. O Estado da Bahia se beneficia enormemente dos benefícios fiscais que são criados para instalações de indústrias nos municípios vizinhos a capital do estado, e nesse contexto é elaborado em 1966 o Plano CIA (Centro Industrial de Aratu) (SAMPAIO, 1999, p. 218).

Com a liderança de Rômulo Almeida, ao lado da política de incentivos da SUDENE em atrair capitais de fora da região, o plano consiste “em concentrar a industrialização moderna fora da Cidade de Salvador, nos municípios periféricos, reservando à Capital um papel mais ligado ao terciário, [...] ao turismo, etc.” (SAMPAIO, 1999, p. 111). Salvador, assim como muitas outras grandes cidades no Brasil, entra numa fase dos grandes projetos estratégicos, que tratam com muita ênfase as questões do planejamento econômico. Por outro lado, este cenário não se descola do contexto político de ditadura militar no Brasil que, apoiada no discurso do desenvolvimentismo, determina o aspecto autoritário do plano do CIA.

[18] Pode ser denominado também como o “Comprehensive Planning”.

> O Plano do CIA é feito sem qualquer pronunciamento oficial ou oficioso do poder político municipal, cujos Prefeitos eram nomeados pelos governadores, igualmente "indicados" pelo poder da União, tutelando Câmaras e Assembléias subjugadas ao executivo nacional e seu planejamento centralizado, por excelência autoritário.
> (SAMPAIO, 1999, p. 228)

Nesse contexto, a questão da participação no planejamento é completamente descartada. Numa ditadura não interessava ao governo qualquer interferência da população nas diretrizes de desenvolvimento estabelecidas nos gabinetes, e que possivelmente atendiam a interesses dos grandes grupos do capital internacional e do seu processo de acumulação[19].

Dessa forma, em Salvador as intervenções urbanas seguem num distanciamento contínuo em relação aos estudos gerais já realizados com o EPUCS, onde apenas parte das propostas se materializam (notadamente aquelas que atendem aos interesses privados, com ênfase na abertura de novas vias e valorização do mercado imobiliário em extensas faixas de terras urbanas ainda desocupadas). Da mesma forma, as intervenções urbanas em Salvador também seguem se distanciando do que se pode chamar de participação democrática no processo de planejamento.

Como exemplo da não participação da população em geral nas políticas públicas de intervenções urbanas no período da ditadura militar em Salvador, podemos destacar a promulgação da Lei nº 2.181/68 chamada de Reforma Urbana[20] de autoria do então prefeito Antônio Carlos Magalhães, realizada na madrugada do dia 24 de dezembro de 1968, onde a quase totalidade das terras localizadas dentro do município e pertencentes à prefeitura, e cedida a particulares mediante o pagamento de arrendamentos no regime chamado de enfiteuse, puderam ser privatizadas e então postas à venda

---

[19] O processo era mais complexo em seu desenvolvimento nas diferentes cidades do país. Nesse mesmo período, Carlos Nelson, no Rio de Janeiro, desenvolvia um processo de planejamento que era participativo, e que antagonizava o movimento de retirada de favelas para condomínios, vigente na época. Ver MONTEIRO, 2003.

[20] Apesar de seu conteúdo ser o oposto, oportunisticamente utiliza o mesmo título das reformas de base defendidas pelo ex-presidente João Goulart.

indiscriminadamente, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terras pela iniciativa privada por preços irrisórios.[21]

> Removia-se assim o mais pesado obstáculo ao mercado capitalista do solo. Faltariam ainda, como passo crucial nesse processo, as sucessivas revisões dos códigos municipais [...] capazes de permitir a remoção ou o estancamento de qualquer forma de ocupação do solo fora do alcance do "capital" imobiliário.
> (BRANDÃO, 1981, p.140)

Este fato gerou a transferência do poder de intervenção no espaço do poder público, no caso a prefeitura, para a iniciativa privada (LIMA, 2007, p. 4). Esse acontecimento, assim como as intervenções no espaço urbano anteriores e posteriores a ele, podem ser identificados como atitudes autoritárias de pequenos grupos dominantes, onde os interesses privados sempre se beneficiam, e os interesses sociais preconizados no planos (ou até mesmo nos discursos que embasam tais intervenções) nunca são efetivamente perseguidos: habitação, saúde, educação, transportes, etc. (SAMPAIO, 1999, p. 282)

A criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), na primeira metade da década de 1970, talvez seja outro dos momentos mais marcantes de favorecimento do planejamento a um pequeno grupo. O projeto foi realizado em apenas 18 meses, pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (era então governador, o ex-prefeito Antônio Carlos Magalhães) sem registro de qualquer participação externa ao aparelho estatal, e como resultado, propiciou a transferência das principais secretarias estaduais da área central da cidade para um imenso vazio urbano.

Na época, muitas das terras na região do novo centro administrativo não eram mais públicas e tinham sido recentemente adquiridas da prefeitura por valores irrisórios pelos grandes negociantes imobiliários que aproveitaram a oportunidade da promulgação da Lei nº 2.181 da Reforma Urbana anteriormente citada. A implantação do CAB se deu então em terras particulares, desapropriadas pelo governo do estado[22], e resultou numa valorização imensa das áreas lindeiras à Av. Paralela (SAMPAIO 1999, p. 242). Ou seja, a

---

[21] As últimas propriedades remanescentes desse período vêem acolhendo atualmente parte dos enormes investimentos especulativos que o setor imobiliário promove na cidade.

[22] ver BAHIA, 2008.

implantação do CAB favoreceu a especulação imobiliária de terras recentemente privatizadas, reforçando a exclusão de uma parcela considerável da população de Salvador de baixa renda, no acesso à habitação através do mercado habitacional formal (LIMA, 2007, p. 4). Por outro lado, a implantação do CAB tem profundo impacto também no processo de esvaziamento e deterioração do Centro Histórico, que perdeu então a sua importância como centro político-administrativo (SANTOS NETO, 1991 *apud* NOBRE, 2003, p. 5).[23]

2.4. O Estudo de Uso do Solo e Transportes (EUST), o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC)

A partir dos anos 60, o padrão espacial de Salvador muda de uma cidade compacta para uma cidade descontínua e fragmentada, e isto se dá em parte pela industrialização no CIA, pela implantação do CAB (e mais tarde também com o COPEC), mas principalmente pelo processo de crescimento desordenado vinculado a uma presença cada vez maior de mão de obra excedente em sua periferia.

Por outro lado, o planejamento estatal praticado pela ditadura dá continuidade ao processo de industrialização e de metropolização, pensando o espaço para além do município de Salvador. Em 1967 foi criado pelo Governo do Estado da Bahia, por recomendação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - CONDER[24]. Com o crescimento de Salvador e a industrialização de sua periferia, mas também acompanhando a política urbana nacional, é então produzida uma série de Planos Setoriais, com caráter de complementariedade entre eles. (SAMPAIO, 1999, p. 244 e 245)

Entre 1974 e 1975 é elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia, o Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, que segue a

---

[23] O centro tradicional recupera essa importância apenas parcialmente a partir de 1985, com a volta da Prefeitura à região central, acompanhada por alguns órgãos do Governo do Estado em diferentes períodos de tempo.

[24] Em 1973, com a criação das “Regiões Metropolitanas” passou a ser Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, e em 1998 com a liquidação da URBIS (Habitação e Urbanização da Bahia) e adquirindo suas atribuições, passa a ser Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)

linha do desenvolvimentismo industrial do CIA. O COPEC, pela força do volume dos investimentos realizados (muito superior ao do CIA), é um projeto de relevância para a estrutura urbana de Salvador, porque embora localizado fora do município (e capitaneado pelos governos estadual e federal), afeta de várias formas a vida urbana, pressionando demandas, gerando fluxos e novas atividades de apoio. Porém, mesmo com todo essa influência sobre a capital do estado, o COPEC se constitui numa ação de planejamento fora do alcance do poder municipal e da população da cidade, e para essa última principalmente, fora do alcance da questão da participação em sua elaboração (SAMPAIO, 1999, p. 246 e 247).

Neste contexto de planejamento estadual (e não municipal), encontramos ainda o Estudo de Uso do Solo e Transportes - EUST, elaborado pela CONDER entre 1975 e 1976 “que fixa diretrizes em nível macro-espacial para a região metropolitana” (SAMPAIO, 1999, p. 246). Por outro lado, o município retoma suas atividades de planejamento com o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PLANDURB elaborado pelo Órgão Central de Planejamento - OCEPLAN da Prefeitura, entre 1975 e 1978.

Em relação ao EUST, não foram encontrados registros de qualquer participação da população, vendo-se o caráter técnico e complementar ao planejamento macro-regional já desenvolvido pelos profissionais da CONDER ainda sob o regime de ditadura militar. Em relação ao PLANDURB, se a dependência política e financeira da Prefeitura em relação ao Governo do Estado e ao Governo Federal marcavam as condições de trabalho, também as diretrizes do plano deveriam se adequar às determinações de natureza macro-regionais, elaboradas pelo EUST e inseridas na estratégia de desenvolvimento metropolitano elaborado pela CONDER, “restando ao PLANDURB detalhar melhor o território de Salvador” (SAMPAIO, 1999, p. 250).

É interessante notar que a primeira publicação do PLANDURB recupera e sistematiza o processo de planejamento instaurado pelo EPUCS. Na apresentação daquele primeiro trabalho de planejamento, o prefeito Jorge Hage exalta a qualidade e a retomada do método de planejamento de Mário Leal Ferreira, e de certa forma, condena o planejamento territorial que ausenta o poder municipal do processo de planejamento urbano.

> Ao iniciar a publicação dos estudos que servirão de base à definição do modelo de ocupação físico-territorial para Salvador, e aos demais produtos finais do seu Plano de Desenvolvimento Urbano - PLANDURB, escolheu-se para abrir a coleção, esta monografia relativa ao EPUCS [...] com isso se quer não apenas prestar uma homenagem àqueles que promoveram e elaboraram o cuidadoso e amplo trabalho anteriormente realizado [...] mas também, ressaltar o caráter histórico da homenagem, assinalar o início de uma nova experência de planejamento urbano, que se pretende tão ampla e cuidadosa quanto ao EPUCS, e que deverá marcar a retomada e a participação definitiva e definidora da municipalidade no processo de planejamento da Cidade.
> (SALVADOR, 1976, p.11)

O contexto de crescimento acelerado, na época de elaboração do PLANDURB, com o avanço das atividades industriais e comerciais das grandes cidades, são provocadoras da expansão tanto dos segmentos sociais urbanos modernos (empresários, operários, entre outros), como também do setor informal principalmente ligado ao comércio e aos serviços. Salvador passa então por uma aceleração do processo de urbanização e metropolização, ao mesmo tempo que não há mudança considerável no controle do poder político, persistindo então as elites tradicionais (PENTEADO, 1991, p. 7).

Dentro desse quadro de expansão urbana, metropolização e de manutenção das elites tradicionais, o PLANDURB adota o discurso de um processo amplo de participação. Em documento redigido pela própria equipe de elaboração do plano que relata o processo de planejamento, em seus objetivos é reconhecida a manifestação recente (à época) de preocupação de importantes segmentos que operam com a problemática urbana e com as cruciais questões do desenvolvimento e do meio ambiente, tais como:

- o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, através do documento “O IAB-Ba diante da problemática urbana e metropolitana de Salvador”, junho/75;
- o Clube de Engenharia da Bahia, através do documento “Uma Abordagem de Problemas Urbanos da Cidade do Salvador”, junho/75;
- as Associações e Entidades de Classe de diversas categorias profissionais de nível superior através da “Carta Aberta ao Prefeito da Cidade do Salvador”, Tribuna da Bahia, 26 de julho de 1975;

> - a Associação dos Dirigentes das Empresas da Indústria Imobiliária da Bahia, através do seu ofício nº 1, de julho/75;
> - a Comunidade Cultural através dos "I Seminários de Cultura da Cidade do Salvador, Relatório Final", julho/75
>
> (SALVADOR, 1978, p. 31)

A composição dessa lista dos segmentos que manifestaram preocupação com a problemática urbana ressalta um caráter técnico, político, e até um pouco cultural, desse grupo de segmentos sociais. É fato que não se encontra nessa composição de segmentos sociais alguma representação de associações de moradores, sindicatos ou outros grupos sociais.

No mesmo documento, além da cooperação técnica estabelecida através de convênios, autorizações de serviços ou contratos com diversas unidades da Universidade Federal da Bahia, e dos governos do estado da Bahia e de São Paulo, é exposta a questão da participação da comunidade na elaboração do Plano, de como ela estava acontecendo e de como deveria acontecer dali em diante.

> A participação da comunidade nos trabalhos é prevista através de reuniões do CONDURB - Conselho de Desenvolvimento Urbano, que congrega representantes das associações de classe, bem como através da realização de seminários. Além disso, já foi realizado o Seminário sobre a Zona Central da Cidade, cujo objetivo foi recolher contribuições para o planejamento dessa importante área da Cidade. Estão previstos outros seminários com o objetivo de discutir as principais recomendações do PLANDURB. Prevê-se, também, tal como ocorreu no caso do Projeto Nordeste de Amaralina, a implantação de um sistema de participação que viabilize a discussão com os moradores dos problemas e proposições do seu bairro.
>
> (SALVADOR, 1978, p. 89)

É importante esclarecer que o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CONDURB, foi criado pela Lei Municipal nº 2.681/75 com uma composição de 20 membros: Prefeito, SEPLAM, CONDER, Rotary, Lyons, Cardeal Arcebispo, ADEMI, CDL, UFBA, IAB-BA, Clube de Engenharia, Instituto Geográfico Histórico, IPHAN, Sociedade Amigos de Salvador, Câmara Municipal, Associação Comercial, Associação Baiana de Imprensa, Associação dos Artistas Plásticos e dois especialistas de indicação do

prefeito[25]. Chama atenção o fato de que não havia representação dos movimentos sociais e populares na composição desse conselho, que mantém essa composição até o momento da redação final desse trabalho.

Não é difícil compreender os descaminhos e descontinuidades que o processo real vai impor ao PLANDURB. Em março de 1977 (SALVADOR, 1978, p. 8), quando apenas a 1ª etapa do Plano estava para ser concluída, o prefeito é deposto por divergências com o executivo estadual. Na época, o país ainda estava sob comando federal militar, e os governadores eram nomeados pelos militares.

Os trabalhos do PLANDURB são dados por encerrados em 1979. Em relação à participação da população no planejamento, esses trabalhos retomam tanto o discurso da necessidade dessa participação para o planejamento (embora na prática tivessem sido realizadas apenas pesquisas de opinião na fase de diagnósticos), assim como os ideais de que o plano deva ser um produto elaborado mais coletivamente. Mas como resultado no planejamento, as contribuições da população não foram levadas adiante e "a participação externa foi mínima, contradizendo as intenções discursivas originais de um planejamento mais aberto e participativo" (SAMPAIO, 1999, p. 285 e 286).

Entre os anos de 1982 e 1985, na aurora da redemocratização nacional, houve um período em que a correlação de forças entre o executivo e o legislativo municipal era inédita, já que na câmara a bancada de oposição ao executivo tinha a maioria dos vereadores. Com isso a oposição demonstrava bastante força em aprovar projetos não submetidos aos interesses do executivo municipal. Nesse momento, são aprovados os três instrumentos básicos da legislação urbanística, seguindo os estudos do PLANDURB.

Inicialmente, e de extrema importância para o tema da participação no planejamento, em 14 de dezembro de 1983 é aprovada a Lei Municipal do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, nº 3.345/83, produto dos estudos do PLANDURB. Essa lei define o conceito de:

---

[25] Fonte: relatório do município de Salvador no Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos do Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/banco-de-experiencias/bahia/salvador/Estadual%20da%20Bahia%20reivindicando%20participacao%20popular%20no%20Plano%20Diretor%20de%20Desenvolvimento%20Urbano_PDDU%202002_Salvador_BA.pdf>

> Processo de Participação Comunitária - conjunto de procedimentos, determinados por normas específicas e apreciadas previamente pelo CONDURB, que assegura a articulação entre a Administração, a Câmara Municipal e a Comunidade, no sentido de fazer com que os interesses coletivos consubstanciem as diretrizes e metas do planejamento urbano.
> (Lei Municipal, nº 3.345/83 Artigo 2º, parágrafo 3)

Outros conceitos essenciais são definidos nessa lei, tais como: Planejamento Urbano, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Planos Específicos (divididos em dois níveis, Planejamento Setorial, e Planejamento Urbanístico das Unidades Espaciais). Essa lei é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.139, de 5 de setembro de 1984, onde consta a definição dos procedimentos nos quais se dará a participação comunitária, com relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Esses procedimentos ficam assim definidos no decreto, em seu Artigo 9º:

> I - convocação da comunidade, através de edital divulgado na imprensa falada e escrita, contendo as instruções mínimas para a participação no processo de apreciação da primeira minuta do Plano;
> II - organização de uma exposição em local central, contendo material informativo sobre a minuta do Plano, formulários padronizados com as instruções sobre a participação comunitária e questionários para registro das sugestões apresentadas e com a presença de técnicos capacitados a prestar esclarecimenbtos aos interessados;
> III - distribuição, mediante solicitação, da primeira minuta do Plano aos representantes da Câmara Municipal, às entidades comunitárias, aos orgãos e entidades de classe representativos dos profissionais liberais e empresariais, aos orgãos de consultoria com tradição de planejamento na cidade, aos orgãos da Administração direta e indireta, municipais, estaduais e federais que realizem intervenções diretas e/ou indiretas no Município, solicitando análise da documentação e sugestões quanto ao trabalho apresentado no parágrafo único deste artigo;
> IV - organização de seminários para públicos diferenciados, em locais diversos previstos no edital para apresentação e discussão da primeira minuta do Plano, ao longo dos primeiros 30 (trinta) dias de prazo previsto no parágrafo único deste artigo;
> Parágrafo único - os procedimentos previstos neste artigo, não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da convocação a que se refere o inciso I.

Até então, ainda sob a demonstração de força do poder legislativo municipal frente o poder executivo, acontecem os outros dois principais desdobramentos reais do PLANDURB. Foram as instituições legais da Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Lei nº 3.377, de 23 de julho de 1984), e a Lei do Plano Diretor (Lei nº 3.525, de 11 de setembro de 1985) que teria validade até o ano de 1992.

Até o final da década de 90, a Lei Municipal do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, nº 3.345/83 não tinha sido posta em prática. Em 1999, Sampaio afirma que “essa lei nunca foi amplamente divulgada, assumida e sequer motivou ações concretas por parte do executivo nem do legislativo [...] na prática não é obedecida por qualquer instância” (SAMPAIO, 1999, p. 292). Com a regulamentação do Estatuto da Cidade em 2001, essa situação será alterada, como veremos mais adiante neste texto.

Como foi dito então nesse capítulo, o planejamento de Salvador acontece de maneiras diversas desde a Semana de urbanismo de 1935. Interessa a esse trabalho de dissertação o planejamento realizado pelo Poder Público Municipal. Em Salvador, até a aprovação do Estatuto da Cidade, foram realizados pelo Poder Municipal apenas o EPUCS (na década de 40) e o PLANDURB (na década de 70). Como a partir dos anos 60, surge a visão do planejamento, em planos ou projetos, que dizem respeito à escala metropolitana, o PLANDURB já é elaborado com essa questão metropolitana sendo considerada. De qualquer modo, a questão da participação nos diferentes momentos relatados de prática de planejamento urbano em Salvador, sempre esteve presente de uma ou outra forma na esfera municipal, embora nunca tenha sido implementada de fato. Ou seja, mesmo com lei municipal e decreto de regulamentação sobre a participação no planejamento urbano, ambos aprovados, o processo de participação não se dá. Trata-se agora de examinar essa questão em outra conjuntura, onde a participação da população é problematizada no âmbito federal.

Capítulo 3
O processo de Participação no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU 2008 e a Comunicação

3.1. Antecedentes. O PDDU 2004

Durante a década de 80, a crise econômica e política no Brasil levou ao enfraquecimento dos governos militares abrindo espaço para a redemocratização, e esse ambiente propiciou que os movimentos sociais ganhassem força no país. O planejamento urbano municipal então tem de se adequar a essa nova realidade, e com o esvaziamento do planejamento federal centralizador a municipalização do planejamento se torna uma das bandeiras do movimento pela redemocratização no país e pelo desenvolvimento econômico dos municípios.

A nova Constituição Brasileira de 1988 pela primeira vez define o município como ente federativo, e os seus artigos 182 e 183 constituem o capítulo sobre a política urbana, obrigando os municípios com mais de 20 mil habitantes a executar o plano diretor, e definindo que a propriedade atendesse a sua função social. Em 1992 se inicia a elaboração do projeto de lei para regulamentação dos artigos 182 e 183.

Em Salvador particularmente, até o início da década de 90, ocorre uma acirrada disputa política pelo comando do município que gera descontinuidade e falta de coordenação nas ações do poder municipal, tanto do executivo como do legislativo, mas sempre em relativa submissão ao grupo político do governo estadual, herdeiro da ditadura militar.

Nesse contexto local, vale registrar os esforços realizados pela Prefeitura para a revisão do Plano Diretor de 1985 com a realização nos dias 23 a 26 de janeiro de 1991 na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, e 21 de janeiro de 1992 na Casa do Comércio de Salvador, dos Seminários "Salvador e o Plano Diretor" (SALVADOR, 2003) com exposições temáticas de vários técnicos locais e de outros estados do Brasil, além de representantes de entidades da sociedade civil como a Federação das Associacões de Bairros de Salvador - FABS, Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ e Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia - ADEMI[26].

Entre 1993 e 1996, o comando então eleito do poder executivo da cidade (prefeita Lídice da Mata) faz oposição declarada ao grupo hegemônico do governo estadual. Esse período é marcado pela falta de recursos (financeiros e políticos) do poder executivo municipal devido ao sufocamento exercido pelo grupo político hegemônico da esfera estadual, que também tinha forte ascendência sobre o poder federal.

De qualquer modo, mesmo sem avanço significativo quanto ao planejamento global através da necessária revisão do PDDU de 1985, foram tomadas diversas iniciativas para a ampliação da gestão democrática da cidade no governo Lídice, como por exemplo: a realização, nos dias 4 e 5 de julho de 1996, do Seminário "Plano Diretor de Salvador" com a presença de técnicos (SALVADOR, 2003); mas principalmente, a criação e ativação de inúmeros conselhos, como os Conselhos Escolares, os Conselhos de Saúde, os Conselhos Regionais vinculados às Administrações Regionais, diferentes Comissões implantadas para o desenvolvimento de programas comunitários e de urbanização de bairros populares; além do início de um processo regionalizado de distribuição de recursos que seria o desenvolvimento do orçamento participativo em Salvador (IVO, 2001, p. 147).

---

[26] Fonte: SEPLAM.

> Este procedimento, no entanto, restringe-se aos universos circunscritos das AR's (Administrações Regionais da prefeitura), sem abrir-se ao cotejamento mais amplo pela população [...] o que lhes permitiria talvez vivenciar uma dimensão mais universalizante da política urbana. [...] O caráter de incerteza e de riscos elevados, que caracterizou o governo da cidade de Salvador entre 1993/96, teve efeitos adversos em tudo que envolveu pactuação de compromissos. O ambiente de crise inibiu operações de longo prazo que envolvessem maturação, restringindo-se mais à ação solidária de agentes políticos e sociais nas arenas restritas e atomizadas dos Conselhos; das comissões. Ou seja, neste contexto, a Prefeitura reorientou sua ação para políticas "horizontais e minimalistas" de caráter restrito. Na impossibilidade de construir pactos sociais mais amplos e evitando expor-se na esfera política externa, já caracterizada por um embate político radical, predominou o recurso às negociações parciais; a ênfase setorial; a priorização da melhoria das estruturas internas, como táticas de defesa quanto aos riscos políticos.
> (IVO, 2001, p. 148 e 157)

Com a eleição de Antonio Imbassahy no final de 1996, o poder estadual volta a ter comando sobre o poder executivo municipal e também sobre o legislativo, trazendo de volta a escassez de contraditórios no ambiente político municipal. Como a Constituição Federal de 1988 torna atribuição obrigatória do município com mais de 20 mil habitantes a elaboração do seu plano diretor, em 1998, com o Decreto Municipal nº 12.086/98 (de 25 de agosto) que dispõe sobre a elaboração do novo PDDU de Salvador, ocorre a retomada do processo de planejamento municipal. Segundo o decreto em seu artigo 1º:

> o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador será elaborado a partir da revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 1985, na forma da Lei nº 3.525/85.

Esse PDDU 1985 por sua vez, era produto dos estudos do PLANDURB realizados entre 1976 e 1979. Essa retomada teve como ponto de partida a recomposição da base de informações sobre o município, que se encontrava desatualizada há mais de 20 anos, quando da realização do PLANDURB. A partir da recomposição da base de informações, foi concluída a etapa de elaboração dos estudos técnicos setoriais em dezembro de 2000.

Com a aprovação e sanção do Estatuto da Cidade em 2001 regulamentando o capítulo constitucional da política urbana, as prefeituras foram obrigadas a atender inúmeras novas exigências legais, algumas dessas de base conceituais profundas como por exemplo, a de que o Plano Diretor fosse participativo. Apesar disso, a minuta do plano diretor da gestão municipal de Antônio Imbassahy ficou pronta já em 2002 e, com um número reduzido de exibições públicas. A síntese analítica do PDDU apenas esteve disponível para a consulta pública na internet às vésperas da única audiência pública com sistematização de registro das proposições feitas, promovida pelo Poder Executivo Municipal, em 20 de fevereiro de 2003 no Centro de Convenções da Bahia. Vale destacar que além da posição conservadora da Prefeitura frente às questões da participação, o próprio processo de debate público era, de certa forma, ainda desconhecido.

Outras apresentações públicas do plano realizadas pela prefeitura foram: no dia 26 de novembro de 1999 na Câmara Municipal, no dia 13 de junho de 2000 no Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Bahia, no dia 13 de dezembro de 2001 na Biblioteca Central do Estado e no dia 6 de junho de 2002 na Universidade Católica em Pituaçú. Outras apresentações do plano, limitadas a públicos específicos foram no dia 24 de agosto de 2000 para os integrantes do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI, no dia 30 de janeiro de 2003 para os representantes do mercado imobiliário, no dia 3 de fevereiro para profissionais arquitetos, engenheiros e advogados, e no dia 5 de fevereiro para professores e estudantes universitários (SALVADOR, 2003).

O processo de discussão pública ainda contou com cerca de dez audiências públicas promovidas pelo Poder Legislativo Municipal, com metodologia basicamente expositiva, sem nenhum método de sistematização das críticas e sugestões afim de serem aproveitadas no Plano (SANTOS e SILVA, 2009, p. 74). Com isso, a elaboração do PDDU 2004, foi cercada de controvérsias. Como por exemplo, de que não estava sendo observado o princípio da participação da sociedade nas várias etapas do processo, entre outras exigências, como regulamenta o Estatuto da Cidade aprovado em 2001.

É importante lembrar que essas controvérsias também eram acentuadas porque no período existe um processo de mobilização grande em torno da questão urbana em âmbito nacional com a ocorrência em 2003 da 1ª Conferência Nacional das Cidades, que é precedida pelas conferências municipais e estaduais. A Conferência dos Municípios da

Região de Salvador acontece em 18 e 19 de agosto de 2003[27]. Outro ponto importante a ser considerado é que a Resolução nº 25 que recomenda e orienta diversas ações e aspectos a serem respeitados no processo participativo de planejamento urbano só viria a ser publicada pelo Conselho das Cidades no ano seguinte, em 2005.

De todo modo em 2004, último ano das duas gestões seguidas de Antônio Imbassahy como prefeito de Salvador, o Ministério Público do Estado da Bahia dá início a uma ação judicial contra a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Salvador, solicitando a suspensão do processo de aprovação do PDDU. Esse pedido foi feito baseado em diversas críticas enumeradas pelo Ministério Público, dentre as quais se destaca a falta de participação no processo. Outras críiticas que motivaram o pedido de suspensão foram relativas a diversos índices estabelecidos no plano (de aproveitamento, gabaritos, áreas ambientais, etc.) e também a difilcudade de entendimento do conteúdo devido ao volume e forma de apresentação do projeto de lei. Inicialmente a ação é julgada improcedente. O MP apela e o juiz substituto do caso acolhe a ação e dá uma tutela antecipada que garante a paralisação do processo de validação do PDDU de 2004. Contrariamente, o Tribunal de Justiça cassa a liminar (com o voto de apenas um desembargador) e permite então que aquela revisão seja sancionada mesmo sob júdice[28].

No mês de agosto de 2004 foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei n° 6.586/04, relativa ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município - PDDU 2004, que veio substituir o plano anterior aprovado em 1985, e cuja revisão já tinha vencido seu prazo legal em mais de dez anos e se arrastava desde 1998. No final de 2004, a sanção polêmica desse plano diretor contamina então as campanhas eleitorais municipais. Os candidatos de oposição ao partido do então prefeito Antonio Imbassahy (o candidato do seu grupo político era César Borges), anunciam insistentemente como promessas de campanha a revisão imediata do plano. Com a vitória em segundo turno por uma coligação ampla de vários partidos, o prefeito João Henrique (na época do Partido Democrático Trabalhista - PDT) é eleito com as promessas de uma gestão municipal participativa.

---

[27] Fonte: SEPLAM.

[28] o recurso foi julgado favorável ao Ministério Público Estadual apenas no final de 2009, já sem nenhuma validade visto que o Plano Diretor em questão já havia sido substituido pelo de 2008.

3.2. O processo de revisão do PDDU 2004

3.2.1. O 1º período (2005-2006) e a Prefeitura de Participação Popular

• ***Ações do poder público municipal***

Em 2005, o novo prefeito inicia seu mandato com o slogan "Prefeitura de Participação Popular". Esse momento inicial é permeado por grande expectativa de avanços na participação da população no planejamento e gestão da cidade. A logomarca utilizada pela prefeitura como assinatura institucional relativa a essa nova gestão revela e provoca o sentimento de participação e cidadania na gestão da cidade. O então recém nomeado secretário de planejamento do município, o arquiteto Itamar Batista, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura da UFBA, se dedica logo nos primeiros meses de sua gestão a divulgar as intenções do prefeito em dar início imediatamente à revisão do PDDU recentemente sancionado pelo seu antecessor.

logomarca institucional
da Prefeitura de Salvador em 2005

Dentro desse novo contexto, a SEPLAM - Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura, desenvolve uma série de ações com o objetivo de dar início ao processo de revisão do Plano. Durante o primeiro semestre de 2005 são realizadas reuniões internas na SEPLAM, e também desta com outras secretarias municipais, assim como o Ministério Público. São feitas contratações de consultorias, e apresentações de estudos preliminares da revisão do plano para discussão junto aos gestores do município, vereadores, representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil - seção Bahia, estudantes, representantes comunitários, profissionais e empresários da construção civil.

Entre abril e junho de 2005 são realizados 4 encontros de capacitação dos representantes das administrações regionais para a primeira série de audiências públicas

a serem realizadas nas comunidades, nas quais seriam apresentadas as primeiras análises da revisão do plano de 2004, e também colhidas as impressões e sugestões da população para a constituição da primeira minuta do novo Plano. Em paralelo a essas ações, o secretário de planejamento demonstra preocupação com a divulgação do processo de revisão e se utiliza dos serviços da assessoria de imprensa da própria secretaria, agendando entrevistas sobre o tema com os meios de comunicação.

Nesse intervalo de tempo entre janeiro e junho de 2005, o secretário dá 6 entrevistas a redes de televisão locais[29] e uma série de entrevistas aos jornais impressos do estado. Essas entrevistas compactuam, em sua essência, com a preocupação de informar a população sobre o processo de revisão do Plano Diretor de 2004 que se iniciara naquele primeiro semestre de 2005.

> Nós vamos ampliar o número de pessoas que vão re-estudar o PDDU, vamos apresentar aos partidos políticos, [...] convidar pessoas que estão integradas ao assunto do urbanismo, professores universitários e de outros setores da sociedade.
> (trecho de entrevista do secretário Itamar Batista na TV Band Bahia[30])

A prefeitura dá início, entre os meses de junho e julho de 2005, às apresentações e discussões da proposta de revisão nas audiências públicas oficiais com as comunidades de 17 das 18 Regiões Administrativas da Cidade (Quadro 2). Foram realizadas 16 audiências públicas, e um total de 789 pessoas foram registradas pela prefeitura nas atas das reuniões de discussão. Para subsidiar essas audiências, a Prefeitura produziu um pequeno vídeo com uma fala do prefeito, e também um folheto explicativo. O conteúdo de ambas as peças de comunicação se restringiram apenas a: explicar o que é um Plano Diretor e a estrutura do PDDU 2004; as necessidades do município em tê-lo; e uma rápida explicação de como aconteceria a participação em todo o processo. Não há nessas peças a explicitação dos problemas urbanos de Salvador e suas soluções propostas, nem os agentes e interesses envolvidos nas questões urbanas de Salvador.

Apenas a título de comparação, ainda que superficial por não considerar os aspectos sociais e históricos envolvidos, no mesmo ano de 2005 o Orçamento

---

[29] Duas dessas entrevistas estão disponíveis no DVD em anexo (anexo 13, opções 1 e 2).

[30] Gravada em 19 de janeiro de 2005. Disponível no DVD em anexo (anexo 13, opção 2).

Participativo de Porto Alegre, com uma população de aproximadamente metade da população de Salvador[31], contou com um total de participantes em suas assembléias públicas de 14.372 participantes[32]. Ou seja, a cidade de Porto Alegre contou com 1,01% de sua população participando das assembléias relativas ao seu orçamento participativo, e Salvador contou com 0,03% da sua população participando das audiências públicas relativas a elaboração do seu plano diretor de desenvolvimento urbano. O baixo número de participantes em relação ao total da população em Salvador também reflete o baixo número de encontros promovidos, em relação às assembléias do Orçamento Participativo de Porto Alegre que acontecem com regularidade e sistematização durante todo o ano[33].

Em Salvador, essa fase inicial de apresentação dos estudos sobre a revisão do plano e de coleta das demandas de cada região, ficou quase que exclusivamente restrita a lideranças das associações de moradores articuladas aos representantes das RA's. De todo modo, as três audiências com maior número de participantes foram as regiões com maior organização ou representação da comunidade sobre assuntos que dizem respeito diretamente aos bairros localizados nessas regiões. Assim, na RA IX - Boca do Rio houve 81 presentes que, em sua maioria, estavam ali devido à movimentação da própria comunidade pela preservação ambiental e cultural da área, e contra a instalação do novo emissário submarino da cidade na Praia dos Artistas. Na RA VIII - Pituba houve 93 participantes, onde a Associação de Moradores do Loteamento Caminhos das Árvores se mobilizou pela não ampliação do comércio na área. E na RA X - Itapuã, com 91 participantes, a articulação dos movimentos sociais do bairro pela preservação ambiental do Parque da Lagoa e Dunas do Abaeté demonstrou capacidade de mobilização dos moradores do bairro (NASCIMENTO, 2008, p.157). Registra-se aqui a dificuldade dessa pesquisa em encontrar alguns dados primários detalhados, e nesse caso da primeira rodada de audiências públicas, não foram encontrado os registros das listas de presença para se identificar exatamente o tipo de público participante, apenas os relatórios consolidados da SEPLAM sem constar essa informação.

---

[31] Fonte IBGE. Em 2007 Salvador tinha 2.892.625 de habitantes e Porto Alegre tinha 1.420.667 de habitantes.

[32] Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre; in FEDOZZI, 2007.

[33]. Ver: <www.portoalegre.rs.gov.br>

Quadro 2. Relação das Audiências Públicas realizadas entre junho e julho de 2005

	REGIÃO ADMINISTRATIVA	LOCAL	DATA E HORÁRIO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	**RA I – CENTRO E RA VI – BARRA**	Casa d´Itália – Centro	16/6/2005 – Quinta-feira 19:00 às 22:30	31
2	**RA V – BROTAS**	Auditório do Hospital Aristides Maltez – Brotas	17/6/2005 – Sexta-feira 19:00 às 22:00	53
3	**RA XIV – CAJAZEIRAS**	Colégio Estadual Leonor Calmon – Cajazeiras	18/6/2005 – Sábado 15:00 às 18:00	41
4	**RA IV – LIBERDADE**	Auditório da Igreja Cosme e Damião – Liberdade	20/6/2005 – Segunda-feira 19:00 às 22:00	47
5	**RA III – SÃO CAETANO**	Colégio Estadual Manuel Barreto – Campinas	30/6/2005 – Quinta-feira 19:00 às 22:00	43
6	**RA IX – BOCA DO RIO**	Auditório da UNEB/ PROEX – Boca do Rio	4/7/2005 – Segunda-feira 19:00 às 22:30	81
7	**RA VIII – PITUBA**	Auditório do CAPS – Pituba	5/7/2005 – Terça-feira 19:00 às 22:00	93
8	**RA XII – TANCREDO NEVES**	Colégio Estadual Helena Magalhães – Tancredo Neves	7/7/2005 – Quinta-feira 19:00 às 22:00	43
9	**RA XIII – PAU DA LIMA**	Auditório do Colégio Estadual David Mendes	8/7/2005 – Sexta-feira 19:00 às 22:00	42
10	**RA II – ITAPAGIPE**	SESI – Itapagipe	11/7/2005 – Segunda-feira 19:00 às 22:00	68
11	**RA XVII – SUBÚRBIOS FERROVIÁRIOS**	Esporte Clube Periperi – Periperi	12/7/2005 – Terça-feira 19:00 às 22:00	35
12	**RA VII – RIO VERMELHO**	Faculdade São Camilo – Amaralina	14/7/2005 – Quinta-feira 19:00 às 22:00	30
13	**RA XVIII – ILHAS**	Sede da RA – Ilha do Bom Jesus dos Passos	16/7/2005 – Sábado 09:30 às 12:30	27
14	**RA X – ITAPUÃ**	Escola Estadual Gov. Lomanto Junior – Itapuã	18/7/2005 – Segunda-feira 19:00 às 22:00	91
15	**RA XVI – VALÉRIA**	Escola Municipal Alexandrina Santos – Pirajá	19/7/2005 – Terça-feira 19:00 às 22:00	30
16	**RA XI – CABULA**	Centro Social Urbano – Pernambués	25/7/2005 – Segunda-feira 19:00 às 22:00	34
	TOTAL			**789**

Fonte: SEPLAM 2007

No dia 10 de setembro aconteceu o seminário final para conclusão do relatório das audiências públicas, com a presença das lideranças de todas as RA's. Segundo a prefeitura[34], esse seminário:

> foi realizado de modo a possibilitar uma contribuição mais efetiva das lideranças comunitárias na discussão das matérias do plano, estruturando-se segundo os temas desenvolvimento econômico e social, moradia e saneamento ambiental, circulação e transportes, e meio ambiente.
> (Relatório da SEPLAM, julho de 2007)

E sobre o final dessa fase de discussões, diz que:

> cumpriu fundamentalmente o objetivo de disseminar informações acerca do Plano para o público em geral. As discussões favoreceram a familiarização e apropriação, pela população, dos conceitos urbanísticos e

[34] em relatório de julho de 2007.

> do próprio instrumento do Plano Diretor, possibilitando uma maior participação nas discussões que ocorreram nas etapas subsequentes. (Relatório da SEPLAM, julho de 2007)

É interessante citar a mobilização local no período para o assunto da gestão e planejamento da cidade, também por conta da realização da 2ª Conferência Municipal da Cidade nos dias 29 e 30 de julho de 2005 que subsidiará a realização da 2ª Conferência Estadual das Cidades, também em Salvador, nos dias 19 e 20 de Setembro de 2005 [35], e a 2ª Conferência Nacional das Cidades, nos dias 30 de Novembro a 03 de Dezembro de 2005, em Brasília, no Distrito Federal[36].

Até o final de 2005, a prefeitura realiza também encontros de discussão com o Instituto de Arquitetos do Brasil, com representantes da União, do Estado e de prefeituras vizinhas, com estudantes de uma faculdade particular (UNIRB), além de uma série de seminários internos para avaliação dos trabalhos e participação de outras secretarias municipais. A prefeitura ainda disponibiliza nesse período alguns documentos relativos ao PDDU na internet, no sítio eletrônico da secretaria de planejamento do município[37].

A prefeitura afirma[38] que, além da população em geral representada nas assembléias públicas realizadas nas Administrações Regionais, se buscou potencializar a participação e a contribuição efetiva de outros dois públicos distintos, o segmento profissional/acadêmico, através da contratação de pareceres de especialistas em planejamento urbano para avaliar a lei do PDDU 2004, convite para avaliações de instituições reconhecidas como o Instituto dos Arquitetos do Brasil / Seção Bahia (IAB - BA) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Seção Bahia (CREA - BA), além de contribuições voluntárias por parte de técnicos e especialistas interessados. O outro público que se buscou atingir foi o segmento dos orgãos e entidades que integram a Administração Municipal, com a exposição do PDDU 2004, e análises das diferentes áreas da gestão municipal.

---

[35] Fonte: Relatório da 2ª Conferência Estadual das Cidades em: <http://concidadesba.blogspot.com/p/composicao.html>

[36] Fonte: Apresentação do Ministério das Cidades, disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades/2a-conferencia-das-cidades/>

[37] disponível em: <http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/>

[38] em relatório de julho de 2007.

O ano de 2006 se inicia com a prefeitura estruturando a equipe de trabalho para a proposição da estrutura da nova lei. Os primeiros esboços da primeira minuta do plano a prefeitura apresenta aos integrantes da ADEMI, ao CRA e ao CREA. Com a redação dessa primeira minuta atentando para a adequação do PDDU ao Estatuto da Cidade, a Prefeitura submete essa minuta a uma avaliação jurídica, e assim então obtém a 1ª versão finalizada da minuta da lei, que envia para o Ministério Público e para a Câmara de Vereadores. No dia 23 de agosto de 2006, publica na internet essa 1ª minuta do plano como resultado da primeira fase de discussões da sociedade.

Com a divulgação pública dessa 1ª versão do plano, inicia-se polêmica sobre o Plano Diretor e suas supostas contribuições para o desenvolvimento da cidade no jornal A Tarde, o que provoca debate em segmentos variados da sociedade civil acerca do plano em elaboração.

- ***Ações dos meios de comunicação***

Em Salvador no início do processo de revisão do PDDU 2004, os meios de comunicação, apesar de utilizados pela Secretaria de Planejamento Municipal no início da gestão, ainda não são verdadeiramente reconhecidos como espaço de debate e construção do planejamento urbano participativo de forma sistemática, estratégica, ou mesmo relevante. O Jornal A Tarde até então reflete esse entendimento, com a publicação apenas de reportagens de casos específicos de problemas pontuais urbanos, geralmente enriquecidas com a opinião de especialistas e gestores públicos relacionados ao tema em questão. Algumas reportagens chegam a abordar assuntos relacionados ao planejamento macro da cidade, porém sem nenhuma referência à possibilidade de participação do cidadão nas decisões referentes a esses assuntos.

De todo modo, a partir de janeiro de 2005, a prefeitura de Salvador aparenta ter um novo entendimento na inclusão dos meios de comunicação na mobilização da população para as audiências públicas. A questão que se coloca é que essa utilização dos meios de comunicação é desencadeada pela prefeitura de forma não estratégica, onde o conteúdo das reportagens e entrevistas são guiadas apenas pela intenção imediata do executivo municipal em registrar e divulgar o início do processo de revisão do PDDU. Não há abordagem dos conceitos, agentes e soluções dos problemas urbanos, apenas a convocação para o processo participativo das audiências públicas que irão se iniciar.

O jornal A Tarde (informado pela assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Planejamento), publica três pequenas notas que se referem diretamente à questão do início da revisão do PDDU e das audiências públicas para a participação dos cidadãos. As entrevistas para as TV's se resumem a poucos minutos de conversa entre o apresentador do programa e o secretário de planejamento. Em todos os casos, o conteúdo ficou restrito praticamente aos avisos de que seria iniciada a revisão do Plano, sem nenhum destaque, e sem nenhuma didática no esclarecimento dos conceitos e métodos a serem trabalhados no processo, como será analisado mais adiante (no item 3.3 desse capítulo).

Mesmo com essa, até então, rara presença nas páginas do jornal A Tarde do tema das audiências públicas, é evidente que houve por parte do poder executivo municipal alguma preocupação com a publicidade do processo de participação popular nessa primeira fase do processo. Além disso, houve o registro em relatório distribuído a diversas entidades, de todas as audiências públicas, suas contribuições e número de participantes em cada uma, revelando também o esforço nas ações da assessoria de comunicação da secretaria de planejamento para a publicidade do cronograma e conteúdo das audiências públicas.

Após passado esse momento inicial do processo e durante toda a realização das audiências públicas para elaboração da primeira minuta do plano (aproximadamente 18 meses de duração), não há mais registro de qualquer utilização de emissoras de TV para divulgação do processo de revisão do PDDU. O Jornal A Tarde, continua a publicar reportagens sobre caso pontuais de problemas urbanos, e também algumas reportagens relacionadas ao planejamento da cidade, mas quando isso acontece, não há referência à possibilidade de participação do cidadão nas decisões referentes aos assuntos tratados.

Finalmente, após a formatação e divulgação da primeira minuta do Plano pela prefeitura, durante os meses de julho e agosto de 2006, o jornal A Tarde dá grande ênfase a uma das questões pertinentes ao Plano, a alteração do gabarito na orla marítima, com 5 reportagens sobre o assunto entre os dias 14 de julho e o dia 29 de agosto.

> A paisagem vai mudar no Jardim de Alah. Nada que lembre a casa em formato de navio, ou a casa de pedra com telhado de palha dos pescadores, nem tampouco o Aeroclube, com seus tecos-tecos, que eram

> atrações até os anos 70 e 80. Em vez daquelas construções singulares, na área vão ser sentidos os efeitos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) 2004, graças à ampliação do gabarito de altura das edificações nesse trecho da Avenida Octávio Mangabeira.
> (Jornal A Tarde, 14 de julho de 2006, p. 7)[39]

Desta vez, as reportagens apresentam aprofundamento jornalístico, espaço para opiniões contrárias e aparente discordância em relação a assessoria de comunicação da Secretaria de Planejamento. Professores e profissionais relatam seus pontos de vista sobre o gabarito na orla e comentam sobre a revisão do plano diretor.

> "Tomei um susto ao ver o anúncio da prefeitura e me preocupei. Primeiro, com a alegação de que seja para proteger as áreas verdes. Não há registro de que espigões protegem áreas verdes", disse o economista e professor de teoria e planejamento no Brasil, do curso de urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, Ney Castro. [...] Para ele, "a essa altura, o prefeito não estará fazendo nada mais que o anseio dos especuladores que representam um grande poder econômico e permite ilações não muito elogiadoras". Segundo Castro, em vez de valorizar a orla, a prefeitura vai valorizar o capital imobiliário. [...] "Vamos verificar a forma como isto está acontecendo. [...] O prefeito não manda sozinho. É preciso haver um Conselho Municipal da Cidade, que ainda não existe", frisou a promotora Cristina Seixas Graça.
> (Jornal A Tarde, 22 de julho de 2006, p. 8)[40]

Essa série de reportagens acerca do aumento do gabarito da orla, transcende esse assunto e põe em reflexão como se dá o processo de planejamento em Salvador, e contribui para uma maior sensibilização da opinião pública sobre a falta de um debate amplo no processo decisório de planejamento. O Ministério Público Estadual que já havia iniciado uma ação judicial solicitando a suspensão da aprovação do PDDU em 2004, mais uma vez se sensibiliza para a questão e, através da promotora Cristina Seixas Graça, dá início a apuração da legalidade também desse novo PDDU.

---

[39] em reportagem de Mary Weinstein

[40] em reportagem de Mary Weinstein

• ***Ações do Ministério Público Estadual***

Na fase inicial de discussões e audiências públicas, de janeiro de 2005 a junho de 2006, o Ministério Público aguardava o resultado das duas ações que haviam sido iniciadas em 2004 para a anulação da versão do plano sancionado pelo prefeito Imbassahy. Na verdade, durante esses 18 primeiros meses da gestão de João Henrique, a prefeitura procurava o apoio do Ministério Público para anular a versão anterior, e não têm-se registro de questionamento público à Prefeitura sobre o processo de discussão e participação popular no PDDU 2008 até então.

Nesse momento de intensificação das reportagens pelo Jornal A Tarde após a divulgação da 1ª minuta do projeto de lei, o ministério público retoma a mesma postura que tinha gerado a ação contra o PDDU 2004, e resolve então instaurar no dia 7 de agosto de 2006 um novo inquérito civil investigativo:

> para apurar os fatos constantes nas matérias jornalísticas, bem assim a possível ocorrência de danos ao meio ambiente, e a saúde da população [...] considerando que as disposições urbanísticas da borda marítima da cidade estão sendo alteradas no projeto de revisão do PDDU e a necessidade de discussão democrática desta revisão.
> (Portaria nº 003.1.76134/2006 Ministério Público da Bahia)

Com isso, o Ministério Público então dá início a vários questionamentos e exigências a prefeitura, pondo em dúvida a legalidade de todo o processo de revisão do antigo, e também da elaboração do novo PDDU.

• ***Exposição de conflitos e mudança no comando do processo***

Sob pressão da opinião pública e do Ministério Público, no final de agosto, a prefeitura encaminha a este último, além da minuta da lei, uma série de documentos como: avaliação das contribuições dos técnicos consultores contratados, relatório de ações realizadas, esclarecimentos sobre lançamento de edital com novas audiências e defende que ocorreu efetivamente a participação popular. Durante os meses de agosto e setembro, a prefeitura ainda publica na internet a minuta da lei, uma reportagem no Diário Oficial do Município com esclarecimentos do processo por parte dos gestores municipais envolvidos na revisão do Plano, apresenta a minuta para a Faculdade de Arquitetura da

Universidade Federal da Bahia, para a comunidade da Administração Regional 3 e, finalmente, um calendário oficial de novas audiências para melhor discussão do plano.

Em 29 de agosto, o então Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Salvador, Itamar Batista, publica artigo no Jornal A Tarde onde defende o processo em curso, mas se solidariza com as críticas e anuncia novas audiências públicas e alguma abertura para diálogo sobre o formato das audiências com o ministério público, ressaltando seu empenho em aprimorar o processo de debate público do plano. Além disso, faz as ressalvas de que:

> não é um eventual movimento de construção civil em obras de edifícios um pouco mais altos, que se registrará como indicativo excepcional de redução do desemprego na nossa capital. A Prefeitura não pretende franquear ao mercado imobiliário uma desenfreada utilização do espaço da cidade.
> (Jornal A Tarde, 29 de agosto de 2006, p. 3)

Aparentemente, a falta de sintonia entre o conteúdo do artigo do secretário no jornal e os interesses que ditam na prática os rumos do planejamento de Salvador, provocou no dia 11 de setembro de 2006 (13 dias após a publicação do artigo) a entrega da carta de demissão ao prefeito pelo secretário, que então é exonerado. No dia seguinte, o ex-secretário declara ao mesmo jornal que:

> teme ações específicas de grupos que tenham determinada forma de poder, capaz de alterar a ocupação racional dos espaços da capital, [...] o PDDU deve representar a vontade da coletividade como um todo, e não apenas um segmento empresarial, ou não empresarial, para que ele se constitua, em verdade, o desejo da sociedade.
> (Jornal A Tarde, 13 de setembro de 2006, p. 14)

Podemos observar então, que no período que se estende do início da gestão de João Henrique até a crise no comando da secretaria de planejamento em meados de 2006, a Prefeitura inicia suas ações para a revisão do Plano, de certa forma sistematicamente (exceto no uso estratégico da comunicação), e gerando atitudes participativas, mesmo que contrárias aos métodos e ações da Prefeitura.

Os meios de comunicação são provocados pelo núcleo de coordenação do plano no início do processo e, apesar da falta de aprofundamento nas reportagens, esse fato revela a intenção de agregar a comunicação de massa ao processo participativo de planejamento. Porém, acontecem apenas pequenas reportagens de cunho descritivo no momento inicial, basicamente convites para as audiências públicas. Não há uma continuidade de reportagens mais consistentes, e muito menos ações de comunicação que divulguem conceitos urbanos, agentes e problemas da cidade, para que a população possa se instrumentalizar e participar efetivamente do processo de planejamento.

Apenas um ano e meio depois do início do processo de revisão e com a primeira minuta do novo plano já elaborada, o jornal A Tarde publica uma série de reportagens, que mobiliza as críticas da população e entidades organizadas. Como já foi dito, essas reportagens provocam a abertura de inquérito do Ministério Público sobre o processo de elaboração do novo PDDU. E então, o comando da SEPLAM e do processo de elaboração do novo PDDU, é alterado pelo prefeito.

Podemos observar que no primeiro período do processo de revisão do PDDU 2004, a Prefeitura de Salvador no início dá apoio ao Ministério Público Estadual na anulação do PDDU em vigor, e abre a discussão a diversos setores apresentando a primeira minuta do novo projeto de lei. Os meios de comunicação inicialmente atendem a solicitações da assessoria de comunicação da SEPLAM com espaços para a divulgação do início da revisão e das audiências públicas a serem realizadas naquele período, e em seguida com a divulgação da primeira minuta do plano inicia-se, por parte do jornal A Tarde, uma série de reportagens críticas abordando a liberação dos gabaritos no orla marítima e a falta de participação da população no processo decisório. Finalmente com essa série de reportagens, o Ministério Público abre inquérito investigativo sobre a revisão do plano de 2004, e com as divergências entre o secretário de planejamento e o prefeito sobre a condução das discussões sobre o plano, o secretário solicita que seja afastado do processo.

Quadro 3. Resumo das ações no 1º período de elaboração do PDDU 2008

	Poder Público Municipal	Meios de Comunicação	Ministério Público
2005.1	Prefeitura inicia processo de revisão, e apoia o Ministério Público na anulação do PDDU 2004	entrevistas e notas pautadas pela Secretaria de Planejamento	solicita anulação do PDDU 2004 e apoia nova revisão
2005.2	discussão com diversos setores e análises técnicas. Mobiliza apenas lideranças comunitárias já articuladas às Administrações Regionais	pequenas notas nos jornais impressos sobre a realização da 1ª fase das audiências públicas	
2006.1	redação e divulgação da 1ª minuta da lei		
2006.2 (até setembro)	secretário defende debate mais amplo, e é demitido	série de reportagens questionam a liberação do gabarito na orla e a falta de participação	abre inquérito sobre a participação no novo PDDU

3.2.2. O 2º período (2006-2008) e a antecipação da Prefeitura de um Novo Tempo

- ***Ações do poder público municipal***

No dia seguinte ao pedido de demissão do secretário Itamar Batista, a arquiteta Kátia Carmelo, funcionária de carreira da Secretaria Municipal de Planejamento, assume o comando da secretaria. Essa substituição marcará o ponto de inflexão na postura da prefeitura frente à necessidade de ampliação da participação no planejamento da cidade, na qual a nova postura dará prioridade a aprovação rápida do plano em favor do mercado imobiliário, mesmo que isso sacrifique a ampliação da participação. Não por acaso, essa nova postura irá desembocar no novo slogan que será usado na futura reeleição de João Henrique, e substituirá o slogan e logomarca da “Prefeitura de Participação Popular”.

Salvador
Prefeitura de Participação Popular

logomarca institucional da Prefeitura de Salvador em 2005

PREFEITURA DE SALVADOR
PREFEITURA DE UM NOVO TEMPO

logomarca institucional da Prefeitura de Salvador em 2009

Desde o início do mês de outubro de 2006 até o final do mesmo ano, atendendo a exigências do Ministério Público, a Prefeitura realiza dez audiências públicas para novas discussões com a população antes da minuta da nova lei ser enviada para a Câmara de Vereadores.

Por outro lado, depois da recomendação do Ministério Público de que a Prefeitura suspenda as novas audiências públicas devido a uma série de exigências acordadas e não cumpridas pela Prefeitura, o prefeito assina o decreto municipal nº 16.846/06, de 6 de outubro de 2006, o qual "regulamenta o processo de participação popular em audiências públicas, para a discussão de minuta do Projeto de Lei de Revisão do PDDU". Esse decreto diz no capítulo 1, artigo 5º:

> À SMCS (Secretaria Municipal de Comunicação Social) cabe a publicidade prévia das audiências e dos seus resultados, a cobertura jornalística institucional e a convocação dos principais órgãos de comunicação atuantes no Município.

Entre os dias 7 de outubro e 14 de novembro de 2006 são realizadas as dez novas audiências públicas. A essa altura, o Ministério Público já não mais estava a considerar essas audiências públicas válidas. No entendimento dos promotores de justiça, ainda havia falta de atendimento às exigências legais necessárias. Vale registrar novamente a dificuldade dessa pesquisa em localizar informações mais detalhadas dessas audiências, como as atas e listas de presença. Nesse caso, nem o número de participantes foi registrado nos relatórios, e então podemos nos perguntar se essas atas chegaram a existir ou se não foi mesmo pouco interessante para a Prefeitura divulgar o número de participantes nessas audiências.

Segundo Nascimento, entrevistas indicam que houve redução na participação e que as audiências “começavam invariavelmente com críticas à falta de informações e ao conteúdo da lei, que não correspondiam às demandas e proposições apresentadas nos eventos anteriores” (NASCIMENTO, 2008, p. 165).

Quadro 4. Relação das Audiências Públicas realizadas entre outubro e novembro de 2006

	DATA	LOCAL
1	07/10/2006	Auditório do Ministério Público do Estado da Bahia – Nazaré
2	11/10/2006	Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico da SMEC (CAPS) – Pituba
3	21/10/2006	Auditório da Reitoria da UFBA – Canela
4	25/10/2006	Empreendimento Educacional Cidade-Mãe – Itapagipe
5	28/10/2006	Administração Regional do Subúrbio Ferroviário (AR XVII) – Periperi
6	01/11/2006	Teatro Salesiano – Nazaré
7	06/11/2006	Centro Comunitário de Paramana – Ilha dos Frades
8	06/11/2006	Administração Regional Ilhas (AR XVII) – Ilha de Bom Jesus dos Passos
9	09/11/2006	Associação de Pais e Alunos da Praia Grande – Ilha de Maré
10	14/11/2009	Centro de Formação Amarante – São Gonçalo do Retiro

Fonte: SEPLAM 2007

No dia 6 de novembro a Prefeitura então faz novo acordo com o Ministério Público, onde se compromete a ampliar o calendário das audiências públicas (serão realizadas mais quatro audiências no início de 2007), e que para essas audiências tenham o máximo de participação da sociedade, seria necessário elaborar um Plano de Mídia para a divulgação dessas audiências. Até o final do ano de 2006, a Prefeitura realiza duas audiências públicas (das dez já planejadas) ainda sem atender as exigências do acordo com o Ministério Público.

Nos três primeiros meses do ano de 2007, a prefeitura atende a algumas exigências acordadas com o Ministério Público no final do ano anterior. Essas exigências são: respostas a uma série de questionamentos, a elaboração de um plano de mídia (que é enviado no dia 5 de janeiro), a convocação de mais quatro audiências públicas (realizadas nos dias 23, 27 e 30 de janeiro e 3 de fevereiro, nos bairros populares da Boca do Rio, Cajazeiras, Itapuã e Barro Duro respectivamente), e a elaboração de uma cartilha educativa sobre o plano e sobre a participação na elaboração do PDDU (que só fica pronta para distribuição pública no início do mês de março, e portanto após a realização das audiências públicas).

Quadro 5. Relação das Audiências Públicas realizadas entre janeiro e fevereiro de 2007

	DATA	LOCAL
1	23/01/2007	Instituto Municipal de Educação Prof. José Arapiraca (IMEJA) – Boca do Rio
2	27/01/2007	Escola Estadual Leonor Calmon – Cajazeiras
3	30/01/2007	Colégio Estadual Lomanto Jr. – Itapuã
4	03/02/2007	Igreja Assembléia de Deus – Barro Duro (CEASA)

Fonte: SEPLAM 2007

Sobre a cartilha produzida pela Prefeitura, é latente a dificuldade em torná-la uma ferramenta de comunicação eficiente na difusão dos conceitos, das possibilidades e dos agentes do processo de planejamento urbano. Apesar de contar com certa quantidade de informações, desenhos e personagens, o conteúdo principal da cartilha se resume a reafirmar a importância e os benefícios do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a cidade, com uma abordagem geral que serviria para o uso em qualquer cidade. No todo, a linguagem visual é infantil para um assunto tão complexo tratado nos textos.

> As propostas do PDDU são para que todas as pessoas tenham acesso aos direitos básicos! Moradia digna, saúde, educação e assistência social, ampliando a inclusão da população não atendida e melhorando a qualidade dos serviços urbanos, que é bastante desigual nas diferentes regiões de Salvador.
> (Cartilha Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - SEPLAM, p. 6)



Capa e página 6 da cartilha didática sobre o PDDU
elaborada pela Prefeitura para ser distribuída para a população

Entre os meses de abril e junho de 2007, enquanto continuam a acontecer as manifestações de repúdio de algumas entidades à condução do processo de planejamento, é realizada por parte do poder público executivo municipal, a redação da segunda versão da minuta do projeto de lei. Acontecem também duas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador - CONDURB e o primeiro encontro da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara Municipal,

onde os vereadores do município solicitam ao Ministério Público Estadual suas considerações sobre o PDDU.

Em julho de 2007, nos dias 26, 27 e 28 é realizada em Salvador a 3ª Conferência Municipal da Cidade que subsidiará a 3ª Conferência Estadual das Cidades e a 3ª Conferência Nacional das Cidades. No mesmo mês, o prefeito apresenta a segunda versão do plano diretor e o envia para a câmara de vereadores. A partir daí, e seguindo as recomendações do Estatuto da Cidade, as discussões e contribuições da participação popular devem ser conduzidas pelo poder legislativo municipal, até a aprovação do projeto de lei pela casa. Isso significa que todas as discussões públicas sobre a segunda minuta do plano ficam a cargo da câmara de vereadores, que era presidida na época pelo edil Valdenor Cardoso do Partido Trabalhista Cristão - PTC da base de apoio político ao prefeito João Henrique.

Um fato importante a ser destacado, é que pelos trâmites normais da câmara de vereadores um projeto de lei que é enviado pelo poder executivo municipal é inicialmente discutido pela Comissão de Constituição e Justiça (o que aconteceu normalmente) e depois é encaminhado para a comissão específica do tema do projeto de lei, no caso do PDDU é a Comissão de Planejamento Urbano. Aconteceu que o projeto de lei do PDDU não foi enviado a essa comissão presidida então pelo vereador José Carlos Fernandes do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB da ala da oposição ao prefeito, o que se tivesse acontecido daria chance a possíveis questionamentos e aprofundamentos na discussão do projeto de lei.

Mesmo com muitas manifestações favoráveis à suspensão do processo, a câmara municipal estabeleceu um cronograma de 15 audiências públicas a serem realizadas pela casa entre 6 de novembro e 15 de dezembro de 2007. Essa foi a terceira e última fase de audiências públicas promovidas pelos poderes municipais. Nas atas dessas audiências estão registradas a presença de 893 participantes em todas as 15 audiências, o que dá uma média de 59,53 participantes por audiência. Essas audiências serão novamente contestadas publicamente por várias entidades, profissionais da área do planejamento e cidadãos interessados em participar, como veremos mais adiante na descrição das ações dos meios de comunicação nesse segundo período de elaboração do plano.

Quadro 6. Relação das Audiências Públicas realizadas entre novembro e dezembro de 2007

	DATA	LOCAL	Vereadores	Participantes
1	06/11/2007	plenário da câmara	19	120
2	08/11/2007	plenário da câmara	16	71
3	10/11/2007	plenário da câmara	12	133
4	13/11/2007	centro cultural da câmara	13	53
5	20/11/2007	plenário da câmara	24	50
6	22/11/2007	plenário da câmara	8	60
7	24/11/2007	plenário da câmara	7	59
8	27/11/2007	plenário da câmara	9	62
9	29/11/2007	plenário da câmara	10	35
10	01/12/2007	plenário da câmara	9	76
11	06/12/2007	plenário da câmara	18	40
12	11/12/2007	plenário da câmara	12	24
13	12/12/2007	centro cultural da câmara	9	27
14	13/12/2007	plenário da câmara	4	26
15	15/12/2007	plenário da câmara	3	57

Fonte: Atas das audiências públicas da Câmara Municipal de Salvador

Essas audiências, de acordo com suas atas, tinham a maioria da presença formada por 23,6% de associações de moradores e centros comunitários, em seguida os funcionários públicos municipais com 13,8%, estudantes e professores com 11%, e funcionários da câmara municipal, com 8,2%. Outros segmentos significativos dos setores organizados da sociedade civil como representantes de organizações não governamentais (ONG's), movimento pela moradia, movimento negro, movimento sindical, movimento feminino, empresariado e patrões, instituições religiosas, além de diversas outras entidades de classe, tiveram abaixo de 5% cada um. Vale o registro de que entre não declarados e atividades diversas, foram registrados 28,6%.

Quadro 7. Resumo do tipo de público nas audiências públicas na câmara municipal

Tipo de Público	Quantidade	%
Associações de moradores e centros comunitários	211	23,6
Funcionários públicos municipais	123	13,8
Estudantes, professores e pesquisadores	99	11,0
Funcionários da CMS	73	8,2
ONGs diversas	41	4,6
Movimentos de moradia	22	2,5
Instituições religiosas	21	2,4
Empresários e proprietários	20	2,2
Entidades de classe	11	1,2
Movimento sindical	7	0,8
Movimento de mulheres	5	0,6
Movimento negro	4	0,5
Atividades diversas	104	11,6
Não declarados	152	17,0
total	893	

Fonte: Atas das audiências públicas da Câmara Municipal de Salvador

Ao mesmo tempo em que é cumprido o cronograma para as atividades de participação na discussão do plano diretor na câmara de vereadores, acontece uma batalha legislativa entre a corrente política de oposição ao executivo municipal que pede a ampliação das audiências e aprofundamento do processo democrático de discussão do planejamento da cidade, e os vereadores que apóiam o prefeito e pedem urgência na votação do projeto atendendo principalmente aos anseios do ramo imobiliário da cidade. Esse anseio é demonstrado claramente em reportagem do jornal Tribuna da Bahia, que transcreve a carta redigida durante a XVII Convenção Anual da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI-BA) no final de 2006.

> Certos de que o mercado é “a bola da vez”, temos esperança que no próximo ano se concretize a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador e de Camaçari, o que, certamente promoverá ainda mais o crescimento do setor e o desenvolvimento urbanístico das duas cidades.
> (Jornal Tribuna da Bahia, 11 de dezembro de 2006, p.18)

- ***Ações do Ministério Público Estadual***

Desde a abertura do inquérito em agosto de 2006, o Ministério Público Estadual faz uma série de ressalvas ao poder executivo municipal para que o processo de revisão do plano diretor atenda a exigência de que seja mais participativo. Nesse sentido, denuncia através do uso no inquérito investigativo, de reportagens veiculadas nos jornais locais

sobre a falta de participação no processo, e realiza audiências de instrução com a prefeitura onde solicita informações e faz recomendações sobre o uso de pareceres profissionais de técnicos especialistas nos diversos temas tratados no plano, estudos específicos como a questão da elevação do gabarito na orla, a necessidade de um quadro comparativo entre o plano anterior e o que está sendo elaborado, e também a necessidade de uma cartilha educativa a ser distribuída para a população.

Como já foi dito, em reunião realizada na prefeitura no dia 6 de novembro de 2006, com representantes do ministério público, além de ser deliberado conjuntamente que haveria um novo calendário e modelo das audiências públicas antes da minuta ir definitivamente para a câmara de vereadores, é acordada também a criação de um plano de mídia para a correta divulgação dos debates públicos.

> Haverá um programa de publicidade, denominado Plano de Mídia, que será veiculado nos meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornal), para que possa motivar a população desta Cidade a participar de forma ativa na discussão do projeto de Revisão do PDDU 2004. Sendo que este plano de mídia deverá ser elaborado pela Prefeitura Municipal de Salvador e aprovado pelo Ministério Público. O plano mencionado deve atender as normas legais atinentes à gestão democrática na elaboração dos Planos Diretores Urbanos, conforme determina o Estatuto da Cidade e as Resoluções do Conselho da Cidade pertinente à matéria.
> (despacho do Ministério Público, 6 de novembro de 2006)

Apesar do fato de que há registros nos quais a questão do planejamento de mídia já vai sendo incorporada no planejamento urbano em algumas cidades no período, como por exemplo podemos verificar na resolução nº 1.052 de 13 de dezembro de 2006 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro[41], e também recentemente num termo de referência do Estado do Espírito Santo para a elaboração de Planos Diretores Municipais[42] em 01 de abril de 2011, esse instrumento atualmente ainda se encontra em construção no âmbito dos movimentos e defensores da reforma urbana, o que reforça a preocupação com a questão por parte do autor dessa pesquisa.

---

41 Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://spl.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/Resolucao1052de2006.pdf >. Acessado em 14 de abril de 2011.

42 disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/397_TERMO_referencia_PDM.pdf>. Acessado em 14 de abril de 2011.

De todo modo, como o Estatuto da Cidade e as Resoluções do Conselho da Cidade não normatizam e nem detalham o plano de mídia, a Prefeitura de Salvador envia, no dia 5 de janeiro de 2007, uma folha de papel com apenas 1 parágrafo de 4 linhas seguido de 7 itens descritos como formas de comunicação a serem utilizadas, e no título entre aspas escrito "Plano de Mídia". Conteúdo bem diferente dos planos de mídias normalmente utilizados pela secretaria municipal de comunicação em campanhas publicitárias, como veremos mais adiante (no item 3.3 desse capítulo).

Um detalhe constrangedor é o de que apenas 4 audiências ainda seriam promovidas e divulgadas pelo "Plano de Mídia" elaborado pela equipe da prefeitura. Sobre essas audiências restantes foram encontradas reportagens no jornal A Tarde que relatam o descontentamento da população;

> a Associação de Moradores do Caminho das Árvores resolveu fechar questão com os associados em torno da decisão de não mais participar das audiências públicas para discutir o PDDU. Os moradores identificam falta de interesse na divulgação das reuniões, com o objetivo de enfraquecer a mobilização dos moradores contrários à instalação do comércio no bairro.
> (jornal A Tarde, 27 de janeiro de 2007, p. 2)

Outra exigência do Ministério Público no período foi de que deveria ser distribuída pela prefeitura antes da realização das audiências públicas uma cartilha com uma linguagem mais acessível para a população do conteúdo do plano. A cartilha foi produzida como já referido neste texto, mas o resultado dessa exigência foi que as cópias das cartilhas, de fato, só ficaram prontas para a distribuição aos populares em 01 de março, quase um mês depois, quando acabaram as audiências públicas promovidas pela prefeitura em 03 de fevereiro de 2007.

> O presidente da Federação de Associações de Bairros de Salvador (FABS), Francisco Marques Freitas, critica ainda a cartilha (elaborada pela prefeitura) onde se procura explicar o plano para a população: "Essa cartilha é uma brincadeira. Pensam que vão enganar a sociedade baiana com aquilo ?", pergunta. "Prevalece a intenção de que a população não entendesse o que estava sendo discutido" disse Marcos Antônio Almeida Sampaio, do Conselho de Orçamento Participativo de Salvador, ao criticar

> as audiências promovidas pelos poderes públicos para discutir o plano diretor.
> (jornal A Tarde, 29 de março de 2007, p. 4)

Com as respostas inconsistentes da Prefeitura às exigências do Ministério Público, este último questiona a validade de tais ações do poder executivo municipal:

> a elaboração e publicação da cartilha somente aconteceram após conclusão das reuniões com a comunidade, perdendo completamente seu objetivo. Ainda mais, através de notícias jornalísticas, tomamos conhecimento de que o projeto foi concluído e encaminhado ao Condurb, sem que fosse revisto pela comunidade, sem que se tenha ciência do que foi ou não incorporado, e sem qualquer comunicação ao Parquet, que vem buscando adequar a legislação em vigor ao processo de gestão democrática desta revisão, se reunindo por diversas vezes com a representação da SEPLAM e do Município.
> (despacho do Ministério Público Estadual, 12 de março de 2007)

O Ministério Público então intensifica sua atuação no processo, realizando audiências públicas na sede da entidade, com a presença de algumas organizações da sociedade civil, sempre com atas das reuniões marcadas por críticas ao processo de participação e requerimentos de anulação do processo. O tom de protesto e desaprovação está por exemplo, nos ofícios enviados ao Ministério Público pelo Conselho Municipal do Orçamento Participativo, CREA-BA, Associação de Moradores do Caminho das Árvores e também da ONG Agenda 21 de Cajazeiras[43], com denúncias de falta de divulgação, descumprimento das leis e defesa da anulação.

Com a consulta realizada pelos vereadores da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara Municipal, ao Ministério Público Estadual sobre as suas considerações sobre o PDDU, a promotoria envia resposta ao legislativo municipal com acentuada crítica à falta de divulgação e participação popular no processo de planejamento. Após a elaboração da 2ª minuta de lei, essa foi submetida à apreciação do

[43] O projeto Agenda 21 tem início durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992, e enumera um conjunto de ações que fomentam organizações e fóruns de discussões estruturados com o objetivo de contribuir para os processos de elaboração e implementação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, com base na metodologia do Ministério do Meio Ambiente. Em Salvador existem as ONG's Agenda 21 Cajazeiras e Agenda 21 Itapuã.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONDURB nos dias 16 de abril e 14 de maio, também sob protestos do Ministério Público Estadual.

Em seguida, após obter parecer do CREA igualmente crítico ao plano, no dia 31 de maio de 2007, o Ministério Público instaura ação civil pública no Tribunal de Justiça da Bahia com pedido de liminar para anulação do anteprojeto de lei de revisão do PDDU ao Juiz de Direito da vara da fazenda pública da capital da Bahia. O Ministério Público usa como argumentos principais a violação do principio da ampla e irrestrita publicidade, a falta de edital de convocação das assembléias públicas, metodologia inadequada nessas assembléias, e a nulidade da participação. Em certo trecho do texto da ação está escrito:

> Verifica-se que não houve a devida publicidade quanto à totalidade do projeto de lei para a Revisão do PDDU, visando justamente proporcionar a comunidade o seu conhecimento prévio para capacitá-la a participar dos debates, reuniões, seminários e audiências públicas previstas pela lei.
> (Ação Civil Pública, 31 de maio de 2007, p. 4)

Em meados do mês de junho, o tribunal nega o pedido de liminar, mas envia pedido de citação à Prefeitura sobre o direito desta contestar oficialmente os termos da ação, e para que esta ação não continue à revelia da parte denunciada, no caso, a Prefeitura.

Na última fase das audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal de Vereadores, no dia 24 de agosto de 2007 o Ministério Público Estadual envia ao Tribunal de Justiça um segundo recurso liminar de suspensão da tramitação do anteprojeto de lei do PDDU, a fim de que se façam cumprir as várias exigências legais, entre elas a publicidade do texto da minuta de lei.

No dia 17 de setembro do mesmo ano, a Prefeitura enviou ao mesmo Tribunal de Justiça uma resposta ao pedido liminar de suspensão do processo, em defesa do plano e da sua urgente necessidade de validação. No dia 07 de novembro de 2007, o Tribunal de Justiça do Estado nega o terceiro pedido de suspensão do processo de revisão do PDDU feito pelo Ministério Público com argumentos de falta de participação da população.

• ***Ações dos meios de comunicação***

A seguir será abordado novamente o 2º período de elaboração do plano (de 2006 a 2008), e dessa vez pelo aspecto das ações dos meios de comunicação. Entre os meses de outubro e dezembro de 2006 (logo após a demissão do secretário Itamar Batista), registra-se um aumento (em relação aos trimestre anteriores) no número de reportagens do Jornal A Tarde, que trazem luz à questão da participação.

Nesse período, e após aquela série de reportagens sobre a elevação do gabarito na orla, foram publicadas 23 reportagens que, além de convidar a população para as novas audiências públicas, também reverberavam as denúncias do Ministério Público e da população de que essas audiências não tinham divulgação necessárias, os horários eram impróprios, faltava algum tipo de material didático, e a linguagem era excessivamente técnica.

> Um ponto destacado foi a necessidade de uma linguagem mais acessível durante as audiências e no próprio documento que, segundo os representantes comunitários, é extenso e apresenta uma linguagem muito técnica. [...] Os locais escolhidos para a realização das audiências também foram criticados por alguns participantes. [...] Além disso, boa parte dos participantes considera que tanto o plano quanto a realização das audiências públicas foram pouco divulgadas pela prefeitura.
> (jornal A Tarde, 17 de outubro de 2006, p. 5)[44]

Outras reportagens também destacavam a defesa da anulação do plano por parte do ministério público, a revelação de pontos contraditórios dentro do próprio plano feita por técnicos, e finalmente outros manifestos contra o plano por parte de entidades da sociedade civil.

> A audiência não foi considerada oficial pelo Ministério Público Estadual. Os argumentos são que os documentos requisitados pelos promotores encarregados de acompanhar a revisão do plano proposto não foram entregues pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município (SEPLAM). Outro ponto considerado inadequado pela promotora do Ministério Público Estadual, Cristina Seixas, para o início das audiências públicas, é a pouca divulgação do plano. ”A

[44] em reportagem de Fabiana Mascarenhas.

> divulgação do PDDU não pode estar restrita à internet e propagandas em outdoors[45] e panfletos. A população não se sentirá motivada a discutir um projeto que ela não conhece", [...] os representantes de classe concordam com a promotora Cristina Seixas, a exemplo do coordenador-geral do grupo Skindim, Paulo Oliveira: "Acredito que, tanto o plano quanto a realização das audiências públicas foram pouco veiculadas pela mídia", [...] o analista pericial do Ministério Público Estadual, Tibúrcio Medeiros, aponta alguns exemplos de incoerência do novo plano proposto. "Neste PDDU, consta que Jaguaribe e Pituaçu são áreas de proteção de recursos naturais. No entanto, a prefeitura liberou alvará para a construção do empreendimento Greenville nessa região", contesta Medeiros.
> (jornal A Tarde, 8 de outubro de 2006, p. 12)[46]

No último trimestre de 2006 e no primeiro trimestre de 2007, outros jornais de menor circulação na época também aumentam o número de reportagens sobre o tema da participação. O Correio da Bahia publica os problemas ocorridos e os manifestos de algumas entidades da sociedade civil contra o processo de revisão do plano. Já o jornal Tribuna da Bahia, tem postura diferente dos outros dois jornais, publica 7 reportagens relativas ao PDDU com tom informativo e sem críticas ao processo conduzido pelo poder executivo municipal.

> A titular Kátia Carmelo comenta que a participação popular tem sido importante para a delimitação das diretrizes do plano. "Os resultados estão sendo ótimos, estamos recebendo contribuições dos participantes bastante significativas para a organizaçao do plano", comenta Carmelo, sendo as sugestões mais frequentes as referentes à infra-estrutura básica, acessibilidade e mobilidade urbana.
> (jornal Tribuna da Bahia, 3 de novembro de 2006, p. 10)

Desde o início de 2007 o Jornal A Tarde, em reação à polêmica que se instaura e com o acirramento das ações do Ministério Público sobre a validade ou não da participação popular ocorrida até então, aumenta consideravelmente o espaço dedicado ao tema. Em uma das 26 reportagens publicadas entre julho e setembro de 2007, é destaque o confronto entre a opinião de profissionais do planejamento urbano e empresários do setor imobiliário. Sobre a elevação do gabarito da orla, por exemplo, são

---

[45] não foram encontrados por essa pesquisa registros de outdoors produzidos pela prefeitura para a mobilização sobre o PDDU.

[46] em reportagem de Carine Aprile Iervese.

opostas as opiniões da professora Ana Fernandes, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e Augusto Amoedo, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.

> Ana Fernandes - “Não há nenhuma explicação técnica, econômica ou social que justifique essa elevação. Não há plano. A não ser um vislumbre de uma frágil possibilidade de criação de emprego e renda”.
> Augusto Amoedo - “Contempla algumas verticalizações maiores do que a atual, mas nada que comprometa a visão da cidade, nada que a prejudique. Como está, a gente não consegue ocupar e vai acabar com uma ocupação desordenada e depois para corrigir não haverá mais solução”
> (jornal A Tarde, 28 de julho de 2007, p. 7)[47]

Em outra reportagem do mesmo período fica evidente a pressão do ramo imobiliário pela urgência da aprovação do plano diretor, em oposição aos interesses coletivos por uma maior discussão e aprofundamento das diretrizes.

> Para o progresso do setor, os dirigentes da Ademi consideram indispensável a aprovação rápida do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador. “Se tivermos um plano desenvolvido, com segurança jurídica para os empreendedores, a cidade pode se tornar o 3º mercado do Brasil, atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo”, afirma o vice-presidente da Ademi, Walter Barreto.
> (Jornal A Tarde, 18 de agosto de 2007, pg 23)

Várias outras das muitas reportagens do período evidenciam a transcendência da questão inicialmente abordada do gabarito da orla para a questão da participação popular na discussão do Plano Diretor, como na entrevista do vereador José Carlos Fernandes, na época presidente da Comissão de Planejamento Urbano da Câmara Municipal.

> Acho que a gente tem que abrir a discussão, que não é técnica e, sim, política. Isso porque como fazer a gente sabe. Se a proposta é abrir o gabarito da orla, precisamos perguntar a quem serve isso. É essa a discussão que precisa ser feita com a cidade toda.
> (jornal A Tarde, 31 de julho de 2007, p. 9)[48]

---

[47] ambas entrevistas a Mary Weinstein.

[48] em entrevista a Mary Weinstein.

Nos últimos três meses de 2007, em paralelo à terceira e última série de audiências públicas para a discussão do PDDU, desta vez promovidas pela Câmara Municipal de Vereadores, há uma intensificação do debate sobre a falta de participação na revisão do PDDU. O motivo dessa afirmação é o fato de que nesse período é contabilizado o número de 96 reportagens sobre o assunto no Jornal A Tarde, o que dá uma média de mais de uma reportagem por dia. Em nenhum outro momento desse levantamento foi detectado tal volume de reportagens que trazem luz à participação popular no planejamento urbano em Salvador.

Além da quantidade, chama atenção sobretudo o destaque que é dado ao assunto pelo jornal, com muitas chamadas de capa e grandes espaços de textos e fotos. As reportagens vão da divulgação do cronograma e convites para as audiências públicas realizadas na Câmara de Vereadores, protestos de populares, entidades civis e profissionais contra o formato das audiências, acusações de golpe e fraude no PDDU por vereadores da oposição, e também relatos e críticas da urgência por parte do executivo municipal e de vereadores ligados ao prefeito em aprovar o plano. Um leitor atento pode também encontrar exemplos de novas práticas isoladas que reivindicam novos modos e iniciativas de ampliar a participação, a exemplo do movimento dos estudantes de urbanismo da Universidade do Estado da Bahia que foram às ruas para explicar à população o que é o Plano Diretor, e para tal distribuiram uma cartilha com informações básicas, visto o baixo grau de conhecimento do tema entre os munícipes (jornal A TARDE, 9 de novembro de 2007, p. 5).

Uma das primeiras reportagens desse momento é a crítica já ao local de realização das audiências conduzidas pelos vereadores, "contrariando resolução do Conselho Nacional das Cidades, que recomenda a alternância do local das audiências públicas, todos os encontros serão na sede do Legislativo Municipal." (jornal A Tarde, 31 de outubro de 2007, p. 7).

Sobre a primeira audiência na câmara municipal, no dia seguinte é publicada a resenha jornalística do evento, que diz:

> O baixo número de cidadãos participantes e a ausência de representantes dos ministérios Público Federal e Estadual deram a tônica da primeira das

> 15 audiências públicas agendadas pelo Legislativo Municipal, [...] apesar de pouco mais de 100 pessoas terem assinado a lista de presença ... apenas cerca de 50 pessoas estavam presentes. "Os gabinetes hoje não vão funcionar porque os vereadores mandaram todos os seus assessores para encher as galerias", alfinetou o vereador Téo Sena (PTC), numa crítica à presença maciça de assessores em meio aos poucos cidadãos que sequer enchiam o plenário. [...] "Não dominamos o linguajar técnico, e eles nos confundiram ainda mais. Estou desgastado e sem ânimo para voltar na próxima audiência", desabafou Marcos Sampaio, representando a comunidade do Alto do Cruzeiro, no bairro de Cosme de Farias, [...] a platéia ouviu, durante três horas, o pronunciamento dos vereadores, [...] à população só foi dada voz às 12h37min. Neste horário a platéia se resumia a cerca de 20 pessoas e apenas dois vereadores."
> (jornal A Tarde, 7 de novembro de 2007, p. 5)

Sobre a terceira audiência no legislativo municipal, é publicada reportagem no dia do evento, com função de informar e convocar a população:

> Em apenas nove horas, representantes da prefeitura vão discutir com líderes comunitários e representantes da sociedade civil o destino de 23 bairros de Salvador, [...] apesar do número reduzido de cidadãos nas últimas duas audiências, comunidades atuantes durante a elaboração do PDDU garantem marcar presença na reunião de hoje, embora descrentes no resultado desta participação. "Já apresentamos propostas claras, mas nossos indicativos não foram respeitados. Tentamos uma nova chance de sermos ouvidos", diz Gil Fernandes, um dos líderes comunitários da Boca do Rio. [...] "Moradores do Rio Vermelho também alegam ter pedidos não contemplados no Plano Diretor," afirma Arilda Cardoso, coordenadora do comitê de preservação do patrimônio histórico do bairro, e ainda, [...] "participamos de quatro audiências públicas, fizemos 11 pronunciamentos e enviamos à SEPLAM inúmeras cartas, ofícios e memoriais solicitando, pedindo e demandando respeitar nosso direitos", declarou Wolfgang Rodewig, presidente da Associação dos Moradores do Loteamento Caminho das Árvores. Contrariando a informação da SEPLAM, ele apresentou 21 expedientes protocolados entre 16/10/2006 e 21/08/2007, com as mais diversas solicitações, sem que tivesse havido qualquer resposta.
> (jornal A Tarde, 10 de novembro de 2007, p. 1 e 4)

Até a data da votação do plano diretor no legislativo municipal, acontecem as 15 audiências públicas. O jornal A Tarde publica, entre outras reportagens sobre o processo de participação popular e aprovação do plano, 11 reportagens que relatam objetivamente o baixo número de presentes nas derradeiras audiências públicas realizadas na câmara de vereadores. No dia 25 de novembro, é publicada reportagem com declarações irônicas do presidente do poder legislativo municipal, o edil Valdenor Cardoso, numa das audiências públicas realizadas na Casa, sobre as estratégias de publicidade para a participação popular no plano diretor:

> sobre a falta de anúncios pagos em TV, rádio e outdoors para divulgar o calendário das audiências do PDDU, Cardoso disse que está economizando para devolver R$ 3 milhões à prefeitura no fim do ano, para que o dinheiro seja usado com obras em vez de publicidade. Ele diz que as audiências estão sendo informadas gratuitamente por meio de jornais e rádios da cidade. “Você me deu uma grande idéia”, disse ao repórter. “Vou mandar medir todas as matérias que já saíram de graça e fazer a conta de quanto economizei.”
> (jornal A Tarde, 25 de novembro de 2007, p. 10)

De certa forma aparentando uma tentativa de anular as críticas aos poucos esforços do presidente da Câmara Municipal pela divulgação das discussões, é publicada a notícia de que apesar do pouco tempo que restava (apenas cinco dias), algo estava sendo feito em favor da participação popular no plano, além das audiências públicas:

> No fim de linha das discussões do PDDU, o presidente da Câmara Municipal, Valdenor Cardoso (PTC), está cheio de idéias. Já investiu em faixas espalhadas pelos bairros, pensa em colocar carro de som convidando a população para participar das audiências e até em fazer homenagem à imprensa, cujo trabalho de divulgação dos debates poupou recursos dos cofres municipais. Agora, criou a 'Sala das Emendas', no Centro de Cultura da Câmara, que funcionará a partir da segunda-feira até o dia 7, das 9 às 18 horas. A sala terá computadores, técnicos em informática, especialistas em assuntos legislativos e técnicos da SEPLAM. O aparato estará disponível a qualquer cidadão interessado em sugerir uma emenda ao atual projeto.
> (jornal A Tarde, 2 de dezembro de 2007, p. 2)

Numa atitude louvável, mas pouco usual para o tema tratado, ainda mais

considerando o histórico local apresentado no capítulo anterior, o jornal A Tarde publica no dia 09 de dezembro de 2007, como matéria de capa da edição de domingo, dia semanal de maior tiragem do periódico, pesquisa encomendada pelo próprio jornal ao Instituto Vox Populi, através da aplicação de questionários a uma amostra da população de Salvador.

> A pesquisa revela que 74% dos soteropolitanos desconhecem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), lei com poder de nortear as ações da prefeitura nos próximos oito anos. O levantamento mostra ainda que apenas 0,2% da população contribuiu com sugestões para o projeto de lei, que deve ser votado até 30 de dezembro, e 6% dos entrevistados participaram de alguma audiência. Se o levantamento comprova a falta de maturidade da população também demonstra a consequência da ação da prefeitura e da Câmara de Vereadores, que não investiram na mobilização popular.
> (jornal A Tarde, 9 de dezembro de 2007, capa)

Em 27 dos 31 dias do mês de dezembro de 2007 foram publicadas reportagens sobre o PDDU de Salvador no jornal A Tarde, um número inédito na história recente da cidade. Nos 3 dias de votação do projeto de lei o jornal relatou diariamente as sessões, as quais, como toda votação importante realizada no plenário da casa, também foram registradas pela equipe de filmagem da TV Câmara, a serviço da própria Câmara Municipal de Salvador[49]. As imagens e as reportagens do Jornal A Tarde revelam a forma conturbada em que se deu a aprovação do PDDU.

> Socos, empurrões e xingamentos entre vereadores marcaram o 2º dia de votação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador. O vereador Everaldo Augusto (PCdoB) e o vice-presidente do Movimento de Defesa do Metrô, Afonso Celso, se agrediram quando a sessão já estava suspensa. O público acompanhou, do plenário, aos gritos.
> (jornal A Tarde, 28 de dezembro de 2007, capa)

> As três rodadas de votação do PDDU foram apressadas. A primeira, em que 26 vereadores aprovaram o projeto, aconteceu em menos de um minuto por volta das quatro horas da manhã.
> (jornal A Tarde, 29 de dezembro de 2007, p. 9)

[49] Imagens disponíveis no DVD em anexo (anexo 13, opções 3 e 4).

> Não adiantaram os inúmeros protestos das bancadas do PCdoB, PT, PSDB, PPS e PSB. As 273 emendas circularam apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de serem apresentadas ao plenário. E dessas, a CCJ teve conhecimento de 103 emendas apenas no momento de apresentar seu parecer em voz alta, durante a madrugada.
> (jornal A Tarde, 29 de dezembro de 2007, p. 9)

> Enquanto os demais vereadores conversavam, dormiam, reclamavam, indagavam assessores sobre o que haveria para o almoço ou se declaravam raivosos com o cansaço, a relatoria das emendas por Gaban (vereador Beto Gaban) começou como bingo: ele lia apenas o número da emenda e dizia se aprovava ou rejeitava.
> (jornal A Tarde, 29 de dezembro de 2007, p. 9)

Em 28 de dezembro de 2007 o plano é aprovado pela Câmara de Vereadores. No dia 20 de fevereiro de 2008, o prefeito sanciona esse plano na forma de lei municipal, em cerimônia reservada, realizada curiosamente na sede da Associação Comercial da Bahia.

> Sob o barulho dos protestos do lado de fora do prédio, João Henrique classificou todos os críticos ao PDDU como pessoas “que estão com a cabeça parada no passado” ou “galinhas”. Os defensores, por outro lado, seriam “águias” que podem enxergar até 10 quilômetros à frente.
> (jornal A Tarde, 21 de fevereiro de 2008, p. 4)[50]

Porém, após a sanção do PDDU 2008 a opinião pública continua mobilizada na discussão da legalidade do processo. A falta de participação popular é um dos maiores argumentos dos que defendem a anulação do plano. Durante todo o ano de 2008, o jornal A Tarde publica 40 reportagens que tratam do assunto e seus desdobramentos. Porém, o desejado aprofundamento da discussão pública no processo de planejamento urbano não obtém nenhum resultado prático. O PDDU 2008 não é alterado. No final do ano acontecem as eleições municipais, o tema do PDDU novamente volta a ocupar espaço nos horários gratuitos eleitorais, mas principalmente por parte dos candidatos que viriam a ser derrotados na reeleição do prefeito João Henrique.

Podemos observar que no segundo período do processo de revisão do PDDU 2004, a Prefeitura de Salvador procura atender minimamente às exigências do Ministério

[50] em reportagem de Katherine Funke.

Público Estadual, conclui a redação do projeto de lei e o envia para a Câmara de Vereadores. O Ministério Público dá início a uma ação civil e pede a suspensão do processo. Os meios de comunicação, principalmente o jornal A Tarde, abrem espaço crescentemente para a discussão sobre a falta de participação no processo, especialmente durante as audiências realizadas na Câmara de Vereadores que aprovam definitivamente o plano sob muitos protestos no plenário da casa. O prefeito sanciona o plano em fevereiro de 2008 e os meios de comunicação continuam as reportagens sobre o tema, embora com menor destaque e frequência. O assunto volta com força nos meios de comunicação apenas durante a campanha eleitoral para prefeito no segundo semestre de 2008 na qual João Henrique se reelege, e então o assunto volta a desaparecer nos meios de comunicação.

Quadro 8. Resumo das ações no 2º perído de elaboração do PDDU 2008

	Poder Público Municipal	Meios de Comunicação	Ministério Público
2006.2 (a partir de outubro)	Prefeitura realiza novas audiências públicas e novo decreto municipal regulamenta a participação nas audiências públicas	aumento no número de reportagens no jornal A Tarde sobre a participação no planejamento da cidade	faz várias exigências a Prefeitura e realiza audiências públicas sobre o plano
2007.1	atende a novas exigências do Ministério Público, redige o projeto de lei e envia para a Câmara de Vereadores	jornal A Tarde continua aumentando o destaque e número de reportagens sobre a falta de participação	realiza audiências públicas e entra com ação civil pública na justiça contra ao plano
2007.2	Câmara de Vereadores realiza série de audiências e aprova o plano com muitas emendas	jornal A Tarde publica quase que diariamente reportagens sobre a falta de participação	pede suspensão do processo
2008.1	o plano é sancionado pelo prefeito	reduz o número e o destaque, mas continuam as reportagens sobre a falta de participação no processo	
2008.2		o PDDU e a participação têm espaço no debate eleitoral das eleições municipais	

3.3. Dois modos de ação de comunicação do poder público

Com a restituição cronológica do processo de elaboração do PDDU 2008, o estudo de caso pode indicar quais as ações favoreceram os interesses e objetivos de cada um dos agentes envolvidos no processo. De todo modo, interessa a esse trabalho compreender as ações de comunicação que possam ter contribuído para a ampliação da participação no processo de planejamento.

Como dito na introdução, a participação pode ser incorporada ao processo social de planejamento da cidade em três momentos principais:

> . como um instrumento para construção do diagnóstico adequado, que antecede a formulação das políticas;
> . na adoção de princípios e diretrizes de planejamento, que é a própria formulação das políticas;
> . e como um mecanismo imprescindível para a viabilidade social do plano, na implementação das políticas formuladas.
> (BRASIL, 2005)

Cabe então compreender em quais desses momentos foram praticadas ações de comunicação relativas à revisão do PDDU 2004, e qual o encaminhamento dispensado pelo poder público municipal a essas ações. Para isso, serão abordados a seguir três modos do poder público em dar encaminhamento a ações de comunicação, registrados em momentos e situações diferentes. Os dois primeiros modos são relativos ao processo de revisão do PDDU 2004, o terceiro modo é relativo a uma outra ação de comunicação não relativa ao planejamento urbano.

- ***O primeiro modo de ação do poder público***

O primeiro modo de ação do poder público municipal a ser descrito é aquele modo de ação de comunicação praticado no 1º período do processo de revisão do PDDU 2004. Pode-se afirmar que, no geral, esse modo de ação está vinculado muito timidamente aos dois primeiros momentos nos quais a participação pode ser incorporada ao planejamento. Ou seja, a utilização dos meios de comunicação pode ser considerada como um tentativa de incorporar a participação tanto como instrumento para construção do diagnóstico adequado, quanto na própria formulação das políticas.

A afirmação de que houve a tentativa de utilização da comunicação nesse momento de construção do diagnóstico é relativa às primeiras ações da secretaria de planejamento nos primeiros meses de 2005. Essas ações incluíram o agendamento de entrevistas do secretário de planejamento do município em programas de TV, e a publicação de pequenas reportagens em jornais sobre o início do processo de revisão do PDDU e de elaboração da nova versão do plano.

Sobre as entrevistas para os programas de TV, é notadamente importante a observação sobre dois aspectos. O primeiro aspecto é que o próprio esforço da assessoria de comunicação da SEPLAM pela consumação dessas entrevistas denota a intenção de incluir o assunto do planejamento urbano em Salvador na pauta dos veículos de comunicação de massa. O segundo aspecto é a descrição visual e sonora das peças de comunicação, produzidas como resultante dos esforços da SEPLAM, onde se sustentaria a informação a ser veiculada.

Segundo o IBOPE[51], considerando a cidade de Salvador e o público de todas as classes econômicas (classes A, B, C, D e E), e maiores de 18 anos como o universo da pesquisa, pode-se alcançar um total de referência de 832.356 domicílios particulares e coletivos[52]. Então, a audiência média ponderada da entrevista de 7 minutos de duração do secretário de planejamento Itamar Batista no programa Jogo Aberto, da TV Band Bahia, é aproximadamente 0,9% para o horário de exibição, o que equivale a aproximadamente 7 mil e 491 domicílios. Uma outra entrevista do secretário de planejamento a qual as imagens também foram encontradas pela pesquisa, foi realizada na TV Salvador, emissora de sinal fechado para assinantes, e teve duração de 20 minutos. Não foram encontrados dados sobre a audiência ponderada desse canal de TV, porém há indicações de que, nesse caso, a audiência é bem menor do que as TV's de sinal aberto.

Além dessas, outras três entrevistas para programas de TV de sinal aberto foram registradas em relatório pela prefeitura[53]. São elas: entrevista para TV Bahia / Rede Globo

---

[51] Fonte: IBOPE. Não foram encontrados dados de 2005. Os dados utilizados são relativos a setembro de 2010 apenas como referência. Ver anexo 12.

[52] O censo de 2010 do IBGE indica 832.758 domicílios particulares e coletivos ocupados. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/total_domicilios_bahia.zip>. Acessado em 14 de abril de 2011.

[53] Fonte: relatório Prefeitura Municipal de Salvador, 2007

no dia 22 de março de 2005, entrevista a TV Aratu / Rede SBT no dia 8 de abril, e entrevista a TV Itapoan / Rede Record no dia 14 de abril. Como não foram encontradas as imagens e nem maiores detalhes dessas entrevistas (apenas a emissora e a data em que foi realizada a entrevista), tomaremos como base o horário de maior audiência dentre os programas jornalísticos locais produzidos por cada emissora citada[54].

Quadro 9. Resumo da audiência dos programas TV locais, com entrevistas.

Programa / Emissora	média ponderada	número de domicílios	data de gravação
Marcelo Nonato / TV Salvador	-	-	12/01/2005
Jogo Aberto / TV Band Bahia	0,90%	7.491	19/01/2005
Jornal BA TV / TV Bahia (Globo)	16,42%	136.673	15/03/2005
Aratu Noticias 2ª edição / TV Aratu (SBT)	1,40%	11.653	08/04/2005
Balanço Geral / TV Itapoan (Record)	4,88%	40.619	14/04/2005

O conteúdo textual das entrevistas encontradas[55] consiste numa variação entre perguntas, respostas e reflexões, sobre o início da gestão do novo prefeito, e a exposição das intenções de trabalho da secretaria de planejamento. Dentre as intenções, é citada a revisão do PDDU como objetivo importante a ser alcançado. E então é anunciado o início do processo. Presume-se aqui que não deva ter acontecido alterações significativas nesse conteúdo, em relação às outras entrevistas as quais não foram encontradas os sons e imagens.

Sob o aspecto da descrição visual e sonora das peças de comunicação, são encontradas imagens com praticamente nenhuma força que favoreça a informação veiculada. A mensagem comunicada é baseada apenas na narrativa oral nas entrevistas concedidas pelo secretário aos entrevistadores, não há nenhuma referência ou identificação ao espectador que dê significado visual à informação que é transmitida, como por exemplo: gráficos, animações didáticas, imagens significativas, depoimentos, entre outras alternativas de composição de visual.

---

[54] Fonte: IBOPE. Não foram encontrados dados de 2005. Os dados utilizados são relativos a setembro de 2010 apenas como referência. Ver anexo 12.

[55] Estão disponíveis no DVD em anexo (anexo 13, opções 1 e 2).



Imagens do programa Jogo Aberto - TV Band Bahia / Rede Bandeirantes



Imagens do programa de Marcelo Nonato - TV Salvador / Rede Bahia

O outro veículo utilizado pela secretaria de planejamento para a divulgação do início do processo de revisão do plano, foram os jornais. Nos dias 8 e 13 de abril, por iniciativa da assessoria de comunicação da SEPLAM o secretário concede entrevista aos jornais impressos da cidade. Como resultado dessas entrevistas, foi encontrada no Jornal A Tarde reportagem do dia 16 de abril de 2005. A reportagem graficamente consiste numa coluna estreita, espremida no canto esquerdo da página por um grande box com anúncio publicitário de uma concessionária de automóveis, que ocupa quase a totalidade da largura da página.

O texto da reportagem[56] anuncia a preparação das Administrações Regionais para as audiências públicas, e um rápido resumo das palavras do secretário sobre o cronograma previsto para a revisão do plano. Além das audiências que estariam sendo preparadas, o texto versa sobre o processo inicial de discussão da revisão do plano, interno à prefeitura, mais a contratação de especialistas, e o apoio do Ministério Público na busca pela participação na elaboração do plano.

[56] escrita por Ana Lucia Andrade.



Jornal A Tarde
16 de abril de 2005, p.16

PDDU - Começa a revisão do plano diretor

Um CD-Rom didático sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e suas diretrizes começará a ser paresentado a partir da próxima semana para as entidades civis das 18 administrações regionais (ARs) de Salvador. A exibição marca o início das discussões em torno do principal instrumento da política urbana municipal, cuja lei foi sancionada em agosto do ano passado, que sofrerá nova revisão, desta vez visando a uma maior participação da comunidade no destino da cidade.

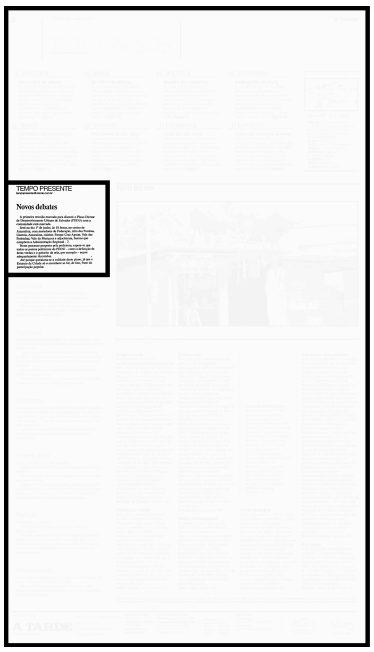
Na próxima semana também será iniciada uma discussão interna, envolvendo os órgãos do sistema de planejamento da prefeitura - Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom), Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e Superintendência de Meio Ambiente (SMA), ligados à Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam) - que se estenderá aos demais órgãos municipais. Além disso, está programado um seminário sobre o assunto com as entidades representativas da sociedade civil, dentre outras atividades.

Segundo o secretário municipal do Planejamento, Itamar Batista, a idéia é promover a primeira audiência pública já no princípio de julho, quando será preparada a minuta da lei, para então ser realizada a segunda audiência ainda no mês de setembro. “Foi uma promessa de campanha do prefeito João Henrique fazer a revisão diante dos apelos da sociedade de que o PDDU não teria sido suficientemente discutido”. A prefeitura também estará contratando especialistas para fazerem uma análise crítica do plano, que subsidiará as discussões. As críticas e sugestões recolhidas durante o processo de revisão servirão de base para seu ajuste. A previsão é que antes do término deste ano o novo anteprojeto de lei seja encaminhado para apreciação da Câmara Municipal.

TERMO - Para a realização da revisão do plano, a prefeitura pediu o apoio do Ministério Público, que move duas ações para a sua anulação por desrespeito ao Estatuto da Cidade e inconstitucionalidade, no sentido de extingui-las. Para isso, será assinado um termo de ajuste de conduta entre o Executivo e Legislativo do município e a 6ª Promotoria de Justiça do MP, garantindo a participação popular na discussão.

“Não vamos descartar o atual plano, aproveitando os estudos e termos de referência que embasaram a sua elaboração. Queremos ajustá-lo à realidade de Salvador”, enfatizou Batista. Um dos pontos a ser revisto é a linguagem utilizada, que, em alguns trechos, dá margem à má interpretação e contradições, inclusive jurídicas, em alguns artigos e anexos. “O plano não dá importância maior nem cria condições de entendimento a respeito da política ambiental do município”, exemplifica.

Em 24 de maio de 2005, foi publicada na coluna Tempo Presente do Jornal A Tarde, na página 2, nota sobre os horários da primeira rodada de audiências públicas que iria se iniciar em junho. Em 18 de outubro de 2005, uma nota na mesma coluna (Tempo Presente), anuncia a nova etapa de audiências públicas com seus horários, locais e temas a serem discutidos que irão subsidiar a elaboração da primeira minuta do plano.



Novos debates

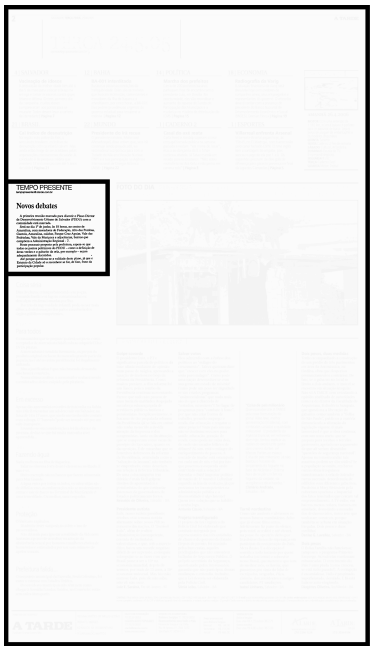
A primeira reunião marcada para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) com a comunidade está marcada.

Será no dia 1º de junho, às 18 horas, no centro de Amaralina, com moradores de Federação, Alto das Pombas, Gantois, Amaralina, Calabar, Parque Cruz Aguiar, Vale das Pedrinhas, Vale da Muriçoca e adjacências, bairros que compõem a Administração Regional - 7.

Neste processo proposto pela prefeitura, espera-se que todos os pontos polêmicos do PDDU - como a definição de áreas verdes e o gabarito da orla, por exemplo - sejam adequadamente discutidos.

Até porque questiona-se a validade deste plano, já que o Estatuto da Cidade só o reconhece se for, de fato, fruto da participação popular.

Jornal A Tarde
24 de maio de 2005, p. 2



Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano entra numa nova etapa de debates.

O primeiro será hoje, das 14 às 18 horas, no auditório da Secretaria Municipal da Administração, reunindo representantes de órgãos federais governo do Estado e prefeituras da Região Metropolitana de Salvador.

Amanhã e depois, haverá seminários temáticos para representantes da Prefeitura Municipal.

Amanhã, ainda, o PDDU será discutido do ponto de vista ambiental.

No dia 20, o Plano Diretor será abordado sob a ótica habitacional.

Na semana seguinte, os debates terão temas como transporte, infra-estruturas e serviços, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e uso do solo.

Esta etapa termina no dia 24, no auditório da CAPS (Pituba), com um último debate envolvendo entidades da sociedade civil, a exemplo de ONGs e universidades.

Os debates começaram a três meses, e, neste processo, as comunidades da boca do Rio e de Itapagipe foram as que deram maior número de sugestões de mudanças no plano.

Jornal A Tarde
18 de outubro de 2005, p. 2

O material que foi analisado até aqui indica que no início do processo de revisão do PDDU 2004 existe iniciativa da Prefeitura para mobilizar a população em torno das discussões do plano. Apesar disso, e como já descrito nesse capítulo, os números de presença nas audiências públicas no período de 2005 e início de 2006 foi muito pequeno em relação a população total da cidade. Os presentes basicamente eram lideranças

comunitárias e representantes das associações de moradores já articulados com as Administrações Regionais da Prefeitura, ou seja, pode se observar que apesar das boas intenções da SEPLAM a utilização dos meios de comunicação não trouxe benefícios diretos no aumento da presença de participantes nas audiências públicas nesse período.

• ***O segundo modo de ação do poder público***

Como já foi dito, em 2006, após a divulgação da primeira minuta do plano, o Jornal A Tarde abre espaço para o aprofundamento de um dos temas polêmicos a serem definidos no Plano Diretor, no caso, a elevação do gabarito da orla. Esse espaço no jornal começa se diferenciar do formato de rápidas entrevistas com o secretário de planejamento, para a exposição de opiniões diversas sobre o mesmo assunto por cidadãos, especialistas, gestores públicos e representantes do mercado imobiliário da cidade.

A partir desse momento, a discussão pública sobre o PDDU entra numa nova dimensão, onde as reportagens do Jornal A Tarde revelam a indignação sobre a falta dessa discussão na elaboração do plano, e ao mesmo tempo apresentam e questionam um de seus assuntos mais polêmicos, a questão do gabarito da orla. Um detalhe importante é que essa ação de comunicação não é mais iniciativa do poder público municipal, mas de um veículo de comunicação local.

Entre julho e agosto de 2006, são publicadas algumas reportagens com amplos espaços de página inteira, às vezes duas páginas, em que não apenas as idéias da secretaria municipal de planejamento são expostas. Por esse motivo, esse momento pode ser encarado como um dos poucos onde a ação de divulgação do poder público é superada pela ação de outro agente na ampliação da discussão do processo participativo de planejamento, no caso esse agente é privado e integra de forma inequívoca a esfera pública.



A TARDE | SALVADOR | 7

GABARITO | Ampliação do limite de altura das construções em áreas próximas às praias começa a mudar a região à beira-mar

Espigões começam a invadir a orla

MARY WEBSTER

Construção no bairro de Patamares incomoda vizinhos

Secretário diz que limites podem até ser ampliados

Jornal A Tarde,
14 de julho de 2006, p.7 (ver anexo 2)



A TARDE | SALVADOR | 9

FÓRUM | Encontro esquentou debate sobre liberação de gabarito próximo às praias e mostra que existem opiniões discordantes

Orla no centro da discussão

MARY WEBSTER

Professor defende bairros tradicionais

Interesse pela relação entre turismo e renda

Jornal A Tarde
20 de agosto de 2006, p.9 (ver anexo 3)



8 | SALVADOR | A TARDE

HABITAÇÃO | Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo diz que existe um Plano de Gestão Democrática da Cidade e que o prefeito não pode decidir sobre o gabarito da orla de Salvador sem consultar a cidade

Liberação para prédios altos na orla surpreende

MARY WEBSTER

Professor teme verticalização

Prefeito incumbe secretários de apresentar argumentos

A TARDE | SALVADOR | 9

"Não são 50 andares. Não se vai construir o Empire State"

Luiz Augusto Amoedo | Presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Salvador

Jornal A Tarde
22 de julho de 2006, p. 8 e 9 (ver anexos 4 e 5)



8 | SALVADOR | A TARDE

PLANO DIRETOR | Atualmente, os construtores se interessam, basicamente, por fazer prédios de luxo e com mais de 20 andares

Orla requer estudo e normas

Gabarito é o ideal nas capitais do Nordeste

"Sem uma escala, medições, nem especificações do trecho, fica complicado e difícil avaliar a proposta de sombreamento dos prédios na orla de Salvador"

A TARDE | SALVADOR | 9

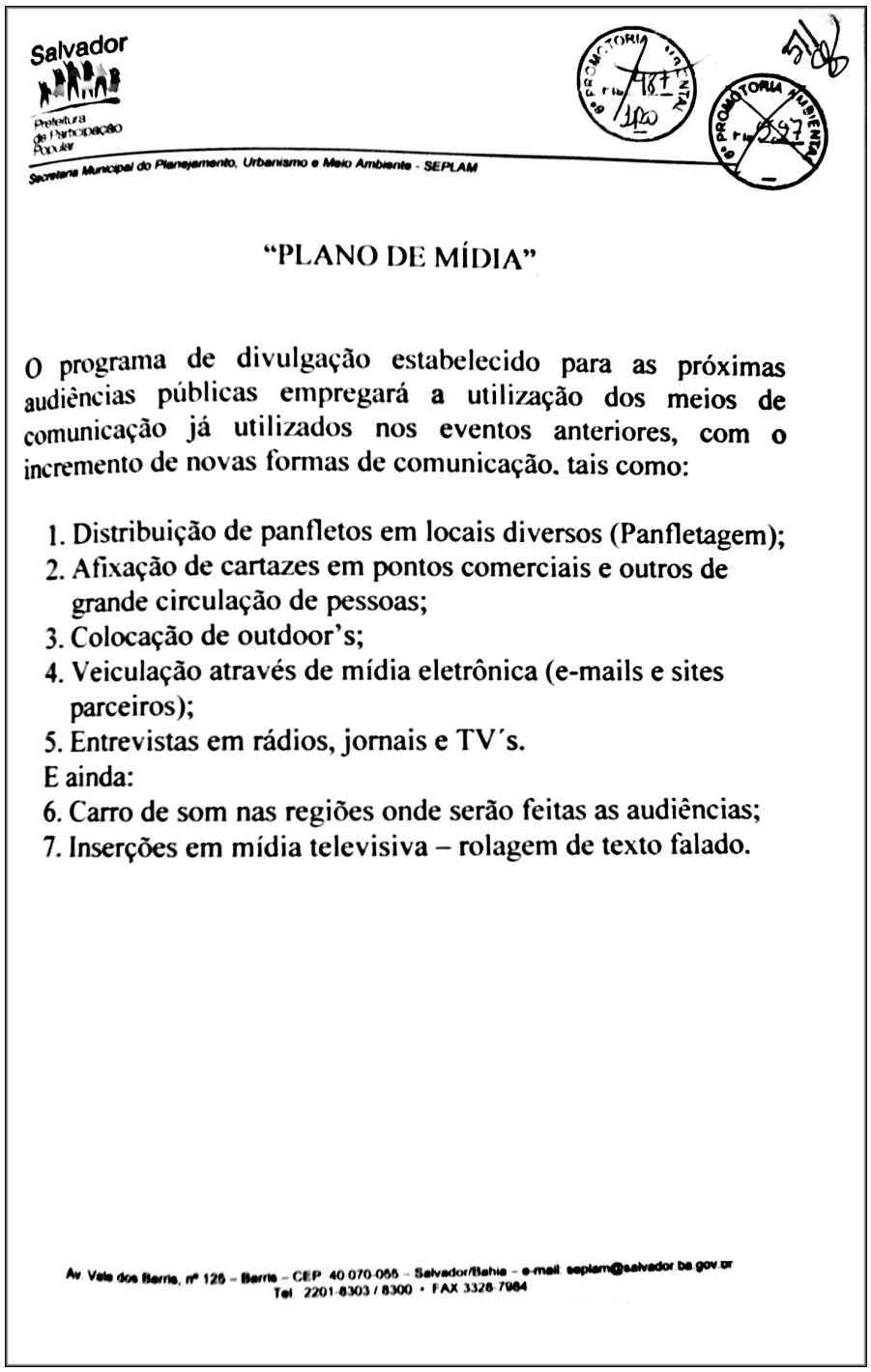
PLANO DIRETOR | Na orla das capitais nordestinas, o gabarito é diferenciado; em Recife, a Praia da Boa Viagem é o maior exemplo

Edifícios de até 24 andares

Jornal A Tarde,
13 de agosto de 2006, p. 8 e 9 (ver anexos 6 e 7)

Com a ação do Ministério Público Estadual junto à equipe de coordenação do plano, no dia 5 de janeiro de 2007 foi apresentado pela prefeitura o plano de mídia para a divulgação das últimas audiências públicas para a elaboração da segunda minuta do plano. Esse plano de mídia não significa mudança de atitude do poder público municipal em relação as suas ações de comunicação, principalmente porque na prática foi utilizado apenas para a divulgação das 4 últimas audiências públicas coordenadas pelo poder executivo municipal, antes do plano ser encaminhado ao poder legislativo municipal.

Nesse plano de mídia, a peculiaridade é a citação de uma lista de ações de uso de suportes e veículos diferentes, descritas de maneira muito vaga. Há uma única referência do uso de “mídia televisiva” com um comercial a ser produzido com texto rolado comunicando a segunda fase de audiências. Esse material não foi encontrado durante a pesquisa para este trabalho, mas de qualquer modo, pela descrição, não é difícil imaginar que seja mais uma peça de comunicação sem atrativos visuais, com imagens sem significados (apenas um texto em movimento na tela) e também sem favorecer a informação a ser transmitida. Resta apenas o objetivo de constar que ouve algo a ser veiculado nas emissoras de televisão locais.



Salvador
Prefeitura de Participação Popular
Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente - SEPLAM

"PLANO DE MÍDIA"

O programa de divulgação estabelecido para as próximas audiências públicas empregará a utilização dos meios de comunicação já utilizados nos eventos anteriores, com o incremento de novas formas de comunicação. tais como:

1. Distribuição de panfletos em locais diversos (Panfletagem);
2. Afixação de cartazes em pontos comerciais e outros de grande circulação de pessoas;
3. Colocação de outdoor's;
4. Veiculação através de mídia eletrônica (e-mails e sites parceiros);
5. Entrevistas em rádios, jornais e TV´s.

E ainda:

6. Carro de som nas regiões onde serão feitas as audiências;
7. Inserções em mídia televisiva – rolagem de texto falado.

Av. Vale dos Barris, nº 125 – Barris – CEP. 40.070-055 – Salvador/Bahia – e-mail: seplam@salvador.ba.gov.br
Tel.: 2201-8303 / 8300 • FAX 3328-7984

Plano de Mídia da SEPLAM para audiências públicas em 2007

Até a sanção do PDDU em fevereiro de 2008, o espaço dedicado pelo jornal A Tarde ao processo de participação na elaboração do plano não acontece mais por iniciativa do poder público, e nos últimos meses de discussão na câmara de vereadores (entre novembro e dezembro de 2007), a frequência de publicação no jornal sobre o assunto chegou a ser praticamente uma reportagem por dia, fato inédito registrado em toda a pesquisa.

Outro ponto importante a ser considerado foi o destaque gráfico dado a essas reportagens, chegando a ocupar algum espaço na valorizada edição de domingo do jornal em quase uma dezena de vezes, dentre as quais 4 como o maior destaque da capa. Vale aqui o registro de que a tiragem média em dias úteis do jornal A Tarde em 2007 foi declarada[57] como de 45.000 / 50.000, e a tiragem de domingo registrada pela Associação Latino-Americana de Agências de Publicidade - ALAP ultrapassa os 90 mil exemplares[58].


A TARDE

Roubo do BB em Guaratinga vira um 'espetáculo'

PLANO DIRETOR | Audiência marcada para hoje, na Câmara de Vereadores, discutirá propostas polêmicas do PDDU como a que prevê a liberação do gabarito de prédios na orla até 18 andares

Prefeitura tenta definir futuro de 23 bairros em nove horas

Tricolor e Leão só pensam em subir

Jornal A Tarde
10 de novembro de 2007, capa (ver anexo 8)


A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

PDDU | Pesquisa Vox Populi/Grupo A TARDE: 74% dos soteropolitanos desconhecem o projeto

Só 0,2% da população contribui para Plano Diretor

SAÚDE, INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO SÃO AS ÁREAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS PELO POVO

61% DISCORDAM TOTALMENTE DO AUMENTO DE GABARITO NA ORLA. 22% CONCORDAM

Jornal A Tarde, domingo
9 de dezembro de 2007, capa (ver anexo 9)

[57] em documento da secretaria de comunicação da presidência da república disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secom/midia/Jornais_2008/BA.pdf>

[58] disponível em: <http://www.alap.com.br/>, seção Veículos - Salvador.


A TARDE

PLANO DIRETOR | Sem prazo para terminar, vereadores começam a discutir projeto de revisão

Protesto e confusão no 1º dia de votação do PDDU

Simanca |

BOOM!

Jornal A Tarde
27 de dezembro de 2007, capa (ver anexo 10)


A TARDE

VOTAÇÃO | Prefeito João Henrique derrota partidos da base aliada, com apoio da oposição, e divulga nota comemorando resultado

Câmara aprova PDDU e eleva gabarito da orla

VOTAÇÃO PDDU
26
11
4

Jornal A Tarde
29 de dezembro de 2007, capa (ver anexo 11)

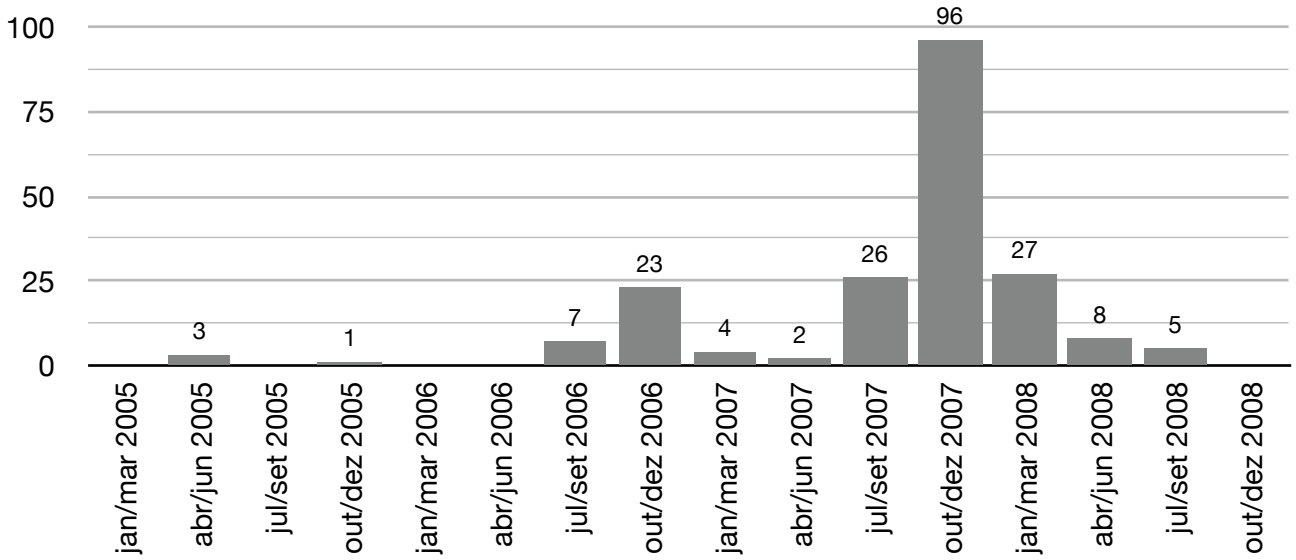
O material que foi analisado nesse segundo modo de ação indica que entre os anos de 2006 e 2008 ampliou-se consideravelmente o espaço em um dos meios de comunicação na cidade (o Jornal A Tarde) de forma espontânea e creditada ao próprio jornal, sobre o processo de revisão do PDDU e dando visibilidade a ele. Por outro lado, o modo de ação do poder público em relação ao uso das ferramentas de comunicação são ainda mais tímidas que no início do processo de revisão do plano, e por isso continua a ser alvo de muitas críticas.

Mesmo com a elaboração de um plano de mídia por parte da prefeitura e apresentado ao Ministério Público, além do grande espaço dedicado ao tema pelo jornal A Tarde, os números de presença nas audiências públicas no período de 2006 até o final de 2007 continuou muito pequeno em relação a população total da cidade. Pode-se afirmar que houve um considerável aumento na esfera pública do espaço dedicado ao tema da participação no planejamento urbano, o que não se traduziu diretamente numa maior participação da sociedade na adoção dos princípios e diretrizes do plano.

Quadro 10. Resumo da frequência nas audiências públicas

	número de audiências	número de participantes	média de participantes/ audiência
elaboração da 1ª minuta (2005 - 2006)	16	789	49,3
elaboração da 2ª minuta (2006 - 2007)	14	-	-
discussão do projeto de lei na câmara de vereadores (2007)	15	893	59,5
TOTAL	**45**	**1682**	**54,2**

Gráfico 1. Número absoluto de reportagens no Jornal A Tarde sobre a Participação no Planejamento da Cidade, por trimestre



Fonte: pesquisa do autor

Quadro 11. Síntese dos momentos de maior uso dos meios de comunicação social mais relevantes

	Jornal A Tarde	Entrevistas na TV	Agente das ações
janeiro 2005 a junho 2005	3 reportagens sobre participação no PDDU	5 entrevistas do secretário de planejamento em emissoras diferentes	Prefeitura
julho 2006 a março 2007	34 reportagens sobre participação no PDDU		Jornal A Tarde
julho 2007 a março 2008	149 reportagens sobre participação no PDDU		Jornal A Tarde

Fonte: pesquisa do autor

3.4. Outro modo de ação do poder público

Outro modo de ação de comunicação do poder público municipal descrito neste trabalho que podemos ter como referência e comparação baseia-se numa questão diversa da do planejamento urbano. Guardando a diferença de objetivos entre as duas ações, o que interessa aqui é a comparação da dimensão da utilização dos meios de comunicação de massa em cada uma, por parte do mesmo poder executivo municipal. Essa comparação será útil nas conclusões do capítulo final desse trabalho.

Para a comparação, utilizaremos os dados do plano de mídia da campanha publicitária encomendada pela Prefeitura Municipal de Salvador à agência de publicidade Idéia 3, com objetivo de divulgar serviços de atendimentos sociais realizados pela prefeitura. Dentre esses serviços estão: planejamento familiar, atendimento a gestantes, apoio a creches comunitárias, oficinas de arte para jovens, cursos profissionalizantes para mulheres e atividades diversas para idosos. É importante deixar registrado que nesse ponto a pesquisa não conseguiu encontrar um dos itens planejados inicialmente: a campanha publicitária que foi desejada para essa comparação era a da campanha de mobilização da população por parte da prefeitura para o aumento de arrecadação municipal através do incentivo ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porém a assessoria de comunicação do prefeito não disponibilizou o plano de mídia dessa campanha.

O título da campanha a ser utilizada então é “Ações PMS 2009”[59] e foi realizada entre os dias 10 e 24 de outubro de 2009. Os meios de comunicação utilizados foram TV, Rádio, Jornal e Outdoor. O público alvo (target) ficou definido como toda a população acima de 18 anos, de todas as classes econômicas (ABCDE), e o universo é a cidade de Salvador.

Na televisão foram adquiridas 152 inserções (de 30 e 60 segundos)[60], divididas entre a TV Bahia / Rede Globo, TV Itapoan / Rede Record, TV Aratu / SBT, e TV Band Bahia / Rede Bandeirantes. A repetição em vários veículos de comunicação é a própria massificação da mensagem, e o volume dessa massificação depende da capacidade de

---

[59] Título da campanha publicitária que se refere às Ações Sociais da Prefeitura Municipal de Salvador no ano de 2009.

[60] Ver Inserção de 60 segundos em anexo (anexo 13, opção 5).

investimento financeiro para a compra dessa veiculação. A inserção em televisão é um investimento alto porque é eficiente, e precisa ser bem conduzido para que otimize os recursos investidos, que nesse caso são recursos públicos.

Quadro 12. Cronograma Analítico de Investimento de Mídia

Produto **AÇÕES SOCIAIS 2009**
Campanha **AÇÕES PMS OUTUBRO 2009**
Período **OUTUBRO/2009**

PRAÇA	MEIO	VEÍCULO	PEÇA	OUTUBRO/2009	FREQ	GRP
				01 02 03 **04** 05 06 07 08 09 10 **11** 12 13 14 15 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 **25** 26 27 28 29 30 31		
				Q S S **D** S T Q Q S S **D** S T Q Q S S **D** S T Q Q S S **D** S T Q Q S S		
Salvador-BA	TV	TV BAHIA/Globo	VT 30"/60"		58	1.619
Salvador-BA	TV	TV Itapoan/Record	VT 30"/60"		32	269
Salvador-BA	TV	TV Aratu/SBT	VT 30"/60"		32	103
Salvador-BA	TV	TV Band-BA	VT 30"/60"		30	90
TOTAL TV ABERTA					**152**	**2.081**
Salvador-BA	RD	FM's/Comunicadores	Spot 60"		840	
Salvador-BA	RD	AM's/Comunicadores	Spot 60"		50	
TOTAL RÁDIO					**890**	
Salvador-BA	JO	Tribuna da Bahia	1/2 Pág 4c		1	
Salvador-BA	JO	Correio	1/2 Pág 4c		1	
Salvador-BA	JO	Metrópole	1 Pág 4c		1	
TOTAL JORNAL					**2**	
Salvador-BA	OD	Central de Outdoor	Cartaz Simples		30	
				Bi semana 42/09 - Período de 10 a 23/out/2009	0	
TOTAL OUTDOOR					**30**	

Fonte: Agência Idéia 3

No rádio foram adquiridas 840 inserções de 60 segundos em 11 emissoras FM, e 50 inserções também de 60 segundos em 3 emissoras AM. No jornal impresso, foram adquiridas 2 inserções na Tribuna da Bahia, 1 inserção apenas no Correio da Bahia e 3 inserções no Jornal da Metrópole. E finalmente para o veículo de mídia outdoor, foram adquiridos 30 pontos de exibição durante a quinzena de 10 a 23 de outubro de 2009.

Quadro 13. PLANEJAMENTO DE MÍDIA TELEVISIVA

Campanha: AÇÕES PMS OUTUBRO 2009
Período: 10/10/2009 a 31/10/2009
Praça: SALVADOR-BAHIA

TARGETS
DOMICILIOS C/ TV 804.838
AS ABCDE 18+ 2.106.482

			OUTUBRO/2009																		
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	Tot	Hora	Hora	AUD	GRP
Programa		Peça	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	Ins	Inic	Final	GRP	
GLO	**TV BAHIA/GBO(SALVADOR/BA)**		**4**	**3**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**3**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**58**				**1.619**
	BOM DIA BRASIL	30"			1		1					1		1				4	07:15	08:05	12	50
	PRACA TV 1 EDICAO	30"				1	1			1			1	1			1	6	12:00	12:45	18	110
	GLOBO ESPORTE	30"			1							1						2	12:45	13:15	17	34
	NOVELA I	30"						1	1						1	1		4	18:15	19:05	40	160
	PRACA TV 2 EDICAO	30"			1							1						2	19:05	19:20	43	86
	NOVELA II	30"								1							1	2	19:20	20:15	44	87
	SHOW DE TERCA FEIRA	30"				1							1					2	22:40	23:25	25	49
	A GRANDE FAMILIA	30"						1							1			2	22:05	22:50	37	74
	GLOBO REPORTER	30"							1							1		2	22:05	23:10	33	66
	PROGRAMA DO JO	30"				1	1						1	1				4	00:15	01:50	6	25
	JORNAL DA GLOBO	30"						1	1						1	1		4	23:45	00:15	11	45
	PRACA TV 2 EDICAO	60"	1				1							1				3	19:05	19:20	43	129
	JORNAL NACIONAL	60"				1		1					1		1			4	20:15	20:55	42	168
	NOVELA III	60"	1		1				1			1				1		5	20:55	22:05	51	256
	CALDEIRAO DO HUCK	60"	1							1							1	3	14:35	16:25	16	49
	ZORRA TOTAL	60"	1							1							1	3	22:05	23:10	35	104
	DOMINGAO DO FAUSTAO	60"		1							1							2	15:00	20:45	21	42
	FANTASTICO	60"		1							1							2	20:45	23:05	31	62
	REDE BAHIA REVISTA	60"		1							1							2	23:55	00:30	12	23
REC	**TV ITAPOAN/REC (SALVADOR/BA)**		**2**	**3**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**3**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**32**				**269**
	BAHIA NO AR	30"			1		1					1		1				4	07:00	08:00	6	24
	FALA BRASIL	30"						1							1			2	08:00	09:10	6	11
	BAHIA RECORD	30"							1							1		2	19:30	20:00	8	16
	JORNAL DA RECORD	30"					1							1				2	20:00	20:45	8	15
	IDOLOS	30"				1							1					2	22:45	23:45	8	17
	CAMERA RECORD	30"							1							1		2	22:45	23:45	7	13
	BALANCO GERAL	60"			1	1						1	1					4	12:00	13:00	11	46
	SE LIGA BOCAO	60"						1							1			2	13:00	14:40	17	34
	O MELHOR DO BRASIL	60"	1							1							1	3	16:30	20:00	7	22
	SHOW DO TOM	60"	1							1							1	3	22:30	23:45	7	20
	TUDO E POSSIVEL	60"		1							1							2	14:00	18:15	8	16
	DOMINGO ESPETACULAR	60"		1							1							2	18:15	22:00	11	21
	PROGRAMA DO GUGU	60"		1							1							2	14:00	18:15	8	16
SBT	**TV ARATU/SBT (SALVADOR/BA)**		**2**	**3**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**3**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**32**				**103**
	SBT BRASIL	30"			1							1						2	19:30	20:15	4	7
	CINE ESPETACULAR	30"				1							1					2	23:00	00:30	3	6
	SBT REPORTER	30"					1							1				2	23:30	00:30	3	6
	A PRACA E NOSSA	30"						1							1			2	23:00	00:30	2	4
	TELA DE SUCESSOS	30"							1							1		2	23:00	00:15	3	5
	QUE VENHA O POVO	60"				1			1				1					3	11:45	12:45	3	9
	ARATU NOTICIAS 2A. ED	60"			1		1					1		1				4	19:00	19:30	2	8
	A HORA DO POVO	60"						1							1	1		3	14:00	14:30	2	6
	SBT BRASIL	60"	1							1							1	3	19:30	20:15	4	11
	SHOW DA GENTE	60"	1							1							1	3	14:15	17:15	4	11
	DOMINGO LEGAL	60"		1							1							2	11:00	15:00	4	7
	ELIANA	60"		1							1							2	15:00	18:50	8	16
	PROG SILVIO SANTOS	60"		1							1							2	20:00	23:55	3	7
BAN	**TV BAND BAHIA(SALVADOR/BA)**		**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**2**	**30**				**90**
	JORNAL DA BAHIA	30"				1							1					2	12:30	12:50	4	8
	BAHIA URGENTE	30"							1									1	12:50	13:30	2	2
	BRASIL URGENTE 1	30"														1		1	17:50	18:50	5	5
	BAND CIDADE	30"						1										1	18:50	19:20	4	4
	JORNAL DA BAND	30"												1				1	19:20	20:15	4	4
	CQC	30"			1							1						2	22:15	23:00	4	9
	UMA ESCOLINHA M LOUC	30"													1			1	20:15	21:00	4	4
	FUTEBOL BAND QA	30"					1											1	21:30	23:45	4	4
	JORNAL DA NOITE/Borys Cas	60"			1	1	1	1	1			1	1	1	1	1		10	23:55	00:45	2	20
	PROGRAMA RAUL GIL	60"	1							1							1	3	13:30	18:50	5	14
	NO CORACAO DO BRASIL	60"	1							1							1	3	21:50	22:40	3	9
	TERCEIRO TEMPO	60"		1							1							2	18:00	20:00	3	6
	CANAL LIVRE	60"		1							1							2	23:30	00:30	1	2
TOTAL - TELEVISÃO																		**152**				**2.081**

Fonte: Agência Idéia 3

Observa-se que há uma atenção para a distribuição da mensagem em diferentes suportes e que o investimento financeiro é rateado entre diferentes veículos e peças de comunicação. No detalhamento do plano, no caso das inserções de TV, constam os horários de cada inserção, com a programação correspondente e a audiência do momento, além de um dado técnico mais específico, o GRP (Gross Rating Point). Esse dado se refere a um índice que é basicamente o produto do percentual da audiência atingida por um anúncio, pela freqüência de vezes que ele é exibido em um determinado veículo numa campanha de comunicação.[61]

Um outro aspecto a ser abordado nessa ação de comunicação, é a diferença entre o tratamento dispensado à imagem como mensagem, nos dois casos em questão. No caso da campanha publicitária "Ações PMS 2009" encomendada pela prefeitura, há um apuro técnico no padrão de produção das imagens. Nas peças produzidas para TV, jornal e outdoor, busca-se a identificação do cidadão com os assuntos abordados, e um efeito de agradabilidade nas imagens, com pessoas sorridentes e felizes com as ações da prefeitura, além de uma personagem desempenhada por uma atriz que narra as ações e apresenta as imagens. Tudo para conquistar e agradar o consumidor das peças publicitárias, no caso, o cidadão.

Peças produzidas para veiculação em jornais e outdoors





Imagens dos comerciais produzido para TV







[61] definição disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Gross_Rating_Point>

Comparando-se o plano de mídia entregue ao Ministério Público durante o processo de mobilização popular para as audiências públicas do PDDU, com o plano de mídia e a campanha de comunicação “Ações PMS 2009” encomendada pela mesma prefeitura a uma agência de publicidade, fica evidente a enorme diferença de tratamento dispensado a um e a outro caso. No plano de mídia entregue ao ministério público, a ausência de um planejamento profissional das ações de comunicação em poucas linhas de texto quase que abstratas, revela claramente a ineficiência da comunicação social pretendida pela própria prefeitura naquele momento. De todo modo, resta observar que a diferença entre a não utilização dos serviços terceirizados de uma agência de publicidade, e a utilização desses serviços em outra situação é uma questão que se impõe sobre o processo estudado, assim como não há razão para o fato de o Ministério Público Estadual ter acolhido como válido o plano de mídia apresentado pela Prefeitura.

CONCLUSÃO

Salvador apresenta (desde os anos 40 do século XX) a prática do planejamento urbano em diferentes versões, conjunturas e com diferentes objetivos. Dentro dessas práticas, a percepção da necessidade de participação da sociedade para o sucesso do planejamento municipal também variou muito no decorrer do tempo. Com esse trabalho, podemos observar que houve um aumento na atenção com a questão da participação da população no planejamento em Salvador, mesmo que essa atenção não se concretize em uma ampla participação de fato.

Num primeiro momento da afirmação de um planejamento macro para a cidade, que se inicia com as palestras e as conclusões da Semana de Urbanismo em 1935, e termina com os estudos do EPUCS no final da década de 40, a participação vai se revelando aos poucos no decorrer dos acontecimentos, como fundamental, e até como garantia da aplicação e do sucesso do plano. No fim desse período, apesar dos documentos deixados pelo Professor Mário Leal Ferreira enfatizarem a questão da participação como etapa a ser cumprida, com a interrupção inesperada dos estudos é abandonado qualquer planejamento mais sistemático de ações para consulta e exposição do plano para a sociedade (embora uma exposição com o material resultante dos estudos tenha sido realizada no ano de 1952).

Segundo o Quadro 1 sobre os níveis de participação no planejamento, apresentado no item 1.2 do capítulo 1 deste trabalho, podemos afirmar que a participação nesse momento do EPUCS teve um grau de pseudoparticipação, onde as informações sobre as políticas e intervenções chegaram até a ser disponibilizadas para a população, sem no entanto a população colaborar nessas políticas e intervenções.

Com o desenvolvimento industrial das cidades próximas a Salvador a partir da década de 50, o planejamento urbano na Bahia se dedica a dimensão metropolitana formada pela capital e cidades vizinhas. Nos anos 60 e 70, são realizados os planos do CIA, EUST e COPEC, que tratam da região metropolitana e de sua industrialização. Esses planos foram produzidos em âmbito estadual e federal, e não se referem a participação da sociedade no processo de planejamento, caracterizando um período mais tecnocrático de produção de planos, bem ao feitio da ação planejadora do regime militar no Brasil.

Realizado entre 1976 e 1979, o PLANDURB se constitui na retomada do planejamento municipal em Salvador. Com forte referência aos trabalhos do EPUCS, o PLANDURB retoma também a necessidade da participação para o processo de elaboração e implantação do plano. Apesar de que a participação pretendida nos estudos iniciais não se concretizou, e não há registros dessa participação entendida enquanto convite à população em geral para debater o plano, os trabalhos resultaram no Plano Diretor sancionado em 1985, e na Lei Municipal do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, nº 3.345/83. De todo modo, essa lei até o fim dos anos 90 não havia sido atendida.

A questão da democracia na gestão e da participação popular passa a ser central na prática do planejamento urbano no Brasil como requisito a ser implementado nacionalmente a partir do Estatuto da Cidade em 2001. Naquele momento, Salvador estava em processo de revisão do Plano Diretor de 1985, e como reflexo do contexto da legislação federal, a questão da participação adquire alguma importância na elaboração do Plano que seria aprovado em 2004. Essa questão ganha mais importância, com as muitas críticas sobre a falta de participação feitas por entidades da sociedade civil após o plano ser sancionado. Neste momento, seguindo nosso quadro 1 dos níveis de participação, podemos qualificar essa participação como uma situação incipiente de consulta, onde a população é consultada sobre as políticas e intervenções sem colaborar nessas políticas e intervenções, configurando novamente um grau de pseudoparticipação.

Entre 2005 e 2008, com o decorrer de todo o processo já relatado de revisão do PDDU 2004, podemos afirmar que foi crescente o reconhecimento da importância da participação popular no planejamento urbano. Num momento inicial, esse reconhecimento se torna público por ação do poder público municipal, e no momento seguinte por iniciativa do Ministério Público Estadual, e pelo espaço que o tema adquire num veículo impresso de comunicação local (o Jornal A Tarde).

A primeira conclusão então desse trabalho é a de que **a revisão do PDDU 2004 registrou uma ampliação no reconhecimento da necessidade de um planejamento participativo municipal em Salvador,** por ter envolvido diferentes iniciativas e segmentos sociais, mas também pela esfera de visibilidade que a questão da participação alcançou a partir da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. Por outro lado, o fato do

tema da participação no planejamento urbano ganhar algum destaque, não garantiu a participação autêntica da sociedade no processo decisório de elaboração do plano.

A participação ocorrida efetivamente na revisão do PDDU 2004 pode ser dividida em diferentes esferas. As três principais esferas podem ser resumidas como:

. a participação interna dos funcionários e técnicos de diversas secretarias da administração municipal, além de alguns profissionais externos contratados pela Prefeitura.

. a participação de entidades da sociedade civil e instituições públicas e privadas, como o Ministério Público Estadual, o CREA, o IAB, outras organizações sociais e associações profissionais e comunitárias presentes nas audiências públicas. Essa participação é registrada principalmente na fase inicial de revisão do PDDU 2004, até a discussão da 1ª minuta do novo plano em 2006. Na fase final do processo, são muitas as críticas registradas sobre a falta de participação nas decisões sobre a redação final do plano.

. a terceira esfera não foi propriamente de participação, mas apenas do desenvolvimento de uma cultura participativa onde a sociedade civil demanda progressivamente uma maior interação com a gestão do planejamento na etapa de decisão e definição das diretrizes e políticas estabelecidas no plano, ainda que essas demandas não foram atendidas pelo poder público municipal.

De todo modo, a ação que foi bastante decisiva no final do processo de revisão do PDDU 2004, foi a do poder legislativo municipal. O projeto de lei foi enviado pela Prefeitura para a Câmara de Vereadores e ali sofreu um grande número de emendas. Muitas dessas emendas nem chegaram a ser discutidas em público. A aprovação em massa, confusa e polêmica do plano repleto de emendas “de última hora”, alimenta a sensação de que por causa de compromissos político-eleitorais, os interesses coletivos não estavam sendo respeitados. Em contrapartida, após essa aprovação do PDDU 2008 pelo Poder Legislativo Municipal, a sanção pelo prefeito foi realizada em cerimônia oficial na sede da Associação Comercial da Bahia, por uma platéia formada por grande parte do empresariado local que demonstrava satisfação pela validação do novo Plano, em especial os representantes do setor imobiliário.

Com base no quadro 1 apresentado no item 1.2 do capítulo 1 deste trabalho, sobre os níveis de participação no planejamento, podemos afirmar que a participação no PDDU 2008 foi uma situação de consulta a população sobre as políticas e intervenções através de audiências públicas, e teve um grau de pseudoparticipação, não alcançando o grau de participação autêntica como sempre aconteceu nas experiências de planejamento urbano em Salvador.

Esse registro de uma participação com frequência irregular ou até inexistente, por parte de diferentes setores da sociedade na revisão do PDDU 2004 e aprovação do PDDU 2008, conduz a segunda conclusão desse trabalho. A afirmação de que **mais uma vez o planejamento urbano em Salvador, em momentos decisivos, fica submisso aos interesses de apenas poucos grupos, em detrimento dos interesses mais coletivos da grande população da cidade.** Um claro exemplo dessa afirmação é o fato de que o Conselho da Cidade que consta do PDDU aprovado em 2008 em obediência ao Estatuto da Cidade, e que tem poder de veto sobre os atos do poder executivo municipal, teve seus membros eleitos já na Conferência Municipal das Cidades em 2007 e pelo menos até abril de 2011 ainda não havia sido empossado.

Uma terceira conclusão desse trabalho é relativa à utilização das ferramentas de comunicação para a mobilização e participação da sociedade na elaboração do Plano. Com a presente pesquisa, foi identificado que apenas em três momentos em todo o processo houve alguma utilização da comunicação para o conhecimento e a discussão do plano pela sociedade:

. O primeiro momento é o período de discussão inicial. Com a vitória de João Henrique para prefeito, ele declara prioritária a revisão do PDDU atendendo suas promessas de campanha e, desde o primeiro mês de trabalho, o secretário de planejamento concede entrevista a alguns programas de TV e jornais, informando das primeiras providências e audiências públicas para um público mais numeroso.

. O segundo momento é o da divulgação do término da elaboração da primeira minuta de revisão do plano em 2006. A Prefeitura divulga o encerramento dessa fase do processo, e não por iniciativa da Prefeitura, uma série de reportagens no jornal A Tarde sobre a alteração dos gabaritos construtivos na orla da cidade em discussão na minuta, dá destaque continuado a um dos pontos polêmicos do plano. A partir daí, as reportagens

sobre a elaboração do PDDU vão abordando cada vez mais a necessidade de participação da sociedade no processo de planejamento.

. o terceiro momento é o período de 3 meses imediatamente anterior à aprovação do plano pelos vereadores (outubro, novembro e dezembro de 2007), que corresponde também à terceira e última fase de audiências públicas, desta vez promovidas pela câmara de vereadores, em que o jornal A Tarde publica quase que diariamente reportagens com críticas sobre o processo de discussão do plano, e também as oportunidades de participação popular.

Embora a audiência do jornal não se compare em números aos dos programas populares de TV e rádio, o veículo impresso de maior alcance no estado na época, consegue repercutir na sociedade (repercussão observada nas próprias páginas do jornal, mesmo que não reflita todas as classes sociais) alguns conceitos que se referem ao planejamento urbano participativo. A questão que se destaca então é que toda a mobilização de opiniões sobre o processo participativo no planejamento provocada pelo jornal não fez parte de ações dos poderes públicos municipais.

Ao contrário, depois de verificar o poder (mesmo que limitado) de mobilização do jornal, o presidente do legislativo municipal chegou a declarar publicamente que economizou as verbas destinadas à publicidade devido ao fato de que o jornal já teria feito o suficiente. Essa declaração revela: ou o desconhecimento do que se constitui uma estratégia de comunicação, por parte do vereador; ou mesmo intenção que não aconteça ampla mobilização da população. E em última instância revela também a lógica oportunista de apropriação de ações de um outro agente social para justificar a inoperância do poder público.

A terceira conclusão que se evidencia então é que **a utilização dos meios de comunicação para a participação da sociedade na elaboração do PDDU 2008, quer seja provocada pelo poder público municipal ou não, foi utilizada sem estratégias para alcançar os objetivos de fomentar uma ampla discussão do plano e nortear as decisões coletivas.** E isso significa que o processo de revisão do PDDU 2004, que culminou com a elaboração de um novo plano para Salvador, PDDU 2008, atendeu de forma insatisfatória à resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, que diz em seu artigo 4º que a publicidade da elaboração do

plano, determinada pelo Estatuto da Cidade, deverá conter a ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis.

Por último, a quarta e mais importante conclusão desse trabalho é que, **parte da dificuldade para a promoção de uma maior participação popular no planejamento urbano é devida a falta de aplicação, por parte dos profissionais e gestores públicos envolvidos no processo, do potencial das ferramentas e estratégias de comunicação de massa disponíveis para uma ampla divulgação.** Esse fato não pode ser deslocado de certa funcionalidade no amplo e poderoso jogo de interesses econômicos, dos quais alguns tentam anular os interesses coletivos com forte pressão no poder público municipal, retardando assim a contribuição do planejamento urbano na formação da cidadania e da cultura democrática.

Não podemos deixar de citar aqui o não detalhamento, na resolução 25 do Conselho das Cidades, de como devem ser as estratégias de comunicação para a discussão da elaboração e da proposição de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como fator agravante para a falta de percepção dos profissionais envolvidos no processo. Por outro lado, o limite a essa percepção pode ser também o fato de que, na conjuntura de Salvador não interessava ao Poder Público Municipal mobilizar a população para essa discussão.

De qualquer modo, os envolvidos com o projeto de democratização da cidade brasileira devem compreender que o planejamento da comunicação deve fazer parte das diretrizes do planejamento participativo detalhando-as progressivamente, a partir das experiências já realizadas e de toda a teorização já elaborada sobre o papel dos meios de comunicação nos processos de mobilização social. A nosso ver, esse processo deve ser permanente, e tem três etapas: num primeiro momento, é fundamental que sejam priorizadas, através de campanhas de comunicação, a difusão de conceitos urbanos (mobilidade, regularização fundiária, infra-estrutura, mercado imobiliário, entre outros), a revelação pública dos agentes e interesses que estão em jogo nas questões mais estruturais do plano, além da ampla publicidade das leituras comunitárias dos problemas urbanos. Num segundo momento, podem ser divulgadas as propostas a serem avaliadas pela população através de campanhas de comunicação. E no terceiro e último momento, a aprovação do plano pode ser realizada através de votações públicas divulgadas também por campanhas de comunicação. Muito importante é a possibilidade de que a

essas sugestões devem ser combinadas outras possibilidades que o próprio processo venha a criar.

Para finalizar cabe a reflexão de que a questão do planejamento participativo é um processo em constituição que, a partir das experiências e de suas análises, vai construindo um campo onde a democracia pode adquirir uma forma mais vigorosa e plena, enriquecendo nossos sonhos diurnos com o olhar sóbrio, e nos mantendo de forma clara e solícita para o que é direito.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Christopher. **Urbanismo y Participación:** el caso de la Universidad de Oregón. Barcelona: Editora Gilli, 1976.

BAHIA, Governo do Estado da. **Apresenta CAB.ppt**: apresentação do Centro Administrativo da Bahia. Superintendência de Construções Administrativas da Bahia. Salvador, 2008. Microsoft Power Point.

BARBAN, Arnold M.; CRISTOL, Steven M.; KOPEC, Frank J. **A essência do planejamento de mídia**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Nobel, 2001.

BASSUL, José Roberto. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade**. In: Estatuto da Cidade, Quem Ganhou ? Quem Perdeu ? Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BEDUSCHI, Luiz Carlos. **Rompendo a monotonia da participação social:** interação e aprendizagem social para a gestão territorial do desenvolvimento (PROCAM/USP e FAO/ONU). In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em <www.ufpa.br/xiienanpur>. Acesso em 11 de outubro de 2007.

BERNSTEIN, R. J. **The Restructuring of Social and Political Theory".** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança.** Vol 1. Rio: ed. UERJ/Contraponto, 2005.

BONDUKI, Nabil. **A reforma urbana no processo de participação popular na Constituinte.** 2008. Disponível em: <http://www.nabil.org.br/publicacoes_ver.php?idConteudo=454>. Acessado em: 18 de agosto de 2010.

BORGES, Jussara. **A participação política na democracia.** Trabalho apresentado no Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Cultura e Comunicações (Gepicc) como desenvolvimento da tese da autora, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **O útimo dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador.** In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). Habitação em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 125-142.

BRASIL. **Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.

BRASIL. **Resolução nº 25**, de 18 de março de 2005. Brasília, Conselho das Cidades, Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/resolucoes-concidades/resolucoes-no-01-a-34/ResolucaoN25De18DeMarcoDe2005.pdf>. Acessado em: 05 de março de 2009.

BRASIL. **Plano diretor participativo:** guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. 2ª edição / Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro - Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

BROCHAND, B., LENDREVIE, J., RODRIGUES, J., DIONÍSIO, P. **Publicitor.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: < http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/cesar_-_metodo_do_estudo_de_caso_-_administracao.pdf>. Acessado em 22 de março de 2011.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAUI, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

CHAUI, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretizaçã.** In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). Os sentidos da democracia e da participação. p. 23 a 30. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

DAVIDOFF, Paul. **Advocay and pluralism in planning.** In: STEIN, Jay. Classic readings in urban planning. Chicago: Planners Press, 2004. p. 41 – 52. (Artigo publicado originalmente em 1965). Disponível em: <http://www.polsci.chula.ac.th/pitch/urbanpolitics2007/davidoff.pdf>. Acessado em 05 de julho de 2010

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** SP: Pini, 1990.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, 1845.** Lisboa: Ed. Presença, 1975.

FADUL, Elvia; MAC-ALLISTER, Mônica. **Governança Urbana, Governabilidade e Participação:** uma análise da experiência de revisão do PDDU no município de Salvador. X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2006, Salvador. Anais. Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão, CIAGS, 2006. 1 CD-ROM.

FEDOZZI, Luciano. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados:** perfil social e associativo, avaliação e expectativas. / Luciano Fedozzi – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2007.

FERNANDES, Ana . **Consenso sobre a Cidade?.** In: Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade. Urpi Montoya Uriarte; Milton Esteves Jr. (Org.). 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

FERNANDES, Ana . **Planning the City of Salvador (Bahia, Brazil) in the 40's: public or private realm?.** In: International Planning History Society 13th Biennial Conference, 2008 Chicago, Illinois. Public versus Private Planning: themes, trends and tensions Abstract. Chicago: University of Florida, University of Illinois, Chicago, 2008.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco A. A. F. **Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna: 1850 – 1920.** SEMINÁRIO DE HISTÓRIA URBANA. 1. In: Cidade e história: modernização das cidades brasileiras no Século XIX e XX. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1992.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A.; SAMPAIO, Heliodório. **A Constituição do Urbanismo moderno na Bahia (1900 - 1950):** Construção Institucional, Formação Profissional e Realizações". In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR (p.751 - 763). Brasilia, 1995.

FERRARI, Celso. **Direito e Legislação Urbanística no Brasil.** Saraiva, 1988.

FORESTER, J. **Planning in Face of Power.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** 229 p. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOMES, Wilson e MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulos, 2008.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action, Vol.1:** Reason and the Rationalization of Society. London: Polity Press, 1984.

IBGE. **Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 23 de julho de 2010.

IVO, Anete Brito Leal. **Os parâmetros institucionais da luta contra as desigualdades.** In: Metamorfoses da questão democrática. Governabilidad e pobreza. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ivo/p6.pdf> Acessado em: 14 de abril de 2011

JAMBEIRO, Othon ; BORGES, Jussara. **Internet, Participação Política e Organizações da Sociedade Civil.** Eco-Pós, v. 13, p. 124-145, 2010

LAISNER, Regina. **A participação em questão:** ponto ou contraponto da representação na teoria democrática. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n. 26, 2009.

LIMA, Gisele Oliveira de. **Baixa do Marotinho, a luta pela moradia em Salvador**. In: Anais do IV Simposio Nacional Estado e Poder: Intelectuais. Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

MANCE, Euclides André (Org.) **Movimento Popular e Subjetividade:** a Revolução do Cotidiano. Coleção Cadernos de Textos, N.10. CEFURIA, Curitiba, 1991. p. 3-19. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/Molecular.htm>. Acessado em: 04 de outubro de 2010.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado:** metrópoles brasileiras. São Paulo. Perspectiva, vol.14, no.4, p.21-33, Out 2000.

MARICATO, Ermínia. **Planejamento para a crise urbana no Brasil.** Brasil, Cidades. Rio: Vozes,2001.

MARQUES, Francisco P. J. A. **Participação política e internet:** meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro. 2008. 498f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O Princípio Ético Do Bem Comum e a Concepção Jurídica do Interesse Público.** In: Revista Jurídica Virtual. Presidência da República, Brasília, vol. 2, n. 13, junho/2000.

MATTELART, Armand. **Sociedade do Conhecimento e Controle da Informação e da Comunicação.** In: Conferência proferida na sessão de aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, realizado em Salvador, Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2008.

MONTEIRO, Marcelo. **Antídoto contra despejo.** In: Favela tem memória. Seção: E Por Falar em Favela, maio 2003. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br> . Acesso em 20 de janeiro de 2011

NASCIMENTO, Maria de Fátima Pereira do. **A participação cidadã no plano diretor de desenvolvimento urbano de Salvador.** 2008. 220f. Dissertação de Mestrado - UCSAL/ Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Salvador, 2008.

NOBRE,Eduardo A. C. **Intervenções urbanas em Salvador:** turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. In: Anais do X Encontro Nacional da Anpur, 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/e_nobre/ intervencoes_urbanas_Salvador.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2009.

NOGUTI, Isis. **O Plano de Comunicação de Marketing Social.** Metodologia para a Mudança do Comportamento Público. 2005. 159f. Dissertação de Mestrado em Marketing - Universidade Portucalense. Porto, Portugal, 2005.

NUNES, Débora de Lima. **Planejamento Urbano nas Pequenas Cidades.** Introdução ao Planejamento como Processo Pedagógico em Busca da Cidadania. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

NUNES, Débora de Lima. **Pedagogia da Participação: trabalhando com comunidades.** Salvador: UNESCO / Quarteto, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDRÃO, Fernando. **A sustentabilidade social e ambiental.** Revista de Desenvolvimento Econômico. ano IV n.6 julho, Salvador, p. 92 a 114, 2002.

PENTEADO FILHO, P. A. **Planejamento Urbano em Salvador.** Revista Veracidade, v. 1, n. 2, p. 5-11, out./dez. 1991.

PEREIRA, M. A. Gomes. **Modelos Democráticos deliberativos e participativos:** similitudes, diferenças e desafios. In Democracia, Sociedade Civil e Participação, p. 421 a 452. Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba (Org). Chapecó: Argos, 2007.

PEREIRA, Gilberto Corso e ROCHA, Maria Célia Furtado. **A cidade vista por todos:** questões sobre participação, planejamento e tecnologias de informação. In: Anais do XI ENCONTRO DA ANPUR 2005. Disponível em <www.anpur.org.br/XIENANPUR/XI_ENA.swf>. Acesso em 11 de outubro de 2007.

PERES, Fernando da Rocha. **1936 - Memória da Sé.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 255 p.,1999.

PICHELLI, Katia Regina. **Comunicação e mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais em Bituruna (Paraná).** Dissertação de Mestrado em Comunicação Social - Universidade Metodista de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=816>. Acesso em 15 de Agosto de 2009.

RANDOLPH, Rainer. **Potencial e Limitação do Planejamento Participativo.** In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em: <www.ufpa.br/xiienanpur>. Acesso em 11 de outubro de 2007.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **O Estatuto da Cidade e a Questão Urbana Brasileira**. In: Ribeiro, L. Cardoso, A. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Revan: FASE, Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Democracia e segregação urbana:** reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. In: Revista eure (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, 2003.

ROZICKI, Cristiane. **Cidadania: reflexo da participação política.** In: Revista Espaço Acadêmico, Ano I, número 03, ISSN 1519.6186, Agosto de 2001. Disponível em:< http://www.espacoacademico.com.br/003/03col_cris.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

RUBIM, A. A. C. **A contemporaneidade como idade mídia.** In: Interface _ Comunicação, Saúde, Educação, v.4 , n.7, p.25-36, 2000.

SABOYA, Renato. **Advocacy Planinng.** 2008. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/advocacy-planning>. Acesso em: 05 de julho de 2010.

SABOYA, Renato e KARNAUKHOVA, Eugenia. **Uma Metodologia para a Obtenção de Possíveis Objetivos e Eixos Estratégicos para Planos Diretores a partir dos Dados da Leitura Comunitária.** In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em www.ufpa.br/xiienanpur. Acesso em 11 de outubro de 2007.

SALVADOR, Comissão do Plano da Cidade do. **Conferências.** Cia. Editora e Grafica da Bahia, 1937.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Órgão Central de Planejamento. **EPUCS - Uma Experiência de Planejamento Urbano.** 182 pág. (PLANDURB. Série Estudos Informativos - n 1), 1976.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **PLANDURB e o processo de planejamento.** Salvador: PLANDURB ; OCEPLAN, 1978.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - Salvador 2002:** Processo de Discussão. Salvador; Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2003.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Em busca da modernidade:** três desenhos para Salvador metrópole. In: FERNANDES e Gomes, Ana e Marco Aurélio. “Cidade & História”. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 159 a 167.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas:** cidade-real & cidade-ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura: Quarteto, 1999.

SANTOS, Jacileda Cerqueira; SILVA, Fancisnália de Almeida. **Plan de Desarrollo Urbano de Salvador:** ¿Cambio o Democratizacion Aparente?
Revista Urbano, Vol. 12, Núm. 19, pp. 64-78. Universidad del Bío Bío - Chile, mayo, 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=19811644009> Acesso em 15 de dezembro de 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Rio: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS NETO, I. C.**Centralidade urbana:** espaço e lugar na cidade de Salvador. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991.

SCHUMPETER, J. A., **Capitalism, Socialism and Democracy.** Londres, Allen & Unwin, 1943.

SILVA, Eduardo José Santiago da. **Governança e gerencialismo na proposta de reforma administrativa brasileira.** Dissertação de Mestrado em Administração, Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia, 2000.

SILVA, Sivaldo P. **Estado, democracia e internet:** requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009. 277f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a cidadania e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TORRES, Nilton Ricoy. **Racionalidade Comunicativa X Racionalidade Instrumental.** In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em: <www.ufpa.br/xiienanpur>. Acesso em 11 de outubro de 2007.

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor.** São Paulo 7 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil.** Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. Universidade Estadual de Maringá. In: Historia Actual Online, Núm. 14 (Otoño, 2007), p. 35-47. Disponível em: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/215/203>. Acessado em 28 de agosto de 2010.

GABARITO | Ampliação do limite de altura das construções em áreas próximas às praias começa a mudar a região à beira-mar

Espigões começam a invadir a orla

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br

A paisagem vai mudar no Jardim de Alah. Nada que lembre a casa em formato de navio, ou a casa de pedra com telhado de palha dos pescadores, nem tampouco o Aeroclube, com seus teco-tecos, que eram atrações até os anos 70 e 80. Em vez daquelas construções singulares, na área vão ser sentidos os efeitos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) 2004, graças à ampliação do gabarito de altura das edificações nesse trecho da Avenida Octávio Mangabeira. A partir de outubro de 2008, o primeiro edifício, com 12 pavimentos, surgirá ali, abrigando um apart hotel com 220 apartamentos, ao preço médio de R$ 130 mil cada.

VENDIDAS – As dez coberturas duplexes – todas com piscina – do edifício ainda em construção já foram vendidas por cerca de R$ 500 mil, cada. O total de área privativa desse prédio está em torno de 11 mil m² e a área do terreno é de 5.800 m². A decoração de interiores leva a assinatura da arquiteta Márcia Meccia e o projeto de Carlos Campello e Nilton Wolfovitch. Endossando a iniciativa, o folder publicitário do empreendimento tem apresentação do secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Itamar Batista, que também é arquiteto.

"Vem do interesse da população e do setor imobiliário", credita o empresário Ivan Leão. "Compraremos outros terrenos na orla, se houver outras alterações de gabarito em outras áreas", promete. Ele diz que o motivo para o sucesso de um lançamento imobiliário varia, mas que o principal fator é a localização. "Existem poucas opções no Corredor da Vitória, tinha o Pituba Ville, tem a orla. Mas você não tem liberação de gabarito. Os mais vendáveis são os diferenciados, de localização privilegiada", garantiu.

O empresário conta que deu entrada no projeto para obtenção de alvará, na Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom), ao final de 2005, e que esperou "uns seis meses" até que fosse aprovado. Ele comprou o terreno há dois anos. "Salvador tinha um plano diretor em andamento que previa que ali haveria alteração de gabarito. Corri o risco", disse.

PARÂMETROS – O prédio em frente ao Jardim de Alah terá uma fachada de 60 metros e recuo lateral e frontal de 15 metros, como estipulam os novos parâmetros. Parte da garagem com 299 vagas é subterrânea. Na área comercial, restaurante e academia de ginástica.

Há 11 anos, a empresa de Ivan Leão trabalha, predominantemente, com obras públicas. Este ano, ganhou um prêmio revelação pelo prédio do Jardim de Alah.

Para muitos moradores da área, a previsão é a de que a nova construção vai atrapalhar. "É um desrespeito", disse Yuri Dórea, 18 anos. "Vai ser um abafamento, igual ao Rio de Janeiro", calcula Hudson Amaral, químico . "Acho que vai despadronizar. Em Viana do Castelo (Portugal) 20 andares foram demolidos porque agrediam a paisagem", acrescentou Alberto Serra, português conhecido por ser responsável pelo melhor bacalhau da área .

12

pavimentos compõem o edifício que estará pronto, em 2008, no Jardim de Alah.

Ivan Leão, | dono do empreendimento.

Construção no bairro de Patamares incomoda vizinhos

Não muito longe do local onde se ergue o edifício do Jardim de Alah, um outro empresário, Domenico Mandini, alegra-se pelo mesmo motivo. Italiano, ele aproveitou a mudança de gabarito e, para descontentamento da maioria dos vizinhos, está construindo 16 pavimentos em Patamares, um bairro predominantemente formado por casas e onde, antes, o limite era de dois andares.

Domenico já vendeu quase todos os apartamentos de quarto e sala para conterrâneos seus, por intermédio de uma imobiliária estrangeira. "Bom, aqui no Brasil ninguém comprou. Mas a venda na Itália não deu muita sorte porque o euro caiu", lamenta. No começo, cada imóvel era vendido por cerca de 36 mil euros. Agora, por quase o dobro disso.

"Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, não gosta de ver um prédio ser construído junto à sua casa. Na Pituba e na Vitória é quase um prédio em cima do outro. Eu não compraria em bairros como esses", reconhece o empreendedor italiano que mora na área de Patamares, onde pretende construir mais.

PELA LEI – Domenico repete que não é e não conhece qualquer político, e que por isso não teria nada a ver com a mudança de gabarito no bairro. "Me informei com o arquiteto Luiz Humberto. Ele fez um estudo e eu gostei do pensamento político dele. É um projeto todo dentro da lei. Nem foi usado Transcon (artifício permitido pela prefeitura e empregado pelo setor imobiliário para exceder o número de pavimentos em relação à área do terreno). Domenico diz que, financeiramente, o proprietário de imóveis não perde porque sempre pode vender a sua casa.

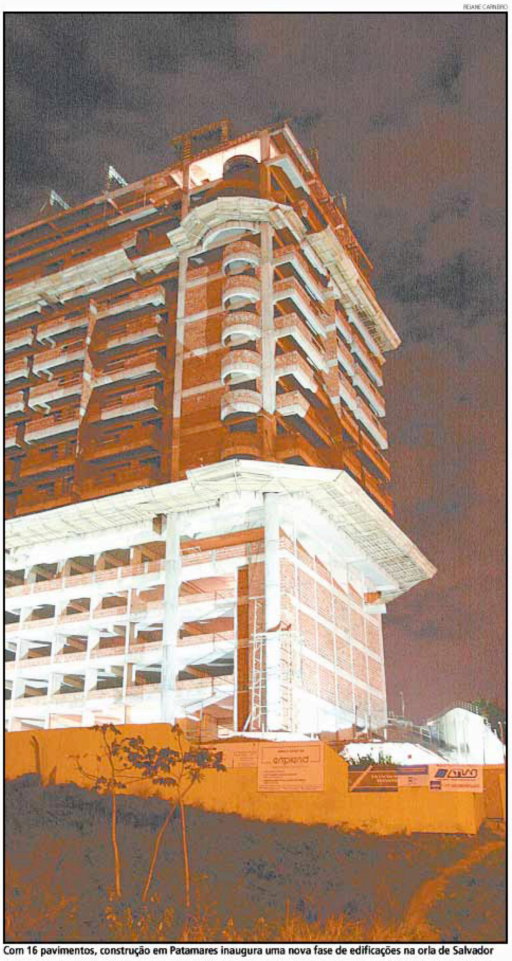
"Está totalmente fora do padrão", descarta Rebeca Lima Azevedo, 26 anos, moradora da área e estudante de urbanismo. "O que está incomodando é o pessoal que passa agora correndo de carro e posteriormente os que vão passar", disse o administrador Leandro Nery, morador de Patamares. "Se eu soubesse que seria permitido eu não teria feito a minha casa aqui. Me sinto enganado", emendou o empresário Derbal Souza Santos. "Vai ter um impacto grande. Primeiro que aqui foi um loteamento somente para casas", resume Gutemberg Cruz, que é construtor.

> **"Engraçado que** quem queria construir casa com três ou quatro pavimentos foi impedido. Eu vou entrar com ação na Justiça. Isso aqui vai virar um paliteiro".
> **Coronel José Adelmo de Jesus Neves,** morador do bairro de Patamares |

O coronel José Adelmo de Jesus Neves, também, está muito chateado porque acha que a sua casa foi invadida. "Aqui só podia haver uma família por lote. Não sei como ele conseguiu a autorização da Sucom. Para liberar aquilo, só com autorização do prefeito. Liguei para a Sucom para saber se o gabarito mudou. Eles dizem que tem contrapartida com o prefeito, porque, se não, o poder aquisitivo vai mandar. Ninguém está querendo ficar sufocado por prédios", desabafa.

"Engraçado que quem queria construir casa com três ou quatro pavimentos foi impedido. Eu vou entrar com uma ação na justiça. Achamos estranho o que aconteceu com a mudança da prefeitura. Isso aqui vai virar um paliteiro. Não posso dizer que alguém está comendo dinheiro porque teria que ter provas. Mas que é suspeito, é. É estrangeiro que está invadindo a área", continuou o desabafo. **(M.W.)**

REJANE CARNEIRO



Com 16 pavimentos, construção em Patamares inaugura uma nova fase de edificações na orla de Salvador

Secretário diz que limites podem até ser ampliados

De acordo com o prazo estipulado pela própria Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a elaboração do novo PDDU, para substituir o de 2004 deveria ter sido concluído em maio, para ser colocado em ampla discussão com a comunidade e, depois, ser encaminhado à Câmara para ser votado. Agora, o secretário Itamar Batista não demonstra pressa em finalizá-lo.

Para a maior parte da orla, Batista defende os parâmetros definidos pelo ex-secretário Manoel Lorenzo. Para alguns trechos, ele propõe até o aumento do que foi definido em 2004. A revisão do PDDU foi uma promessa do prefeito João Henrique, ainda em campanha eleitoral. "Há uma intenção de se rever para aumentar o gabarito", declara Batista, sem colocar um ponto final nas definições.

No momento, Itamar torce para que o que passou a chamar de "pólo hoteleiro de Armação" atraía novos empreendimentos. De acordo com a sua interpretação do PDDU, somente hotéis podem ocupar prédios altos. Disso, ele discorda. Acha que o gabarito deveria ser ampliado para todos, inclusive prédios de apartamentos. Por enquanto, prédios não hoteleiros têm autorização para, no máximo, dois andares.

AVENIDA – Itamar anuncia a construção de uma nova avenida para servir de mão para quem segue no sentido Aeroporto-Centro. "Em frente ao Jardim de Alah será mão única", avisa ao mencionar a construção de dois hotéis pelo grupo Madri-Lisboa, a cargo do arquiteto Ivan Smarcevski, cujos alvarás está prestes a liberar.

A nova avenida, segundo o secretário, será construída graças a acordo entre prefeitura e Estado. "Hotel não gera tráfego. O que aumenta o engarrafamento não é o uso habitacional", acredita Itamar Batista, que promete um Plano Diretor mais compreensível e com definições mais claras do que o elaborado pela administração passada. **(M.W.)**

Sepultamentos

JARDIM DA SAUDADE

Floripes Fernandes Dias - Faleceu na Fundação Bahiana de Cardiologia, 83 anos, viúva, natural de Ilhéus.
Elicéria Dias Sampaio - Faleceu no Hospital São Rafael, 81 anos, casada, auxiliar de enfermagem, natural da cidade de Mairi.
Jonas Freire dos Santos - Faleceu em residência, 84 anos, casado, comerciante, natural de Nazaré.
Ivonildes dos Santos Rodrigues - Faleceu no Hospital da Sagrada Família, 72 anos, casada, natural de Alagoinhas.
Nildete Castro da Paixão - 60 anos, solteira, desenhista, natural de Salvador.

BOSQUE DA PAZ

Joselito Souza Cabral - 73 anos, casado, aposentado, natural de Maragogipe.

CAMPO SANTO

Carlos Orlando Souza Lima - Faleceu no Hospital Aliança, 57 anos, natural da cidade de Serrinha.
Maria Teles Cerqueira - Faleceu em residência, 91 anos, natural da cidade de Inhambupe.
Antônio Apolinário de Andrade - Faleceu no Hospital Santa Izabel, 74 anos, natural da cidade de Riachuelo, no Estado de Sergipe.
Nelson Pereira Campos - Faleceu no Hospital Português, 78 anos, natural de Salvador.

QUINTA DOS LÁZAROS

Martha Rosa de Santana - Faleceu em residência, 88 anos, solteira, aposentada, natural de São Felipe.
Salustiana Florência Silva Oliveira - Faleceu no Hospital Geral Roberto Santos, 78 anos, natural de São Felipe.
Ana Lúcia Conceição Santos - Faleceu em sua residência, 46 anos, solteira, natural de Sergipe.
Francisco Mendes - Faleceu no Hospital Santo Antônio, 53 anos, natural do Rio Grande do Norte.
Hermenito Gregório de Oliveira - Faleceu no Hospital Santo Antônio, 77 anos, de Aramary.
Lúcia Maria de Jesus Santos - Faleceu no Hospital Menandro de Farias, 58 anos, casada, natural de Salvador.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Em caso de morte natural, o responsável deve procurar uma agência funerária, que é autorizada a obter a guia de sepultamento nos cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais em Salvador, com a declaração de óbito assinada por um médico e um documento de identificação da pessoa a ser sepultada. Se a morte tiver sido violenta, o atestado de óbito terá de ser assinado pelo médico legista do Instituto Médico-Legal (IML). Em caso de cremação, a pessoa deve ter manifestado o desejo em vida e o atestado de óbito terá de ser assinado por dois médicos, se a morte tiver sido natural. Se for morte violenta, são necessários autorização judicial e atestado assinados por médico legista do IML. Pessoas carentes podem obter auxílio para o sepultamento, devendo dirigir-se à da Secretaria de Desenvolvimento Social, na Praça da Sé. Tel.: 3176-8000. Em óbitos em finais de semana, deve-se procurar o Abrigo de Roma ou da Baixa dos Sapateiros.

✝ JOSÉ DE CARVALHO OLIVEIRA
MISSA DE 7º DIA
A família de José de Carvalho Oliveira, ainda consternada com o seu falecimento, agradece a todos os parentes e amigos pelas mostras de pesar, ao tempo em que convida para a missa de 7º dia a ser celebrada na Paróquia Santa Rosa de Lima (Costa Azul), à Rua Raimundo Magalde, no dia 15 de julho de 2006, às 17 horas.

✝ Maria Julieta de Carvalho (Juju)
Rivaldo Moura de Carvalho e família comunica aos amigos e colegas o falecimento de sua esposa, o sepultamento será realizado **às 16h do dia 14/07/06 (sexta-feira), no Cemitério Jardim da Saudade, Capela E.**

@lôRedação aloredacao@grupoatarde.com.br (71) 3340.8990/ 9973.8800 A TARDE

Quer na vida, quer na morte, a fé faz sentido.
JARDIM DA SAUDADE
(BEM NO CORAÇÃO DA CIDADE)
Tels.: 71 3183-0677 e 3328-5000

ANEXO 2

Jornal A TARDE, 14 de julho de 2006, p. 7

FÓRUM | Encontro esquentou debate sobre liberação de gabarito próximo às praias e mostra que existem opiniões discordantes

Orla no centro da discussão

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br

As frentes marítimas são responsáveis pelo jeito que Salvador tem hoje. A partir do século 16, foram as portas de entrada para os portugueses e, logo em seguida, para os africanos. Depois, passaram a ser o canal por onde vieram as influências de outras partes do mundo, até meados do século 19, quando a cidade perdeu a primazia de porto mais importante da América. Às vésperas de um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a proposta do *Fórum Salvador e suas frentes marítimas*, encerrado na última sexta-feira, entusiasmou estudiosos em arquitetura e urbanismo, gestores públicos e interessados pelos rumos da cidade.

O fórum foi para "promover uma discussão com todos os atores que têm participação nesses processos urbanos", disse Paulo Ormindo, diretor do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

O encontro foi a oportunidade para o diretor da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), Mário Gordilho, perguntar sobre o que fazer com as "invasões" da área urbana da capital. Ouviu a resposta com direito a histórico, a cargo do professor aposentado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Marcus Paraguassu.

PRESSÃO – Também apareceram o proprietário da Bahia Marina, Reinaldo Loureiro, e o arquiteto empresário Fernando Frank para perguntar, publicamente, ao superintendente do Iphan, Eugênio de Ávila Lins, sobre a liberação para construção de um edifício no local onde hoje se encontra a Mansão Wildberg, no Corredor da Vitória. Não teve resposta.

EDUARDO MARTINS | 28.7.2006



Mudanças no perfil de bairros próximos às praias foram tema no Fórum Salvador e suas frentes marítimas

ANTONIO QUEIROZ | 29.1.2004



Sampaio: ênfase no humano

Professor defende bairros tradicionais

O professor e diretor da Faculdade de Arquitetura da Ufba, Heliodório Sampaio, foi uma das estrelas do *Fórum Salvador e suas frentes marítimas*. Seus comentários desconcertantes atraíram a atenção e motivaram a participação da platéia.

"É essa a forma que a gente quer para o resto da orla?", perguntou ele, logo no começo da primeira mesa-redonda que integrou. A pergunta veio acompanhada de foto do Corredor da Vitória, projetada na parede. Ela foi uma das evidências que o professor levou para ilustrar a sua exposição.

Heliodório explicou que cada pedaço da orla tem uma linguagem diferenciada e que a maior contribuição a Salvador será feita se forem conservados os bairros tradicionais.

Com a autoridade de quem participou do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador (Epucs), na década de 70, chamou arquitetos de "decoradores urbanos", em referência aos prédios que andam projetando, e disse que "borracheiro e prostituta também é gente", em alusão a uma entrevista do presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Luís Augusto Amoedo, publicada em A TARDE em 22 de julho.

Heliodório disse que está provado que a prefeitura não é um bom árbitro para o conflito gerado pela disputa do espaço urbano. A questão, segundo Heliodório, não se resumiria simplesmente a decidir se a orla deve ou não ser verticalizada. Heliodório criticou o uso do transcon (transferência de construção) da forma como vem sendo aproveitado. Ele considera a orla receptora e não doadora de trascon. Assim, prédios na orla não poderiam crescer além do que previsto em lei.

RESPOSTA – O professor desqualificou o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Disse que a Lei de Uso do Solo sobrepuja facilmente o PDDU. "Salvador não precisa de plano diretor", disse. Ele aproveitou a segunda mesa-redonda de que participou para responder ao engenheiro e navegante Aleixo Belov, responsável pela construção do primeiro píer de prédio de luxo da Vitória. Disse que, no interior, muitos homens justificam que apenas atiram na caça e que quem as mataria seria Deus. **(M.W.)**



Interesse pela relação entre turismo e renda

Para os que compareceram ao *Fórum Salvador e suas frentes marítimas* , durante três dias, as frentes marítimas poderiam, no futuro, ter importância igual ou maior do que a que tiveram no passado.

E foram idéias de todos os tipos para todos os gostos, ditas livremente. O professor da Faculdade de Administração da Ufba Marcus Alban, por exemplo, propôs a transferência da capital do Estado para a Chapada Diamantina. O secretário de Planejamento, Itamar Batista, requereu um gabarito mais permissível para a orla.

Já a socióloga Maria Brandão classificou de "hediondo" o sistema viário. "Não se poderia tolerar as avenidas ignorando as suas laterais nem as extravagâncias dos viadutos que não servem para nada", disse ela.

O professor Fernando Pedrão disse que tem calafrios quando ouve falar sobre "a vocação turística de Salvador". Ele não vê lógica no turismo em que se compra a passagem e se reserva o hotel fora daqui.

"A quem interessa esse turismo? Eu não estou preocupado com o turista, mas com o baiano que o recebe. Não se pode mais pensar em Salvador como recebedora passiva", avaliou Fernando Pedrão.

> **"Eu não estou** preocupado com o turista que chega, mas com o baiano que o recebe . Não se pode mais pensar em Salvador como recebedora passiva"
> **Fernando Pedrão,** professor |

RENDA – O sociólogo Gey Espinheira também participou do *Fórum Salvador e suas frentes marítimas*. Segundo ele, a Bahia não tem um modelo econômico que provoque desenvolvimento, mas sim crescimento.

"O dinheiro do turismo não fica aqui. O que fica aqui é o acarajé. No Carnaval, quem ganha são as fábricas de cerveja, os hotéis, etc. Mas qual é a renda que é distribuída aqui? É a que o cordeiro recebe?", questionou o sociólogo.

Sobre as discussões a respeito da orla de Salvador, Gey criticou o foco capitalista dado à questão. "A praia hoje é mais bar do que mar", concluiu. **(M.W.)**

ANEXO 3

Jornal A TARDE, 20 de agosto de 2006, p. 9

HABITAÇÃO | Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo diz que existe um Plano de Gestão Democrática da Cidade e que o prefeito não pode decidir sobre o gabarito da orla de Salvador sem consultar a cidade

Liberação para prédios altos na orla surpreende

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br

A declaração do prefeito de que vai liberar o gabarito da orla de Salvador surpreendeu o Ministério Público. A declaração foi feita durante uma visita de representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), que foram ao seu gabinete convidá-lo a participar de um salão que apresentará 70 novos empreendimentos. Os empresários saíram de lá com a garantia da orla liberada.

Para a promotora Cristina Seixas Graça, titular da Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo, do Ministério Público, a altura dos prédios da orla marítima deve ser uma escolha da sociedade. "Liberar não é assim tão simples. O prefeito pode ter todas as intenções, mas não pode, de uma hora para outra, tomar uma decisão sem fazer uma análise e colocá-la em discussão com a população", disse a promotora Cristina Seixas, que vem acompanhando a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

O superintendente de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município, Paulo Meirelles, explica que o prefeito quer quebrar o atual paradigma definido pelo PDDU de 2004, ampliando as possibilidades de altura. Então, os projetos para construções na orla passarão a ser considerados de forma semelhante aos de edificações localizadas nos demais espaços da cidade, a exemplo da Vitória e Itaigara, conforme sinalizou o superintendente.

Os técnicos da prefeitura estão alterando parâmetros para permitir prédios mais altos, o que era impossível antes. Segundo Meirelles, apesar de cada caso ser um caso, haverá, sim, um limite máximo.

Meirelles acredita que não haverá uma corrida para compra de terrenos porque a liberação será ao longo de toda a orla e não restrita a apenas um trecho. "A idéia é viabilizar a construção de prédios", disse o superintendente, incluindo Barra, Ondina e Rio Vermelho. Parte desse trecho era regida pela Lei da Barra, que inviabilizava prédios muito altos.

"Quero dizer que vamos liberar o gabarito da orla marítima de Salvador. Precisamos verticalizar para poder preservar as áreas verdes". Estas foram as palavras do prefeito João Henrique, dirigidas aos representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), que foram ao seu gabinete convidá-lo a participar de um salão imobiliário, onde 70 novos empreendimentos serão lançados. O convite foi aceito. O salão será em agosto.



EDUARDO MARTINS / 21.2.2006

Com a liberação do gabarito para a construção de prédios, orla de Salvador vai perder este aspecto

Professor teme verticalização

GESTÃO DEMOCRÁTICA – "Vamos verificar a forma como isso está acontecendo. Existe um Plano de Gestão Democrática da Cidade. O prefeito não manda sozinho. É preciso haver um Conselho Municipal da Cidade, que ainda não existe", frisou a promotora Cristina Seixas Graça.

A promotora explicou que liberar gabarito significa não especificar parâmetros. "É um critério fora de qualquer padrão jurídico e técnico. A orla tem uma função, compõe um ecossistema importante", disse a promotora. "Pode até ser viável, mas antes é preciso comprovar que tenha compatibilidade com o uso do solo urbano. O prefeito pode definir que quer, contudo terá que ser observado se há interesse da cidade", disse.

"Sou da área, e, por isso, a indignação é dupla. Tomei um susto ao ver o anúncio da prefeitura e me preocupei. Primeiro, com a alegação de que seja para proteger as áreas verdes. Não há registro de que espigões protegem áreas verdes", disse o economista e professor de teoria e planejamento no Brasil, do curso de urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, Ney de Castro.

Ele lembra que, sendo terra urbana "tão cobiçada e, muitas vezes, instrumento de lucros fantásticos, oferecer da forma como está sendo colocada, em uma época pré-eleitoral, além de comprometer a questão do uso da terra, pode ser uma atitude oportunista". Para ele, "a essa altura, o prefeito não estará fazendo nada mais que o anseio dos especuladores que representam um grande poder econômico e permite ilações não muito elogiadoras". Segundo Castro, em vez de valorizar a orla, a prefeitura vai valorizar o capital imobiliário. "A prefeitura está repetindo o caso do prédio da Aeronáutica", finalizou.

O Ministério Público também levanta questões concernentes. "Observamos que o argumento de que a verticalização servirá para preservar as áreas verdes não serve como consolo para a perda da paisagem da orla para novos espigões. Não existe no Brasil cidade que tenha buscado se verticalizar e tenha conseguido preservar suas áreas verdes", disse a promotora Cristina Seixas Graça. Para ela, nem mesmo a prefeitura conhece a quantidade de áreas verdes ainda existentes. "Basta verificar que na Paralela, onde ainda se encontra uma significativa parcela de Floresta Atlântica, existem inúmeros empreendimentos que farão a supressão dessa floresta devidamente licenciados pelo CRA (Centro de Recursos Ambientais) e pela prefeitura. Assim, compreendemos que o prefeito ainda não pode se referir ao fato de estar liberando o gabarito, pois deverá primeiro ser feita a revisão do PDDU, que é uma lei (6.586/2004), e revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo", disse a promotora.



Prefeito incumbe secretários de apresentar argumentos

O prefeito João Henrique não quis falar sobre o assunto. Incumbiu seus assessores a apresentar os motivos para a liberação do gabarito da orla que, atualmente, tem especificações diferenciadas para os diversos trechos.

Como esclareceu o superintendente da Sucom, Paulo Meirelles, para o trecho da Praia de Placaford, são permitidos dois pavimentos; para o Porto da Barra, há áreas de quatro e 12 pavimentos; na primeira quadra da Pituba, em relação ao mar, são oito pavimentos; no Aeroclube, são seis pavimentos.

Esses parâmetros serão modificados em função de uma adaptação das taxas de ocupação do terreno, do coeficiente de aproveitamento da área do terreno e em função dos recuos frontal, lateral e de fundo, explicou o superintendente.

"Não posso dar muitas informações porque os detalhes ainda estão sendo definidos pela Secretaria de Planejamento", disse Paulo Meirelles. Ele afirmou que os aspectos de "sombreamento da praia e de ventilação para os prédios que ficam atrás" estão sendo levados em consideração.

RECURSOS – "Nós podemos fazer uma verdadeira revolução imobiliária", anunciou o secretário da Fazenda Reub Celestino. Para ele, nos últimos anos, as cidades acompanharam o processo de desenvolvimento que significou embelezamento, urbanismo e novas construções modernas e elegantes. Citou Fortaleza, Natal, Recife e Maceió como exemplos das que avançaram e conseguiram incorporar "milhões de reais na sua repadronização urbana pelo viés da construção civil".

O secretário acha que Salvador "ficou contida e retida por uma série de paradigmas antiquados que nos deixaram com uma orla marítima muito feia. A coragem de alterar coeficientes refazer o desenho urbano e permitir que a modernização chegue à cidade fará com que Salvador possa se transformar em um verdadeiro canteiro de obras imprimindo um crescimento econômico bastante significativo". O secretário vislumbrou a captação de investimentos nacionais e internacionais. Ele disse que a liberação vai provocar uma dinamização econômica para a cidade que, segundo ele, tem perdido oportunidades na transformação mundial.

O secretário de Relações Internacionais, Leonel Leal, disse que Salvador tem potencial para negócios que contribuem para o desenvolvimento econômico e social. "Esse potencial pode ser melhor aproveitado desde que nós, prefeitura e sociedade, saibamos entender como construir uma relação entre parceiros locais e externos. A prefeitura entende que pode alterar padrões urbanísticos da cidade com o objetivo de potencializar investimentos", disse Leonel Leal.

"Queremos identificar parceiros que possam investir e gerar emprego, renda e desenvolvimento social. Tudo isso, preservando a cultura".

fala povo

O que você acha da decisão do prefeito?

12 pessoas ouvidas | Ontem, entre as 12h e as 13h | Na Avenida Tancredo Neves |

FOTOS: XANDO P.



Essa liberação é ruim. Tem a questão do vento, da poluição. Acho que tem que ter limites. Tinha que manter os edifícios baixos. Só beneficia as empresas construtoras.

Maiara Rocha Alves, 21 anos, estudante de medicina, moradora do Caminho das Árvores |



Qual a intenção de liberar? Precisa saber o fundamento. Acho que desenvolvimento é aceitável, desde que seja bom para todo mundo. Pode ser legal. No Rio de Janeiro é assim

Necivaldo Alves Barroso, 32 anos, vistoriador de cargas, morador de São Marcos |



Se for abrir uma possibilidade para todo ser humano comprar ou alugar um imóvel desse, está bem. Eu moro na orla há 16 anos e precisa de uma melhoria. É uma epidemia de carro"

Carlos Andrade Mendonça, 29 anos, porteiro, de Itapuã |



Acho que ele está errado. Liberar prédio alto para quê? Oxente. Os pobres estão todos morrendo de fome. Devia era dar mais para os pobres, os ricos já têm bastante"

Guilhermina de Souza, 71 anos, aposentada, moradora do Vale das Pedrinhas |



Nossa, é um desastre. Enfeia a cidade. O verde já está sendo perdido na Paralela. É triste pensar quantos espigões vão ter ali. Vai ser a favelização da riqueza. Quem vai ganhar com isso? Estamos sendo vendidos

Adriana Bittencourt, 41 anos, bancária, moradora de Itapuã |

ANEXO 4

Jornal A TARDE, 22 de julho de 2006, p. 8

"Não são 50 andares. Não se vai construir o Empire State"

Luiz Augusto Amoedo | Presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Salvador

LUIZ AUGUSTO AMOEDO | O empresário foi empossado na Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) em 2003 e reeleito recentemente para um novo mandato até 2008. É proprietário da Bahia Sol Construtora e da Brito e Amoedo Imobiliária. É formado em engenharia civil e exerceu o cargo de diretor da Lebram Construtora, hoje desativada.

A indústria imobiliária em Salvador aguarda a liberação do gabarito da orla, anunciada pelo prefeito João Henrique. O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, o empresário Luiz Augusto Amoedo, elogia o prefeito pela atitude e diz que o mercado poderá voltar a construir com a mesma capacidade da década passada. Nesta entrevista à repórter Mary Weinstein, o presidente da Ademi fala que, provavelmente, não haverá uma corrida em busca de terrenos e prédios baixos localizados na orla e que a área deverá ser ocupada pela classe média.

A TARDE | Como a Ademi recebe a notícia de que o prefeito pretende liberar o gabarito da orla?
LUIZ AUGUSTO AMOEDO | É um anseio da sociedade. A orla de Salvador é a pior do Brasil. Foi falado em liberação, mas a gente não sabe os detalhes.

AT | O que os senhores foram fazer no Gabinete do prefeito?
LA | Convidá-lo para o Salão Imobiliário, que é nacional. No próximo ano, nós estamos pensando em fazer internacional. Para ter uma troca de idéias e conhecimentos na área.

AT | Vai ser para interessados estrangeiros ? Investidores internacionais são bem-vindos aqui?
LA | Também. Hoje com a globalização... E para o público em geral de Salvador, também.

AT | Vão ser lançados ou relançados 70 novos empreendimentos. Onde ficam a maioria deles?
LA | É diversificado. Imbuí, Costa Azul, Graça, Vitória. Qualquer construtora que esteja construindo em Salvador pode colocar o seu produto à venda.

AT | De um modo geral as empresas não constroem em bairros periféricos, não é?
LA | Sabe por quê? Porque nesses bairros periféricos as construtoras não têm um incentivo à construção.

AT | Incentivo de quem ou de quê?
LA | De coeficiente. Por exemplo, no Matatu, você tem o coeficiente de ocupação 1. Então você tem um terreno de mil metros e você só pode construir mil metros de área. Aí você teria que comprar três, quatro casas velhas.

AT | O senhor acha que esse governo municipal está sendo melhor do que o passado para a Ademi, está respondendo melhor aos anseios da Associação?
LA | Acho que para Salvador, ele (o prefeito) vai fazer uma mudança radical. Acho que a imprensa acaba criando um tabu com a orla.

AT | Não seria radical demais?
LA | Ele vai fazer uma mudança na cidade como um todo. Ele está estudando com profissionais que trabalham na Secretaria de Planejamento. Eles estão revendo os pontos que não foram vistos no governo anterior. Ele vai fazer uma mudança para melhor na cidade do Salvador. A sociedade toda vai ser beneficiada. Não é liberação de 50 andares. Não se vai construir o Empire State.

AT | O senhor acha que poderá haver uma corrida para comprar prédios baixos e casas na orla?
LA | Isso vai ser só em relação aos prédios degradados que vão conseguir um valor melhor, isso não resta dúvida. Vai ser uma orla que Salvador merece há muito tempo.

AT | No modelo de Copacabana?
LA | Copacabana é da década de 40, 50.

AT | O senhor não acha que isso poderia descaracterizar a orla de Salvador, que é a última do Brasil a ser assim, sem edifícios altos?
LA | A orla de Salvador é ímpar. É a única no mundo que tem casa de prostituição, borracharia e outras coisas.

AT | O senhor acha, então, que a solução é verticalizar?
LA | Você é que está dizendo.

AT | Pelo que consta, a associação que o senhor representa vem querendo isso há algum tempo.
LA | Não. Nós queremos um novo modelo para a orla de Salvador, que nunca teve um plano diretor. Esse é o primeiro prefeito que se interessou em fazer um plano para a região. Quem é que anda na orla de Salvador?

AT | Qual é a margem de lucro de uma construtora?
LA | O lucro líquido de uma empresa fica entre 9% e 10%. Se for uma obra de R$ 3 milhões fica um lucro de R$ 270 mil. Só que para fazer uma obra dessa você leva dois anos e depois mais dois anos recebendo, depois cinco anos de manutenção. Tantas construtoras tiveram dificuldades financeiras, que quebraram e saíram do mercado: Ciplan-promov, Suarez, Itajubá, Stilo, Pereira de Araújo e outras. Você faz 20 apartamentos. Seu lucro é 9 a 10%, ou seja, você vai ter dois apartamentos de lucro. Se você não vender dois a três daquele empreendimento, você está no prejuízo. Quem determina aonde o construtor vai é o consumidor. Se a gente vai para a orla é porque a sociedade quer comprar na orla.

AT | O senhor, na verdade, quer dizer que quem determina é o pessoal que tem dinheiro.
LA | Quem disse que o pessoal de Cajazeiras e Cabula não muda? Muda, sim. Hoje tem financiamento de 20 anos. Mas, a classe baixa precisa de financiamento do governo. Mas, a gente não pode partir de que já que o pobre não pode morar na orla, não faz para ninguém. Na Paralela, de um lado você tem o Bairro da Paz e do outro o Alphaville. Vai haver sempre uma distribuição de renda melhor, porque essas casas de Alphaville vão precisar de jardineiros, de cozinheiras, de motoristas. Nesse ponto, Salvador é uma cidade diferenciada porque não tem uma favela muito grande, como em outras capitais.

AT | Mas, cerca de 70% dos habitantes estão em submoradias. Salvador é praticamente uma favela.
LA | Salvador não oferece condições de trabalho. Trabalho em Salvador é serviços, turismo, hotelaria.

AT | O senhor deve viajar para outros lugares e sabe que isso em Salvador não é "turismo".
LA | Não é porque não pode nada. Você vê a Baía de Todos os Santos inexplorada, uma orla de péssima qualidade. Por isso é que o prefeito está tendo uma visão futurista.

AT | Mas ele suspendeu o transcon (transferência de construção) na Vitória e na Ladeira da Barra.
LA | É, porque ele está oferecendo outras áreas. Ele está transferindo as construções para outras áreas. Ele vai transformar Salvador em uma coisa aprazível. Agora, não pense que são os ricos que vão para a orla. Os que estão no Horto ou na Vitória não vão. Os ricos de Salvador são muito poucos. E nós não vamos fazer nada para derrubar os coqueiros da orla, nem as mangueiras, nem os abacateiros. A orla tem muita coisa degradada e vai ser bom para todo mundo. E essa sua idéia de que no próximo ano vão ter 200 mil obras lá, ótimo que tenha para gerar apartamento para todo mundo.

"Não são os ricos que vão para a orla. Os que estão no Horto ou na Vitória não vão. Os ricos de Salvador são muito poucos. E nós não vamos fazer nada para derrubar os coqueiros da orla, nem as mangueiras. A orla tem muita coisa degradada e vai ser bom para todo mundo"
Luiz Augusto Amoedo, presidente da Ademi

FERNANDO GAIOFATO





ANEXO 5

Jornal A TARDE, 22 de julho de 2006, p. 9

PLANO DIRETOR | Atualmente, os construtores se interessam, basicamente, por fazer prédios de luxo e com mais de 20 andares

Orla requer estudo e normas

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br



Em bairros como a Barra e Ondina, o limite da altura dos prédios já é acima da média



Já nas praias de Jaguaribe e Placafor, os coqueirais ainda fazem parte da paisagem

A prefeitura está atrasada. De acordo com as suas próprias previsões, já deveria ter divulgado a definição dos novos gabaritos propostos para os diversos trechos da orla de Salvador que, em toda a sua extensão, tem mais de 50 quilômetros.

Enquanto dá os últimos retoques e decide sobre os limites de altura dos prédios que vão constar nas especificações embutidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, vai tratando de questões específicas e isoladas, sem aprofundar cada uma delas.

Esta semana, foi distribuído, por exemplo, um comunicado acompanhado por um gráfico, para explicar que não haverá sombras nas praias em decorrência da construção de prédios altos. Estabelecer parâmetros para proteger a incidência de sol nas praias pode tranqüilizar principalmente os banhistas. Porém, deixa preocupado quem pensa na importância da orla como parte do organismo urbano complexo, capaz de desempenhar um papel crucial na evolução da cidade.

O arquiteto e urbanista Antônio Heliodório Sampaio, diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, acha que a questão está sendo mal posta. Ele explica que Salvador tem "várias orlas" e observa que algumas delas nunca sofreram pressão do setor imobiliário. "O mercado se interessou apenas recentemente, o que é ótimo porque, se tivesse se interessado antes, teria estragado aquela paisagem", disse Heliodório, seriamente, referindo-se à orla da Cidade Baixa e subúrbios.

Para ele, a discussão tem vários aspectos que não foram discutidos. Para iniciar, cita o que chama de as três dimensões do problema – a social, a econômica e a paisagística –, todas elas relacionadas entre si. Segundo o professor, a dimensão social se concretiza com a valorização imediata do solo urbano. "A possibilidade de prédios altos segrega e restringe a área para a população de maior poder aquisitivo. Somente com a notícia da ampliação, provoca-se um frisson. Os construtores se interessam, basicamente, por fazer prédios de luxo. Prédios de luxo são acima de seis pavimentos e requerem infra-estrutura maior. São só para quem tem renda. Isso aumenta ainda mais a segregação social que existe na cidade", explica o professor.

> **"Sem uma escala**, medições, nem especificações do trecho, fica complicado e difícil avaliar a proposta de sombreamento dos prédios na orla de Salvador".
>
> **Antonio Heliodoro Sampaio,** arquiteto e urbanista da Ufba

A dimensão paisagística relaciona-se à quantidade de marcos visuais históricos e naturais que, segundo o arquiteto, merece um tratamento urbanístico adequado. Heliodório rechaça a justificativa de ampliação do gabarito em função da geração de emprego e renda. "É discutível. Construção é uma fonte de emprego móvel. Terminado o empreendimento, vai embora. É possível transformar sem verticalizar. Várias orlas no mundo são economicamente ativas sem terem sido verticalizadas", desmistifica ele, argumentando que a verticalização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano interessa a um segmento pequeno do mercado imobiliário em Salvador.



Gabarito é o ideal nas capitais do Nordeste

Em vez de fazer alterações do gabarito da orla de acordo com as expectativas dos moradores da cidade, que exigiram a discussão e revisão do segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), elaborado pela administração passada, a atual prefeitura resolveu ampliar ainda mais os limites, que já excediam os estipulados pelo primeiro PDDU, de 1982. Desde então, o assunto orla vem suscitando polêmica.

Para aprofundar a discussão, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), seção Bahia, programou o Fórum Salvador e suas Frentes Marítimas, de terça a sexta-feira, na Fundação Luís Eduardo Magalhães, no Centro Administrativo. O diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Antônio Heliodório Sampaio será um dos participantes ao lado do sociólogo Gey Espinheira e do arquiteto Marcos Paraguassu, na segunda mesa redonda. "O mercado está trabalhando com alta renda. É preciso financiamento de edifícios para moradores de rendas média e baixa", argumenta.

"As cidades mais belas do mundo não são verticais. O arquiteto austríaco Christopher Alexander diz que as cidades mais belas não foram projetadas por arquitetos e eu, Heliodório, acrescento que, muito menos, foram legislado pelos interesses do mercado imobiliário", insiste o professor. Para ele estão confundindo interesses do mercado imobiliário com os da cidade.

LITORAL NORDESTINO – Os defensores dos prédios altos nas áreas de borda de Salvador costumam citar as cidades do litoral nordestino como exemplo de orla ideal. Assim se referiram o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) Luís Augusto Amoedo, o secretário municipal da Fazenda Reub Celestino, o de Relações Internacionais Leonel Leal, e o de Planejamento Itamar Batista, em matérias publicadas em A TARDE, em edições de julho.

Na realidade, as cidades nordestinas tratam de suas orlas de forma diferenciada. Nem todas permitem prédios altos e, em geral, a análise de especialistas locais contradiz os argumentos, os quais associam prédios altos a desenvolvimento. Essa expectativa de promover o desenvolvimento não serve como justificativa para a ampliação do gabarito, segundo especialistas que estudam o espaço urbano das capitais, embora seja essa a idéia de representantes do setor imobiliário, técnicos e administradores da prefeitura de Salvador. A ampliação da altura dos edifícios da orla com a compensação de recuos laterais maiores, como tem sido sugerido.

(M.W)

ANEXO 6

Jornal A TARDE, 13 de agosto de 2006, p. 8

PLANO DIRETOR | Na orla das capitais nordestinas, o gabarito é diferenciado; em Recife, a Praia da Boa Viagem é o maior exemplo

Edifícios de até 24 andares

MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupoatarde.com.br

A orla das diversas capitais de Estados nordestinos tem servido de exemplo para quem argumenta que a de Salvador deve ter o seu gabarito aumentado. Especialistas – arquitetos e urbanistas – da maioria das capitais pensam diferente.

Em Recife, por exemplo, o gabarito alto foi consolidado à beira-mar ainda em meados do século XX, registra o professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, Tomás Lapa. "Por isso, hoje, não existem mais questionamentos. Boa Viagem, onde ficam esses prédios, valorizou-se de uma forma que o metro quadrado está na estratosfera", diz. De acordo com Tomás Lapa, o grande problema não é a especulação imobiliária porque isso faz parte do mercado. O problema, segundo ele, é o da infra-estrutura, dos serviços, da circulação e dos transportes. Boa Viagem aprendeu com os erros de Copacabana.

Por isso, a lei de uso e ocupação do solo prevê que os prédios nunca podem ocupar o terreno de forma paralela à praia. Têm que ser lâminas perpendiculares a formar corredores de ventilação. "Mas isso, também, não elimina o problema do abafamento. Os pobres estão fora da orla como em qualquer lugar do mundo. É é muita ingenuidade pensar que algum programa social coloque os pobres à beira-mar. Mais adiante, estão os remanescentes de mangue onde se vê o pobre compondo o contraste característico das grandes cidades brasileiras. Os mangues são ocupados pelos caranguejos e pelos pobres", diz o professor da Universidade Federal de Pernambuco.



Em bairros como a Boa Viagem, na orla da capital pernambucana, os apartamentos estão supervalorizados



Natal
Existe um dispositivo legal para garantir a proteção da orla, desde o Plano Diretor de 84. O de 94 o conservou. "Aqui, a orla foi subdividida em três subzonas. Para cada uma existe uma regulamentação específica que, em média, estipula de dois a três pavimentos – 7,5 a 10 metros de altura. Em alguns trechos, houve uma falha na legislação que permitiu a verticalização agressiva com prédios de 20 pavimentos e isso foi ruim", disse o professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Marcelo Tinôco. "Quase não temos prédios altos. Do total, 30% foram adquiridos por estrangeiros, o que ocasionou o crescimento da prostituição. Uma das características da nossa orla são as áreas de interesse social responsáveis pelo contraste entre moradores de baixa e alta renda", disse Tinôco. Na década de 90, houve uma reurbanização promovida pelo Patrimônio da União, em conjunto com os governos municipal e estadual. Ficou constatado que a população não quer a verticalização. Isso não atrai porque uma cidade feia não atrai nada. Pode favorecer o capital de quem já o possui", defende o professor.



Fortaleza
O gabarito de altura foi de três pavimentos até a década de 90 quando começou a ser expandido. Primeiro, foi ampliado para 12 pavimentos. Hoje, vai até 24. "O gabarito aqui é liberado a depender do nível de corrupção e de incompetência municipal", despeja o coordenador do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, Ricardo Bezerra. A maior clientela para os prédios altos é o turismo internacional. Os europeus estão comprando quarteirões inteiros. E, segundo o professor, lá tem prostituição. "Recuos laterais não resolvem o problema do abafamento e, da mesma forma, a silhueta urbana é deformada por causa dos prédios. Quem é que vai querer fazer turismo em uma Chicago à beira-mar?", questiona Ricardo Bezerra. "Prédios altos desfiguram o perfil da cidade. Principalmente de uma cidade como Salvador. Resta saber quem vai se desenvolver com isso. Certamente a parcela que tem o capital vai concentra-lo ainda mais", prevê. "Toda beira-mar é uma área de desejo. Por isso, existe uma ameaça da especulação imobiliária em ir tomando os terrenos. Os prédios à beira-mar são como uma máscara", lamenta o professor.





Maceió
Há uma grande pressão do setor imobiliário para que haja a modificação do código de obras, para ampliação dos atuais gabaritos. Quando foi aprovado em 1980, o código permitia seis pavimentos. O que restringia a altura dos prédios nos bairros da Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, locais da orla mais valorizados. É que havia um farol que servia de sinalização. Os prédios não poderiam interferir na visualização dos navios que se orientavam em relação aos arrecifes. Isso foi alterado levemente. Na última discussão do Plano Diretor, no ano passado, algumas alegações de gente ligada ao setor imobiliário conseguiram ampliar o gabarito para 24, aumentando os recuos laterais, na região do litoral norte, o que é uma falta de perspectiva sobre o conforto e o meio ambiente. Felizmente, a consolidação das primeiras praias se deu. Apenas, tem a configuração estética com os prédios muito próximos. Mas do ponto de vista de escala humana é mais agradável. Na nossa orla existem alguns focos de prostituição como nas demais cidades. Acredito que a tolerância a prédios altos faz com que se percam as características da cidade. Se a construção de prédios altos contribui socialmente, aí é uma outra esfera. Verônica Robalinho Cavalcanti, coordenadora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas.



Aracaju
Na cidade fizeram um parque com serviços, lazer, quadras. Lá (em Aracaju), a orla é destino. Em Salvador, a orla é de passagem. A nossa orla é muito mais densa. Um plano diretor para uma orla tão extensa tem que ser muito bem pensado. Imagine se começam a construir espigões na Barra. Carlos Alberto Bonfim arquiteto formado pela Universidade Federal da Bahia, que pesquisou a orla de Aracaju.



João Pessoa
A orla de João Pessoa tem uma legislação rígida. Restringe a dois pavimentos o limite de altura. Avançando para os lotes mais distantes, o gabarito de altura é gradualmente ascendente. Em São Luís do Maranhão, começam a surgir prédios altos, que não interferem no centro histórico.

ANEXO 7

Jornal A TARDE, 13 de agosto de 2006, p. 9

R$ 1,75 (Bahia e Sergipe)
Outros Estados: R$ 4,00

SALVADOR, BAHIA
SÁBADO, 10/11/2007
ANO 96 - NÚMERO 32.357

Fechamento desta edição: 23h50
www.atarde.com.br

A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

Anvisa proíbe contraceptivo injetável
| SALVADOR | PÁGINA 12

VIOLÊNCIA

Roubo do BB em Guaratinga vira um 'espetáculo'

Um grupo de 11 homens fortemente armados assaltou ontem a agência do Banco do Brasil de Guaratinga. A ação aconteceu em pleno dia e atraiu a atenção dos transeuntes. O bando fez três reféns, que depois foram libertados. Na fuga, os ladrões atiraram cédulas para o alto. Algumas pessoas pegaram o dinheiro. Três criminosos foram presos | BAHIA | PÁGINA 15





Pessoas que passavam pelo centro da cidade pararam para observar a ação dos criminosos. Seis deles estavam encapuzados e usavam coletes à prova de bala. Não houve feridos

Este apartamento pode ser seu.



Boas Novas A TARDE
Cupom na página 2. Participe.

PLANO DIRETOR | Audiência marcada para hoje, na Câmara de Vereadores, discutirá propostas polêmicas do PDDU como a que prevê a liberação do gabarito de prédios na orla até 18 andares

Prefeitura tenta definir futuro de 23 bairros em nove horas

Em apenas nove horas, representantes da prefeitura vão discutir com líderes comunitários e representantes da sociedade civil o destino de 23 bairros de Salvador, situados entre a Vitória e São Cristóvão, no terceiro debate público sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). A questão mais polêmica é a que prevê a liberação do gabarito para construção de prédios até 18 andares na orla marítima. Segundo especialistas, isso causará sombreamento das praias e perda de ventilação | SALVADOR | PÁGINA 4

A Câmara de Vereadores, após as discussões, votará o Plano Diretor, também conhecido como PDDU, no dia 15 de dezembro. O plano definirá a atuação da prefeitura nos próximos oito anos, tratando de questões como uso do solo, infra-estrutura, transportes e meio ambiente. Na discussão de hoje, só a associação de moradores do bairro Caminho das Árvores tem 21 reivindicações. Já os moradores de Patamares pedem a criação de parque para conservar a mata atlântica.

SERVIÇO

Dicas para consumidores

A garantia estendida, que prolonga a proteção de bens duráveis pode ser vantajosa, dependendo do valor cobrado por ela. Essa é uma das dicas de Luis Brito, da Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores | P. 22

Atividades no Parque de Pituaçu

Hoje e amanhã, no Parque Metropolitano de Pituaçu, haverá exposição de artesanato, atividades recreativas e apresentações musicais. No local, ainda serão oferecidos serviços de maquiagem, limpeza de pele e aplicação de tranças | P. 6

EDITORIAL
Perfil negativo
Costuma-se dizer que, no Brasil, certas leis não pegam. Os impostos, ao contrário, pegam como vigo. A CPMF é um bom exemplo do excesso de tributos | P. 3

ARTICULISTAS DE HOJE
| Jolivaldo Freitas | P. 3
| Biaggio Talento | P. 3
| Antonio Risério | P. 3

COLUNISTAS DE HOJE
| Samuel Celestino | P. 18
| Dora Kramer | P. 20
| Roberto Rodrigues | P. 26

ESTA EDIÇÃO
2 CADERNOS + 88 PÁGINAS
CADERNO 1: 32 p.
CADERNO 2: 8 p.
ESPORTE CLUBE: 8 p.
CULTURAL: 12 p.
A TARDINHA: 8 p.
IMOBILIÁRIO: 12 p.
POPULARES: 8 p.

ISSN 1516947-2

FUTEBOL - SÉRIES B E C



Torcedores compram ingressos para o jogo do Bahia, amanhã, na Fonte. O desejo é lotar o estádio com 60 mil

Tricolor e Leão só pensam em subir

Cerca de 20 mil ingressos já foram vendidos para o jogo do Bahia contra o Atlético, amanhã, na Fonte Nova. As vendas continuam hoje, no Octávio Mangabeira e na sede de praia do tricolor, na Boca do Rio. A expectativa do torcedor é ver a Fonte lotada. Já o Vitória vai enfrentar hoje o Paulista em Jundiaí. Se vencer, o Leão chegará ainda mais perto da série A | ESPORTE CLUBE | PÁGINAS 3, 4 E 5

PETROBRAS

Câmbio reduz lucro em 22%

| ECONOMIA | PÁGINAS 23

AEROPORTO

Apreendidas 2 t de mercadorias

| SALVADOR | PÁGINA 11



Brasil

PEQUENO ARANHA SALVA BEBÊ

Riquelme Wesley, de 5 anos, salvou um bebê durante um incêndio em Santa Catarina. O menino usava a roupa de seu herói preferido quando fez o resgate | PÁGINAS 28

Cultural

NAPOLEÃO REVISTO

Há 200 anos, quando veio para o Brasil, D. João VI tinha no encalço Napoleão Bonaparte, um imperador tão guerreiro quanto sentimental | PÁGINAS 6 A 11

Caderno 2

25 ANOS DE MAGIA

O Grupo de Teatro Via Magia comemora 25 anos de atividades com duas peças: *Passarinhando*, seleção de histórias líricas, e *Ossos e Ofícios*, que aborda temas como medo e morte | PÁGINA 8



ANEXO 8

Jornal A TARDE, 10 de novembro de 2007, capa



R$ 2,75 (Bahia e Sergipe)
Outros Estados: R$ 5,00

SALVADOR, BAHIA
DOMINGO, 9/12/2007
ANO 96 - NÚMERO 32.386

Fechamento da 2ª edição: 20h30
www.atarde.com.br

A TARDE
FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

CORAÇÃO BATE FORTE PELA FONTE NOVA
ESPORTE CLUBE | PÁGINA 6

Ciência&vida

A vida sexual dos jovens

Jovens sabem o que é sexo seguro, mas não usam preservativo quando consideram a relação estável, segundo pesquisa do psiquiatra Jairo Bouer com 7.520 alunos, entre 13 e 17 anos. Cerca de 70% têm informações corretas sobre o assunto, mas não usam a proteção. O maior medo deles não é das doenças transmissíveis pelo sexo, mas da gravidez indesejada.
| PÁGINAS 33 A 36

Salvador

No tumulto, houve ameaça de morte contra alguns presos

Rebelião na DTE

A garantia de transferir, inicialmente, 25 dos mais de 90 presos da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes e a promessa de revisão dos processos , pelo MP, pôs fim ontem a uma rebelião de mais de seis horas, iniciada durante uma revista na carceragem, onde foram apreendidos pelo menos um celular e armas. | P. 31

O Plano Diretor em vigor ignora as áreas de ocupação precárias e descumpre o Estatuto das Cidades

PDDU | Pesquisa Vox Populi/Grupo A TARDE: 74% dos soteropolitanos desconhecem o projeto

Só 0,2% da população contribui para Plano Diretor

SAÚDE, INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO SÃO AS ÁREAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS PELO POVO

41% DISCORDAM TOTALMENTE DO AUMENTO DE GABARITO NA ORLA. 22% CONCORDAM

A metodologia da pesquisa envolveu a técnica de *survey*, que consiste na aplicação de questionários a uma mostra representativa da população de Salvador

Fonte: Vox Populi

Pesquisa Instituto Vox Populi/Grupo A TARDE revela que 74% dos soteropolitanos desconhecem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), lei com poder de nortear as ações da prefeitura nos próximos oito anos. O levantamento mostra ainda que apenas 0,2% da população contribuiu com sugestões para o projeto de lei, que deve ser votado até 30 de dezembro, e 6% dos entrevistados participaram de alguma audiência. Se o levantamento comprova a falta de maturidade da população também demonstra a conseqüência da ação da prefeitura e da Câmara de Vereadores, que não investiram na mobilização popular. A pesquisa foi feita entre os dias 17 e 20 de novembro e ouviu 500 pessoas. A margem de erro é de 4,4 pontos percentuais | SALVADOR | PÁGINAS 4 E 7

AMANHÃ, CADERNO ESPECIAL EXPLICA O PDDU

SERVIÇO

Mudança no tráfego

Para garantir maior segurança a quem costuma praticar exercícios físicos em trechos da orla da capital, a SET está promovendo alterações no tráfego de veículos na Avenida Oceânica | P. 6

EDITORIAL

Ideal comum

A Declaração dos Direitos Humanos foi promulgada em 1948 pela ONU. Criada como "ideal comum", resulta do despertar das consciências | P. 3

ARTICULISTAS DE HOJE
| Hélio Pólvora | P. 3
| Luiz R. P. Dantas | P. 3
| Moisés Naim | P. 30

COLUNISTAS DE HOJE
| Samuel Celestino | P. 20
| Verissimo | P. 27
| João Ubaldo | CADERNO 2

ESTA EDIÇÃO
7 CADERNOS - 108 PÁGINAS
CADERNO 1: 40 p.
CADERNO 2: 10 p.
ESPORTE CLUBE: 8 p.
REVISTA DA TV: 16 p.
EMPREGOS: 10 p.
POPULARES: 8 p.
IMOBILIÁRIO: 16 p.

Caderno 2

TRÊS DÉCADAS SEM CLARICE

Há exatos 30 anos, morria Clarice Lispector, a escritora de questionamentos metafísicos que até hoje mexem com os leitores | PÁGINAS 1 E 3

CULINÁRIA

A chef baiana Dadá reúne receitas criadas por ela e duas pela mãe, D. Júlia, no livro Bacalhau da Noruega faz a festa | PÁGINA 5

Revista da TV

DUAS CARAS

A amizade entre o Bernardinho (Thiago Mendonça), que é gay, e Dalia (Leona Cavalli) vai esquentar: ela ficará grávida
| PÁGINAS 8 E 9

TRANSPOSIÇÃO |

Bispo entra no 12º dia de jejum

D. Luiz Cappio recebeu apoio de Letícia Sabatella no 12º dia de jejum contra a transposição do São Francisco | BAHIA | PÁGINA 15

Para a atriz, Dom Luiz é um exemplo

CONCEIÇÃO DA PRAIA |

10 mil pessoas participam de procissão

| SALVADOR | PÁGINA 10

FIM DO CARLISMO |

PMDB ganha espaço na nova política baiana

| POLÍTICA | PÁGINA 18

UM ANO DEPOIS |

Venda de diplomas falsos está impune

| EMPREGOS | PÁGINAS 1 E 3

Sorria.
Veja nossas ofertas neste jornal.
PONTO FRIO DIGITAL

A ORDEM É VENDER TUDO!
ENTREGA EM 24 HORAS
OU VOCÊ RETIRA NA HORA, NO DEPÓSITO. SÃO 50.000 m² LOTADOS DE PRODUTOS.
Ricardo eletro
CONFIRA O ENCARTE NESTE JORNAL

ANEXO 9

Jornal A TARDE, 9 de dezembro de 2007, capa

R$ 1,75 (Bahia e Sergipe)
Outros Estados: R$ 4,00

SALVADOR, BAHIA
QUINTA-FEIRA, 27/12/2007
ANO 96 - NÚMERO 32.404

Fechamento desta edição: 23h47
www.atarde.com.br

A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO



SAUDADES | Há 30 anos, o mundo perdeu Charles Chaplin, que morreu no Natal. A filmografia do criador de Carlitos é marcada por obras clássicas como *O Garoto* e *Luzes da Cidade* | CADERNO 2 | PÁGINA 1

ATAQUE | A tigresa siberiana Tatiana (foto), de 130 kg, fugiu da jaula no zôo de São Francisco (EUA), matou uma pessoa e feriu duas. Em seguida, foi morta por policiais. Em 2006, ela abocanhou o braço de uma funcionária do zoológico | MUNDO | PÁGINA 23



BRASILEIRÃO |

Vitória e Bahia estréiam em casa

OS CINCO PRIMEIROS ADVERSÁRIOS

Vitória x **Cruzeiro**
Sport x Vitória
Vitória x **Figueirense**
Ipatinga x Vitória
Vitória x **Santos**

Bahia x **Fortaleza**
América | RN x Bahia
Santo André x Bahia
Bahia x **Barueri**
Criciúma x Bahia

TABELA COMPLETA NO ESPORTE CLUBE

A CBF divulgou a tabela das séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2008. A 1ª divisão começa no dia 10 de maio. O Vitória estréia, em casa, contra o Cruzeiro. O início da 2ª divisão é no dia 9 de maio. Já no primeiro jogo, o Bahia faz um clássico nordestino, enfrentando o Fortaleza | ESPORTES | PÁGINAS 2, 4 E 5

SERVIÇO

SalvadorCard cadastra

O cadastramento das instituições de ensino, com sede em Salvador, para o Sistema de Meia-Passagem Escolar já começou. Para agilizar o processo, o SalvadorCard disponibiliza o processo via internet | P. 9

Simm: oferta de empregos

O Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-Obra (Simm), no Comércio, oferece vagas para consultor de vendas, eletricista, supervisor de manutenção industrial e marceneiro | P. 9

EDITORIAL

Círculo vicioso

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, este Natal se caracterizou pela inclusão dos pobres. Ele quis acentuar que o Programa Bolsa Família cumpre bem suas finalidades sociais | P. 3

ARTIGUISTAS DE HOJE
| Patrus Ananias | P. 3
| Armando Avena | P. 3
| Germano Tabacof | P. 3

COLUNISTAS DE HOJE
| Samuel Celestino | P. 15
| Veríssimo | P. 21

ESTA EDIÇÃO
6 CADERNOS + 56 PÁGINAS
CADERNO 1: 24 p.
CADERNO 2: 8 p.
ESPORTE CLUBE: 6 p.
TURISMO: 6 p.
IMOBILIÁRIO: 6 p.
POPULARES: 6 p.

PLANO DIRETOR | Sem prazo para terminar, vereadores começam a discutir projeto de revisão

Protesto e confusão no 1º dia de votação do PDDU



Integrantes de seis entidades protestaram contra o projeto com abacaxis

A votação começou com 5 horas de atraso devido ao impasse gerado com a recusa da Mesa Diretora da Câmara em acatar representação dos partidos da base aliada do prefeito João Henrique (PPS, PCdoB, PT e PSB) e do PSDB de constituir um bloco partidário independente para votar o projeto.

Protestos e empurrões marcaram o primeiro dia de votação do projeto de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), na Câmara Municipal. Manifestantes utilizaram abacaxis para representar as propostas do governo municipal. Num primeiro momento, só foi permitida a entrada de "simpatizantes" do plano, que prevê, dentre outras coisas, o aumento do gabarito da orla. Quem era contra foi barrado por PMs, que agrediram os descontentes. Quando a votação começou, ficou claro que a prefeitura faria tudo para aprovar o projeto, mesmo sem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ter apreciado a maioria das 249 emendas. A secretária de Planejamento, Kátia Carmelo, foi autorizada a discutir e negociar as propostas com a presidência da CCJ. Até as 23h, apenas 3 dos 347 artigos foram discutidos | SALVADOR | PÁGINA 4

Simanca |



AS FÉRIAS DO "CAPITÃO"



O ator Wagner Moura, o capitão Nascimento do filme "Tropa de Elite", está de férias em Salvador. Ontem, passou parte do dia no Porto da Barra. Ele foi operado há um mês após romper ligamentos no pé | ÚLTIMAS | PÁGINA 24

DENÚNCIA |

Ex-gestor do Procon se diz vítima de racismo

Afastado do cargo de superintendente do Procon-BA, o advogado Sérgio São Bernardo alega ter sido vítima de assédio moral e preconceito racial por parte da secretária Marília Muricí, da pasta de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Depois de reunião com o primeiro escalão do governo, ficou decidido que ele será reconduzido aos quadros da administração | POLÍTICA | PÁGINA 16

VAREJO |

Lojas antecipam as liquidações

Os lojistas resolveram antecipar a temporada de liquidações após atrair os consumidores com longos prazos para as compras de Natal. Mas os especialistas alertam: cuidado com os juros embutidos nas parcelas | ECONOMIA | PÁGINA 17

ESTRADAS |

O mais violento Natal da história

| BRASIL | PÁGINA 20

FERROVIAS |

Viagem em trem de luxo no Paraná

| TURISMO | PÁGINAS 1 A 3

DESABAMENTO |



Local oferece risco a pedestre

Encosta cai no calçadão da orla

Um trecho de 100 metros de encosta desmoronou ao lado do calçadão do Jardim dos Namorados. Não houve vítimas. O acidente foi causado pela ação da maré. A Conder interditou o local | SALVADOR | PÁGINA 10

ANEXO 10

Jornal A TARDE, 27 de dezembro de 2007, capa

R$ 1,75 (Bahia e Sergipe)
Outros Estados: R$ 4,00

SALVADOR, BAHIA
SÁBADO, 29/12/2007
ANO 96 - NÚMERO 32.406

Fechamento desta edição: 23h15
www.atarde.com.br

A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO



TOM DOMÉSTICO | Em registros inéditos, o filme de Ana Jobim (viúva de Tom) conta a história de amor do maestro Antonio Carlos Jobim com a música, a família e a natureza | CADERNO 2 | PÁGINA 1

O ANO DO RATO | O novo ano é bissexto e será regido, a partir de março, pelo rato, segundo o horóscopo chinês. Em 2008, comemora-se o centenário da chegada dos japoneses ao Brasil e o Ano Internacional da Batata | A TARDINHA | PÁGINAS 4 E 5





Depois da aprovação do plano, os vereadores votaram as emendas

VOTAÇÃO | Prefeito João Henrique derrota partidos da base aliada, com apoio da oposição, e divulga nota comemorando resultado

Câmara aprova PDDU e eleva gabarito da orla



O vereador Alfredo Mangueira (PMDB) foi o recordista de apresentação de emendas. Ele foi autor de 103 das 273 propostas que atendiam a prefeitura, e votou a favor do projeto de revisão do PDDU. A questão da acessibilidade não foi contemplada pelo Plano Diretor.

Após três dias de sessões, a Câmara de Vereadores aprovou, na madrugada de ontem, o projeto de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). O plano, dentre outras coisas, eleva o gabarito da orla para 18 andares, incluindo trecho entre Amaralina e Pituba, que não estava incluído no projeto original. Também permite a destinação de mais recursos para áreas de urbanização precária. Após a votação, o prefeito João Henrique (PMDB) afirmou, em nota, que agora dispõe de uma lei que irá nortear e garantir o crescimento sustentável de Salvador. Integrantes do PCdoB, PSB, PT, PPS – que formam a base aliada – e PSDB pretendem entrar na Justiça para anular a decisão, que teve o apoio da oposição. Ainda ontem foram aprovados o orçamento de 2008 e a contratação de Parceria Público Privada para prestação de serviços de limpeza pública | POLÍTICA | PÁGINAS 9 E 10





Antônio Lima (DEM) e Cristóvão Ferreira Jr. (PDT) não resistiram e dormiram durante a sessão de ontem

SERVIÇO

Matrícula escolar

A matrícula para os alunos que já estudam na rede estadual de ensino se estende até 28 de janeiro. A vaga pode ser confirmada na própria escola, através de um formulário assinado pelo próprio aluno, pai ou responsável. Quem deseja estudar nos colégios mais concorridos deve se inscrever, gratuitamente, até o próximo dia 4, para o sorteio eletrônico | P. 6

EDITORIAL

Estradas mortais

Cerca de meio milhão de baianos estão nas estradas no segundo feriado extenso de final de ano. Teme-se pela sorte de muitas dessas pessoas | P. 3

ARTICULISTAS DE HOJE
Marilon Marcos | P. 3
Gilberto Brito | P. 3
Clifford M. Sobel | P. 3

COLUNISTAS DE HOJE
Samuel Celestino | P. 10
Armando Avena | P. 11
Hélio Pólvora | CADERNO 2

ESTA EDIÇÃO
7 CADERNOS - 98 PÁGINAS
CADERNO 1: 16 p.
CADERNO 2: 8 p.
ESPORTE CLUBE: 6 p.
A TARDINHA: 8 p.
CULTURAL: 8 p.
IMOBILIÁRIO: 6 p.
POPULARES: 6 p.

TRÂNSITO



O Corolla ficou destruído ao bater em três veículos, dentre eles um ônibus com 48 passageiros, na BR-101

Perigo nas estradas baianas

A tendência de repetição no feriadão de Ano Novo de graves acidentes como os que mataram 196 pessoas no período de Natal tem a ver com um conjunto de problemas que atinge as estradas brasileiras. A imprudência de motoristas é potencializada pela falta de fiscalização e de manutenção das vias. Numa viagem ao interior da Bahia, repórteres de A TARDE constataram irregularidades tanto no transporte regular quanto no clandestino. Ambos oferecem perigo. Ontem, uma colisão entre quatro veículos feriu cinco pessoas na BR-101 | SALVADOR | PÁGINAS 4 E 5

RECEITA FEDERAL

Fisco cria novo sistema de controle bancário

A Receita Federal criou novo mecanismo de fiscalização sobre movimentação financeira mais poderoso que a CPMF, através de instrução normativa. Agora os bancos terão de repassar ao fisco informações sobre operações semestrais acima de R$ 5 mil para clientes pessoa física e R$ 10 mil para empresas | ECONOMIA | PÁGINA 11

FUTEBOL

Campeonato sem estrutura

O Campeonato Baiano de Futebol tem tudo para ser uma competição de baixa categoria, ano que vem. Estádios precários, equipes maltreinadas e crises financeiras concorrem para isso. Sem craques, Bahia e Vitória são favoritos | ESPORTES | PAGS. 2, 4 E 5

PAQUISTÃO

Al-Qaeda assume morte de Benazir

| MUNDO | PÁGINA 15

CRISE AÉREA

Anac promete regularizar vôos

| BRASIL | PÁGINA 14

AMÉRICA LATINA

O legado de Simón Bolívar

| CULTURAL | PÁGINAS 6 E 7

RECALL DE VEÍCULOS

Chamado para salvar vidas

| DEF. DO CONSUMIDOR | PÁGINA 13

ANEXO 11

Jornal A TARDE, 29 de dezembro de 2007, capa

ANEXO 12

Audiência Semanal de TV em Salvador (IBOPE)

Db:
Salvador Standard
User:
ibope
Media:
Tabela de Programação
Datas:
14/08/2010 - 12/09/2010
Targets:
- [Ind]:HH ABCDE 18+; Ind [Demograficos]
  - Sexo: Masculino
  - Classe Social: A/B, C, D/E
  - Idades: 18/24, 25/34, 35/49, 50+
- [Ind]:MM ABCDE 18+; Ind [Demograficos]
  - Sexo: Feminino
  - Classe Social: A/B, C, D/E
  - Idades: 18/24, 25/34, 35/49, 50+

Target Referência:
UNIVERSO
Target Referência (DOM):
Total de Domicílios
Emissoras:
Bahia (GLO); Itapoan (REC); Aratu (SBT); Bandeirantes;
Programação:
Nível: Nível 1;
Apresentado em [Crosstab] vistas dos modos da análise:
Na Vertical:
Emissora; Programas;
Na Horizontal:
Dia da semana; Target; Rat#; Rat%;
Universo:
Para target [HH ABCDE 18+] ...
Para região [Sal] Universo 296.534; Amostra 259 (34.45%)
Para target [MM ABCDE 18+] ...
Para região [Sal] Universo 329.737; Amostra 288 (41.26%)
Para target [UNIVERSO] ...
Para região [Sal] Universo 832.356; Amostra 727 (100.00%)

	[TOTAL]	Segunda-feir	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
	HM ABCDE 18+	HM ABCDE	HM ABCDE	HM ABCDE	HM ABCDE	HM ABCDE	HM ABCDE	HM ABCDE
	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media	Rat% {Media
Bahia (GLO)								
NOVELA III	20,59	22,79	21,47	20,84	21,60	20,46	17,29	0,00
NOVELA II	16,99	18,16	18,08	17,20	17,90	16,97	14,35	0,00
JORNAL NACIONAL	16,62	18,49	17,72	17,32	17,66	16,82	12,93	0,00
BATV	16,42	17,23	18,07	17,37	16,11	15,87	14,41	0,00
NOVELA I	15,20	15,84	16,30	16,68	15,12	14,74	13,02	0,00
HORARIO ELEITORAL	14,34	15,17	15,78	15,94	14,64	15,02	11,68	0,00
HORARIO ELEITORAL	13,92	13,62	0,00	13,85	0,00	14,21	0,00	0,00
ZORRA TOTAL	13,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,75	0,00
CRIANCA ESPERANC	13,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,31	0,00
VALE A PENA VER DE	13,16	12,69	13,78	13,78	13,11	12,46	0,00	0,00
A GRANDE FAMILIA	12,46	0,00	0,00	0,00	12,46	0,00	0,00	0,00
FANTASTICO	11,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,76

TELA QUENTE	11,36	11,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GLOBO REPORTER	10,97	0,00	0,00	0,00	0,00	10,97	0,00	0,00
MALHACAO	10,91	11,46	11,34	11,52	10,09	10,12	0,00	0,00
CASSETA E PLANETA	10,83	0,00	10,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUTEBOL QA	10,57	0,00	0,00	10,57	0,00	0,00	0,00	0,00
DOMINGAO DO FAUS	10,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,08
BOL HIPERTENSAO N	9,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,76	0,00
GLOBO NOTICIA VES	8,77	10,32	10,16	10,48	8,01	8,39	6,40	7,81
SESSAO DA TARDE	8,63	8,65	9,85	9,17	7,37	8,10	0,00	0,00
FUTEBOL VES	8,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,05	8,15
OS CARAS DE PAU	8,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,15
TEMPERATURA MAXI	8,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,09
SHOW DE TERCA FEI	7,25	0,00	7,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERCINE	7,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,05	0,00
VIDEO SHOW	6,85	6,27	7,36	7,55	6,81	6,28	0,00	0,00
REDE BAHIA REVISTA	6,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,81
HIPERTENSAO	6,70	0,00	0,00	0,00	7,52	0,00	0,00	5,89
PLACAR DA RODADA	6,62	0,00	0,00	6,62	0,00	0,00	0,00	0,00
CALDEIRAO DO HUCI	6,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,41	0,00
AVENTURAS DO DIDI	6,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,37
CRIANCA ESPERANC	6,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,14	0,00
BAHIA MEIO DIA	6,07	6,84	6,64	6,57	5,68	5,95	4,98	0,00
GLOBO ESPORTE	5,74	6,17	5,79	6,24	5,45	5,68	5,25	0,00
SHOW DE SEXTA FEI	5,74	0,00	0,00	0,00	0,00	5,74	0,00	0,00
BOL HIPERTENSAO N	5,64	6,79	6,21	4,52	0,00	5,30	0,00	0,00
JORNAL HOJE	5,35	5,32	5,75	5,69	4,83	5,33	5,23	0,00
ESPORTE ESPETACU	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,10
BOM DIA BRASIL	4,99	4,88	4,87	5,18	4,96	5,07	0,00	0,00
SHOW DE QUINTA FE	4,97	0,00	0,00	0,00	4,97	0,00	0,00	0,00
BAHIA AGORA	4,86	4,47	5,75	4,35	5,07	4,59	0,00	0,00
SESSAO DE SABADO	4,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,83	0,00
TV GLOBINHO MAT	4,57	4,36	4,65	4,91	3,80	5,12	0,00	0,00
BAHIA ESPORTE	4,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,56	0,00
JORNAL DA MANHA	4,52	4,79	4,28	4,75	4,63	4,13	0,00	0,00
MOSAICO BAIANO	4,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,51	0,00
AUTOMOBILISMO MA	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,70	4,77
AUTO ESPORTE	4,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,24
TURMA DA MONICA	4,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,12	0,00
GLOBO RURAL DM	4,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,08
APROVADO	3,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,97	0,00
HANNAH MONTANA	3,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,86	0,00
JORNAL DA GLOBO	3,77	4,18	4,81	3,61	3,20	3,10	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	3,77	3,78	0,00	4,09	0,00	3,43	0,00	0,00
TV XUXA	3,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,76	0,00
MAIS VOCE	3,74	3,19	4,41	3,42	3,60	4,11	0,00	0,00
GLOBO NOTICIA MAT	3,71	3,08	3,99	3,84	2,97	4,63	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	3,68	3,77	3,88	4,69	3,65	3,79	3,15	0,00
P EMPRESAS G NEG	3,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,61
ACAO	3,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,30	0,00
DOMINGO MAIOR	3,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,29
BAHIA RURAL	2,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,85
RELIGIOSO MAT	2,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,53
GLOBO UNIVERSIDAI	2,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,47	0,00
GLOBO RURAL DIARI	2,30	2,53	2,19	2,12	2,65	2,03	0,00	0,00
ALTAS HORAS	2,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,11	0,00
PROGRAMA DO JO	2,05	2,02	2,35	2,15	1,51	2,19	0,00	0,00
GLOBO ECOLOGIA	1,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,96	0,00
SAGRADO	1,94	1,79	1,34	1,19	1,88	1,24	0,00	2,44
VOLEI MAD	1,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,90	0,00
SESSAO BRASIL	1,62	1,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

GLOBO CIENCIA MAT	1,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,47	0,00
RELIGIOSO MAD	1,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,38	0,00
NOVO TELECURSO M	1,33	1,41	1,14	1,22	1,84	1,06	0,00	0,00
PREMIO DA MUSICA E	1,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,31
INTERCINE	1,24	0,00	1,52	1,29	0,86	1,29	0,00	0,00
CORUJAO CONT	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00
SOM BRASIL	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00
SAVING GRACE	1,19	0,00	0,00	1,36	0,68	1,67	0,00	0,00
UMA FAMILIA DA PES	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00
GLOBO EDUCACAO	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00
SESSAO DE GALA	1,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,16
SEM PROGRAMACAC	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14
FESTIVAL DE DESEN	1,14	1,63	1,53	1,28	0,89	0,99	1,14	1,00
DAMAGES	1,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,13	0,00
CORUJAO	1,13	1,32	1,20	0,92	0,53	0,93	1,44	0,00
DOLLHOUSE	1,13	1,32	1,64	0,00	0,45	0,00	0,00	0,00
NOVO TELECURSO M	0,99	0,98	1,14	1,31	0,65	0,00	0,00	0,91
TECENDO O SABER	0,85	0,77	1,01	1,16	0,48	0,00	0,00	0,83
GLOBO EDUCACAO A	0,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	0,00	0,00
[TOTAL] Bahia (GLO)	7,20	7,95	7,91	7,57	7,28	7,43	6,56	6,12
Itapoan (REC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE NOVA	6,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,68
DOMINGO ESPETACU	5,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,52
SE LIGA BOCAO	5,47	6,22	5,18	5,20	5,69	5,00	0,00	0,00
BALANCO GERAL SA	4,88	5,06	4,54	5,45	5,03	4,32	0,00	0,00
CINE RECORD ESPEC	4,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,26
PROGRAMA DO GUG	4,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,24
NOVELA 22H	3,96	3,66	3,73	5,79	3,69	2,91	0,00	0,00
BAHIA RECORD	3,44	3,87	4,23	3,26	3,56	2,36	3,27	0,00
HORARIO ELEITORAL	3,36	3,21	0,00	3,71	0,00	3,13	0,00	0,00
SUPER TELA NOT	3,32	0,00	0,00	3,32	0,00	0,00	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	3,19	3,34	3,91	3,05	4,11	3,11	1,58	0,00
BAHIA NO AR	3,18	3,46	2,93	3,08	3,37	3,07	0,00	0,00
O MELHOR DO BRAS	3,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,06	0,00
FALA BRASIL	3,03	3,34	3,26	2,67	3,02	2,86	0,00	0,00
JORNAL DA RECORD	2,96	3,70	3,59	2,83	2,98	2,30	2,28	0,00
REALITY SHOW	2,96	0,00	3,17	0,00	2,70	0,00	0,00	0,00
DESENHOS NOT	2,88	3,37	2,52	2,41	3,36	2,59	0,00	0,00
SERIE ESPECIAL	2,77	2,98	2,76	3,72	2,46	1,97	0,00	0,00
CAMERA RECORD	2,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2,63	0,00	0,00
TUDO E POSSIVEL	2,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,61
BOM D MAIS MAT	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50
NOVELA 1830	2,49	2,79	2,34	2,00	3,24	2,07	0,00	0,00
SE LIGA BOCAO VES	2,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,37	0,00
RECORD KIDS MAT	2,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,33
O MUNDO DO CHIQU	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,27
SERIE VESPERTINA	2,08	1,92	2,28	1,89	2,50	1,82	0,00	0,00
RELIGIOSO VES	2,08	2,38	2,37	1,85	2,15	1,63	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	2,06	2,74	1,87	1,38	1,68	1,36	2,90	0,00
SERIE DE DOMINGO	1,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,99
HOJE EM DIA	1,96	1,64	2,07	2,01	2,36	1,75	0,00	0,00
SHOW DO TOM NOT	1,96	1,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TUDO A VER NOT	1,79	0,00	1,95	0,00	1,75	0,00	0,00	0,00
TUDO A VER VES 1	1,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,77	0,00
CINE AVENTURA	1,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00
BALANCO GERAL ES	1,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,69	0,00
TUDO A VER VES	1,62	1,77	1,73	1,11	1,94	1,55	0,00	0,00
JOGOS OLIMP JUVEN	1,57	0,92	2,08	1,41	2,17	2,05	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	1,56	2,61	0,00	1,22	0,00	1,13	0,00	0,00
FALA BRASIL ESPECI	1,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,55	0,00

ESPORTE FANTASTIC	1,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,54	0,00
RECORD NORDESTE	1,54	1,53	1,31	1,74	1,48	1,64	0,00	0,00
SERIE PREMIUM 1	1,44	1,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGENDARIOS	1,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,43	0,00
HOJE EM DIA MAT	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,32	0,00
RECORD NOTICIAS V	1,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,30	0,00
SERIE PREMIUM 4	1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21	0,00	0,00
SERIE PREMIUM 2	1,16	0,00	1,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERIE PREMIUM 3	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
DESENHOS MAT	0,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71
SERIE DE SABADO	0,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66	0,00
RELIGIOSO MAT	0,56	0,66	0,48	0,63	0,45	0,72	0,59	0,16
RELIGIOSO MAD	0,28	0,32	0,18	0,49	0,20	0,24	0,11	0,40
DESENHOS MAT ANT	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00
TRANSNOITE MAD	0,08	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[TOTAL] Itapoan (REC)	2,15	2,22	2,21	2,32	2,25	1,89	1,47	2,74
Aratu (SBT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA SILVIO S	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,83
UMA ROSA COM AMO	3,68	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	4,34	0,00
CHAVES VES	3,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,61	0,00
NOVELA NOITE	3,05	2,88	3,24	3,55	3,11	3,31	2,41	0,00
A PRACA E NOSSA NO	2,96	0,00	0,00	0,00	2,96	0,00	0,00	0,00
TELE SENA	2,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,92
RODA A RODA JEQUI	2,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78
ELIANA	2,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78
PROGRAMA RAUL GI	2,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,46	0,00
QUAL E SEU TALENTO	2,45	0,00	0,00	2,45	0,00	0,00	0,00	0,00
NA MIRA	2,36	2,47	3,09	1,73	2,59	2,08	0,00	0,00
BOLETIM DE OCORR	2,09	2,08	2,14	4,42	1,98	2,03	1,75	0,00
TOPA OU NAO TOPA	2,04	0,00	0,00	2,04	0,00	0,00	0,00	0,00
DOMINGO LEGAL PS	1,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,84
BOLETIM DE OCORR	1,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,80	0,00
1 CONTRA 100	1,74	0,00	0,00	1,74	0,00	0,00	0,00	0,00
CINE ESPETACULAR	1,73	0,00	1,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE VENHA O POVO	1,69	1,73	1,98	1,53	1,74	1,53	0,00	0,00
FONTE NOSSA	1,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,67
SBT REPORTER	1,62	1,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TELA DE SUCESSOS	1,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1,57	0,00	0,00
NOVELA TARDE 2	1,55	1,67	1,55	1,45	1,63	1,44	0,00	0,00
HEBE	1,53	1,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DE FRENTE COM GA	1,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,51
CINE BELAS ARTES	1,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,48	0,00
SUPER NANNY NOT	1,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,46	0,00
NA MIRA MAT	1,43	1,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARATU NOTICIAS 2A	1,40	1,40	1,84	1,43	0,95	1,43	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	1,38	2,10	1,91	0,98	1,46	1,19	0,78	0,00
NOVELA TARDE 1	1,37	1,64	1,34	1,39	1,25	1,23	0,00	0,00
CLUBE DO CHAVES	1,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,37
HORARIO ELEITORAL	1,36	1,86	0,00	1,14	0,00	1,21	0,00	0,00
TOADA RURAL	1,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,36	0,00
PROGRAMA DO RATI	1,35	1,42	1,88	1,25	0,86	1,32	0,00	0,00
SE LIGA NO PIDA VES	1,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,34	0,00
ARATU NOTICIAS 1A	1,32	1,61	1,24	1,34	1,11	1,31	0,00	0,00
UNIVERSO AXE VIVO	1,31	0,00	0,00	1,47	1,28	1,18	0,00	0,00
NOVELA NOITE 1	1,30	1,29	1,36	1,42	1,39	1,38	0,94	0,00
CASOS DE FAMILIA	1,28	1,55	1,24	1,10	1,06	1,47	0,00	0,00
QUEM SABE MAIS	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27	0,00
SBT BRASIL	1,26	1,10	0,77	1,34	0,96	1,29	1,92	0,00
NOVELA TARDE	1,23	1,32	1,29	1,05	1,17	1,30	0,00	0,00
ESQUADRAO DA MOD	1,21	0,00	1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BOM DIA E CIA	1,19	1,19	1,49	1,26	0,95	1,06	0,00	0,00
SABADO ANIMADO	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,19	0,00
CONEXAO REPORTE	1,18	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00	0,00	0,00
NORDESTE MAIS	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14	0,00
AVENTURA SELVAGE	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14	0,00	0,00
REALIZANDO SONHO	1,13	1,40	1,32	0,93	0,89	0,92	0,00	0,00
INTERPROGRAMA	1,13	1,30	1,42	1,45	1,05	1,27	0,68	0,00
TUDO AV MAT	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,12
ELEICOES DEBATE S	1,11	0,00	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EU A PATROA E AS C	1,07	0,64	0,99	0,70	1,37	1,73	0,00	0,00
BOM DIA CIDADE	1,07	0,77	1,14	1,45	1,20	0,77	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	0,97	1,05	0,98	1,08	0,97	0,82	0,95	0,00
CAMERA CAFE NOT	0,96	0,99	0,97	1,70	0,32	0,68	1,43	0,00
BELEZA BAHIA	0,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,96
JORNAL DO SBT 2A E	0,91	1,17	0,68	1,02	1,18	0,50	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	0,90	0,99	0,00	0,92	0,00	0,81	0,00	0,00
JORNAL DO SBT MAN	0,74	0,53	0,70	0,84	0,96	0,68	0,00	0,00
TV AUTO SB	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,70	0,00
VRUM	0,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66
ATAQUE DE RISOS M	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65
PESCALTERNATIVA	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,64
CARROSSEL ANIMAD	0,62	0,50	0,71	0,67	0,60	0,65	0,00	0,00
GANHE MAIS DINH C	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55
INFOMERCIAL SBT M	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,00
CANAL DE COMPRAS	0,51	0,29	0,54	0,69	0,71	0,32	0,00	0,00
DOIS HOMENS E MEI	0,48	0,64	0,37	0,58	0,69	0,24	0,00	0,00
CHAVES MAD 1	0,44	0,00	0,00	0,00	0,44	0,00	0,00	0,00
ATAQUE DE RISOS M	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,41	0,00
TELE SERIADOS MAD	0,41	0,25	0,34	0,42	0,45	0,15	0,67	0,00
COLD CASE ARQ MO	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,41
METANOIA NA TV	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00
RELIGIOSO MAT	0,37	0,24	0,49	0,43	0,46	0,32	0,30	0,00
AVENTURA SELVAGE	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
ATAQUE DE RISOS M	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00
WITH TRACE DESAPA	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24
CHAVES MAT	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	0,00
ATAQUE DE RISOS M	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00
AVENTURA SELVAGE	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00
ESTETICA MAD	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21
JORNAL DO SBT MAN	0,20	0,07	0,27	0,19	0,00	0,00	0,00	0,26
ATAQUE DE RISOS M	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00
TELE SERIADOS MAD	0,14	0,08	0,00	0,26	0,00	0,13	0,00	0,00
TELE SERIADOS MAD	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00
RELIGIOSO MAD	0,13	0,08	0,15	0,17	0,14	0,00	0,00	0,12
TELE SERIADOS MAD	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00
EU A PATROA E AS C	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
CHAVES MAT ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[TOTAL] Aratu (SBT)	1,31	1,19	1,26	1,17	1,22	1,13	1,29	1,81
Bandeirantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAMILIA DINOSSAUR	2,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,95	0,00
TRIBUNAL NA TV	2,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2,30	0,00	0,00
CQC	2,11	2,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A LIGA	1,91	0,00	1,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BAND CIDADE SAL	1,85	2,13	2,03	2,11	2,33	1,71	1,02	0,00
AS AVENTUR JEF CO	1,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,81	0,00
JORNAL DA BAND	1,68	1,96	2,22	1,77	1,38	1,53	1,29	0,00
BRASIL URGENTE 1	1,46	1,67	1,64	1,51	1,19	1,27	0,00	0,00
POLICIA 24H	1,45	0,00	0,00	0,00	1,45	0,00	0,00	0,00
FUTEBOL NOT	1,42	0,00	0,00	1,42	0,00	0,00	0,00	0,00
BUSAO DO BRASIL N	1,42	0,00	1,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SESSAO LIVRE VES	1,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,36	0,00
THE SHIELD ACIMA D	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,32	0,00
CINE PRIVE	1,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,31	0,00
TERCEIRO TEMPO	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27
CINE CLUBE	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27	0,00
FUTEBOL VES	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27
BUSAO DO BRASIL N	1,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1,26	0,00	0,00
FUTEBOL VES 1	1,22	0,00	0,00	1,48	0,00	0,70	0,00	0,00
CACADORA DE RELIC	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,19
QUASE ANJOS MAT	1,17	1,12	1,30	0,90	1,51	1,04	0,00	0,00
LIGA CAMPEOES EUF	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15
O FORMIGUEIRO	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15
DOMINGO NO CINEM	1,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10
THE UNIT TROPA DE	1,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,08	0,00
BAND KIDS MAT	1,04	1,01	1,29	1,00	0,95	0,96	0,00	0,00
E 24 VES	1,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,02	0,00
INTERPROGRAMA	1,00	0,48	0,98	2,25	1,87	0,07	0,00	0,00
POLICIA 24H VES	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,99	0,00
PLANTAO BAND MAT	0,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,93
QUE DUREZA	0,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,93
JOGO ABERTO MAT	0,90	1,21	1,06	0,87	0,77	0,59	0,00	0,00
LIGA CAMPEOES EUF	0,89	0,00	0,00	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00
BOL BUSAO DO BRAS	0,89	0,00	0,00	0,00	0,38	1,22	0,00	0,00
BONES	0,88	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POP CORN TV VES	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00
VIDEO NEWS	0,88	0,00	1,08	0,00	0,67	0,00	0,00	0,00
BAND MANIA NOT	0,87	0,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOP CINE	0,85	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,00	0,00
BAND ESPORTE CLU	0,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83
TO FRITO	0,82	0,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E TUDO IMPROVISO	0,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,77	0,00
AUTOMOBILISMO VES	0,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,77
JOGO ABERTO BAHIA	0,74	0,73	1,19	0,58	0,69	0,51	0,00	0,00
BOL BARRETOS VES	0,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74
BOL BUSAO DO BRAS	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,70
CLIP MUSICAL MAT	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,80
QUE FIM LEVOU	0,67	0,80	0,54	0,80	0,48	0,66	0,00	0,00
QUE DUREZA MAD	0,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66	0,00
DIA DIA	0,66	0,67	0,55	0,95	0,62	0,49	0,00	0,00
BUSAO DO BRASIL DI	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,64
VIDEO NEWS NOT	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63	0,00	0,00
CACADORA DE RELIC	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63
O FORMIGUEIRO VES	0,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,61	0,00
CQC REPRISE	0,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,61	0,00
MARCIA	0,60	0,58	0,52	0,67	0,58	0,71	0,00	0,00
BUSAO DO BRASIL N	0,58	1,06	0,46	0,47	0,72	0,00	0,62	0,00
JORNAL DA NOITE	0,56	0,71	0,38	0,34	0,50	0,88	0,00	0,00
RELIGIOSO MAT	0,56	0,28	0,33	0,48	0,46	0,45	0,63	0,69
BOL BARRETOS MAT	0,56	0,00	0,23	0,95	0,71	0,36	0,00	0,00
PRATO DA CASA MAT	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66	0,15
RELIGIOSO NOT	0,55	0,56	0,56	0,47	0,48	0,75	0,50	0,00
VOLEI MAD CONT	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,00	0,00
BARRETOS	0,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,54
JORNAL DA BAHIA	0,52	0,35	0,80	0,48	0,52	0,44	0,00	0,00
AUTOMOBILISMO NO	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,61
VOLEI MAT	0,49	0,76	0,00	0,33	0,03	0,00	0,37	0,52
POLISHOP MAT	0,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49
HORARIO ELEITORAL	0,48	0,40	0,76	0,26	0,37	0,25	0,48	0,00
MISS UNIVERSO MAD	0,47	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESTAQUES DA SEM	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44

FUTEBOL MAD	0,43	0,49	0,00	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00
SHOW BUSINESS	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00
PRIMEIRO JORNAL E	0,39	0,33	0,48	0,28	0,42	0,44	0,00	0,00
APITO FINAL	0,36	0,00	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00
CANAL LIVRE	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
HORARIO ELEITORAL	0,32	0,43	0,00	0,25	0,00	0,31	0,00	0,00
ENTREVISTA COLETI	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32
FORUM IMOBILIARIO	0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31
RELIGIOSO VES	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,30	0,00
BOL BARRETOS MAD	0,30	0,56	0,16	0,04	0,19	0,24	0,64	0,27
A NOITE E UMA CRIA	0,28	0,54	0,24	0,23	0,19	0,29	0,00	0,00
BOA TARDE BAHIA	0,28	0,29	0,40	0,32	0,23	0,18	0,00	0,00
BRASIL CAMINHONEI	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28
BAND ELEICOES	0,27	0,00	0,00	0,27	0,00	0,00	0,00	0,00
VISAO SOCIAL	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00
SERIE 1500	0,25	0,26	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCACAO AMBIENT	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	0,00
SHOW BUSINESS MA	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22
HORARIO ELEITORAL	0,22	0,12	0,00	0,31	0,00	0,20	0,00	0,00
VOLEI MAD	0,22	0,00	0,22	0,02	0,21	0,03	0,58	0,00
RELIGIOSO MAD	0,22	0,18	0,19	0,13	0,28	0,16	0,49	0,16
INFOMERCIAL BAND	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,21
BAND KIDS VES	0,20	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRATO DA CASA	0,19	0,14	0,26	0,20	0,13	0,22	0,00	0,00
CINE BAND	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18
POP CORN TV	0,18	0,22	0,12	0,29	0,17	0,10	0,00	0,00
HORARIO ELEITORAL	0,17	0,07	0,18	0,41	0,10	0,21	0,18	0,00
CARGA TOTAL	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,00
VOLEI MAT ANT	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,00	0,00
INFOMERCIAL BAND	0,11	0,10	0,21	0,18	0,02	0,05	0,00	0,00
CLIP MUSICAL VES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[TOTAL] Bandeirantes	0,76	0,87	0,82	0,77	0,71	0,71	0,77	0,70
[TOTAL]	2,86	3,06	3,05	2,96	2,87	2,79	2,52	2,84

ANEXO 13

DVD com as seguintes opções:

1. Entrevista do Secretário de Planejamento a Marcelo Nonato na TV Salvador.

2. Entrevista do Secretário de Planejamento a Mario Kértesz na TV Band Bahia.

3. Debates e votação na Câmara de Vereadores (seleção de vários momentos).

4. Votação na Câmara de Vereadores.

5. VT Publicitário "Ações PMS 2009" de 60 segundos.